

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GISLAINE BORBA RAMOS

**"É A CAUSA DOS OPPRIMIDOS A QUE ABRAÇAMOS":
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE
NAS PÁGINAS DO JORNAL A REFORMA
(PORTO ALEGRE / 1870-1888)**

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2014

GISLAINE BORBA RAMOS

**"É A CAUSA DOS OPPRIMIDOS A QUE ABRAÇAMOS":
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE
NAS PÁGINAS DO JORNAL A REFORMA
(PORTO ALEGRE / 1870-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre, julho de 2014

GISLAINE BORBA RAMOS

"É A CAUSA DOS OPPRIMIDOS A QUE ABRAÇAMOS":
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE
NAS PÁGINAS DO JORNAL *A REFORMA*
(PORTO ALEGRE / 1870-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Célia Lima Xavier

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Zubaran
Universidade Luterana do Brasil / ULBRA

Prof.^a Dr.^a Sílvia Regina Ferraz Petersen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mauch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS

*Para minha família,
com carinho.*

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final dessa etapa, é muito grande o sentimento de gratidão em razão do apoio, carinho, incentivo e auxílio nos momentos de dificuldade. Foram muitos os amigos e colegas que me acompanharam durante essa etapa, os quais foram de fundamental importância para a sua conclusão: alguns amigos de longa data e outros que conheci durante o Mestrado, aos quais eu chamo de "novas aquisições". Agradeço especialmente à amiga Carolina Bittencourt Becker, companheira de todas as horas, que sempre me incentivou nas horas de desânimo, e que também realizou uma leitura crítica dos meus textos. Agradeço ao amigo Éverton Rocha, que me auxiliou na busca pelas notícias no jornal *A Reforma*, proporcionando em cada pausa para um café momentos de pura descontração; a Marcos Luft pela amizade sincera, pelo incentivo nas horas difíceis, pela leitura atenciosa do meu texto e pelo auxílio com a sua formatação; a Wagner Pedroso pelas indicações de leitura, pelo apoio nas horas em que o desânimo se aproximava e pelo auxílio nas dúvidas que foram surgindo durante a escrita da dissertação e a Jonas Vargas, por indicar leituras e mostrar-se sempre disposto a auxiliar. Às minhas "novas aquisições" Letícia Marques, Tassiana Saccol e Marina Carvalho, que estiveram presentes em minha vida, emprestando seus ouvidos e sorrisos para as horas de dificuldade, também minha gratidão. Agradeço a Maria Cecília, que acompanhou parte dessa caminhada, por me acolher e incentivar, fazendo com que eu voltasse a acreditar na conclusão desse projeto.

Agradeço, ainda, pela oportunidade de participar do grupo de discussões organizado pela professora Regina, denominado "Escravidão e Liberdade" (2011/2012), no qual tive o prazer de conviver, debater e receber críticas de leitores atentos como Carlos Eduardo, Daniel, Leandro, Carolina, Marcos, Maria da Graça e Vinícius.

Aos familiares e amigos, antes de agradecê-los, sinto a necessidade de me desculpar pelas muitas ausências e pelos convites recusados, nem sempre compreendidos. Saibam que, embora longe, meu pensamento estava sempre perto. Agradeço a minha mãe Maria e a minha mãe-irmã-dinda Odete, pelo carinho, pelo colo, pelas comidinhas gostosas de domingo, essa conquista é um pouco delas também. Agradeço aos meus irmãos Giovani, Gilmar, Roni e

Celso pelo abraço apertado e pelo incentivo, e aos meus sobrinhos queridos, Jáder, Tayla, Tuane, Natália, Fábio, Any, Jeffer, Mayara, Duda, Isadora e Rafaela, pelos momentos de descontração e de amor, que tornam a minha vida mais doce. Às minhas amigas da vida inteira, que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis e divertidos dessa trajetória, Cleonice, Elenara, Camila, Conceição e Sorella. Também devo muito às minhas colegas de trabalho da Escola Municipal de Educação Infantil Querência, Rita, Andréa, Lica, Cris, Andreza, Ivanir, Suzana, Márcia, Eliana, Marisa, Maria Helena e Bianca que me acolheram tão bem e que me auxiliaram nos momentos de dificuldade.

Agradeço a Sílvia Petersen e a Cláudia Mauch pelas sugestões e críticas que fizeram ao meu trabalho na banca de qualificação, que foram fundamentais para retomar o problema de pesquisa e a escrita desse texto.

Gostaria de agradecer especialmente à professora Regina Xavier por sua contribuição em minha formação como historiadora. Esse longo período de convivência, iniciado em 2007 com a disciplina de Teoria e Metodologia da História II, a sua orientação, nos meus dois trabalhos de conclusão de curso, em licenciatura (2008) e bacharelado (2010), motivou-me a optar pelos temas relacionados à escravidão e liberdade, e continuar com as atividades acadêmicas. Agradeço as suas leituras atentas, aos seus inúmeros apontamentos, nem sempre seguidos, as críticas e a dedicação com que realiza a função de orientadora. Ainda, gostaria de ressaltar a importância da sua atenção em ouvir questões pessoais e indicar caminhos que poderiam operacionalizar a conclusão desse trabalho. Esse seu olhar especializado pode ser percebido em diversos pontos desse texto, por meio de suas indicações bibliográficas e críticas à análise das fontes. No entanto, as incorreções ou imprecisões que por ventura houver são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço às professoras Maria Angélica Zubarán, Sílvia Regina Ferraz Petersen e Cláudia Mauch pela disposição em lerem meu texto e participarem da banca examinadora, assim por seus apontamentos, críticas e sugestões que foram muito importantes para a redação final desse trabalho.

Esta pesquisa foi financiada com bolsa parcial da CNPQ e da CAPES.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo principal analisar a forma como o jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, órgão de imprensa do Partido Liberal, apresentava em suas publicações os aspectos referentes a escravidão e liberdade que estavam em pauta nos debates e discussões, no período compreendido entre 1870 e 1888. A partir de suas páginas, foi possível perceber que havia uma propaganda favorável à emancipação dos cativos. Esse aspecto foi verificado, principalmente, nas notícias de concessão de liberdade, em que havia a exaltação dos senhores por sua filantropia e seus sentimentos humanitários. Por outro lado, nos artigos ali publicados, de autoria do jornal ou transcritos, a solução para a escravidão estava sempre relacionada à gradualidade e à manutenção da ordem pública. Embora a maioria de suas publicações não fosse assinada, destacaram-se em suas páginas textos relacionados à escravidão de Gaspar Silveira Martins, grande líder do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, e Joaquim de Salles Torres Homem, militar, professor de história que teve destaque no movimento abolicionista de Porto Alegre na década de 1880. Entre as muitas questões que são apresentadas nesse jornal, a respeito da escravidão e da liberdade, destacaram-se aquelas ligadas ao tratamento dispensado aos escravos por parte dos senhores e da força policial, a preocupação com a situação dos escravos que regressaram da Guerra do Paraguai, as tentativas de reescravização, os casos de fugas, crimes e tentativas de revoltas por parte dos cativos. Além disso, na última década da escravidão, foi possível identificar em suas publicações um aumento da preocupação com a questão da ordem pública, em um período em que houve um aumento da população liberta. Ainda, percebeu-se uma exaltação aos sujeitos que participaram do movimento abolicionista em Porto Alegre, apresentando-os como os grandes protagonistas desse processo.

Palavras-chave: Emancipação. Imprensa. Partido Liberal.

ABSTRACT

The present searching project had the main goal to analyze the way the newspaper "The Reform", from Porto Alegre, the printing organization of the Liberal Party, presented on its publications the aspects referring to the slavery and freedom that were on roll inside the debates and arguing in the period between 1870 and 1888. Through its pages it was possible to realize that there was a fair advertisement to the captives' emancipation. This aspect was mainly verified by the news of concession of liberty, in which there was the exaltation of the lords in order of their philanthropy and humanity feelings. On the other hand in the published articles made by the newspaper or transcribed ones the solution for the slavery was always related to the gradual and maintenance of the public order. Although most of its publications were not signed the slavery of Gaspar Silveira Martins, the great leader of the Liberal Party of Rio Grande do Sul were pointed out on its pages, and Joaquim de Salles Torres Homem, military History teacher that had a distinction in the abolitionist movement of Porto Alegre on the decade of 1880. Amongst the many questions that are presented on this paper concerning the slavery and freedom showed up the ones connected to the exempt treatment to the slaves by the lords and the police force, the concern with the situation of the slaves that returned from the Paraguay War, the attempts of re-slavery, the break cases, crimes and the rebellion attempts from the captives. Besides that, on the last decade of slavery it was possible to identify on its publications an increase on the concern of the public order in a period that happens an increasing on the freedman population. In addition, it was realized an exaltation to the subjects that participated in the abolitionist movement in Porto Alegre, introducing them as the great protagonists of this process.

Key Words: Emancipation. Press. Liberal Party.

LISTA DE ABREVIATURAS

Sigla	Descrição
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AHEXB	Arquivo Histórico do Exército Brasileiro
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MCSHJC	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PORTO ALEGRE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX	34
1.1 A população cativa de Porto Alegre.....	39
1.2 A escravidão no espaço urbano.....	44
1.3 A organização político-partidária.....	52
2 JORNAL A REFORMA: SEUS HOMENS E SUAS IDEIAS	61
2.1 Principais líderes do Partido Liberal no Rio Grande do Sul.....	62
2.2 <i>A Reforma</i> e a sua crítica ao cotidiano escravista.....	73
2.2.1 <i>Denúncias de casos de violência</i>	75
2.2.2 <i>Notícias sobre tentativas de reescravização</i>	86
2.3 Preocupação com a manutenção da ordem	93
2.3.1 <i>Fugas de escravos</i>	93
2.3.2 <i>Revoltas e tentativas de insurreição</i>	96
3 AS NOÇÕES DE LIBERDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL A REFORMA	105
3.1 O final da Guerra do Paraguai e a sua influência no debate sobre escravidão e liberdade no jornal <i>A Reforma</i> no ano de 1870.....	107
3.2 A liberdade e a propriedade em debate.....	116
3.3 A Lei do Ventre Livre: sua execução e possibilidades.....	126
4 A DÉCADA DECISIVA: 1888	134
4.1 Abolição antecipada: eventos de 1883 e 1884 no Rio Grande do Sul.....	135
4.2 Lei dos Sexagenários.....	144
4.3 A abolição da Pena de Açoites.....	154
4.4 O último ano de escravidão no Império e a aprovação da Lei Áurea.....	160
FONTES	176
FONTES EM BASE ELETRÔNICA	179
BIBLIOGRAFIA	181

INTRODUÇÃO

“É a causa dos oprimidos a que abraçamos”¹. Dessa forma, posiciona-se o jornal *A Reforma*, no ano de 1886, em relação à situação de uma escrava chamada Virgínia. Essa é uma entre tantas notícias publicadas nesse jornal durante o período pesquisado (1870 a 1888), que trazem à tona situações referentes ao contexto da escravidão no Império e ao cotidiano a que os escravos estavam expostos². A história de Virgínia começa a ser noticiada no dia 21 de julho de 1886. Segundo o jornal,

É grave! – Comunicaram-nos que uma escrava do Sr. Primavera, residente á rua da Conceição, achando-se gravemente enferma, faleceu victma de crueis sevicias.
Cumpre á policia proceder a severas investigações para chegar ao conhecimento da verdade.
O facto nos foi referido com circumstancias muito graves para os autores dos barbaros castigos; e por isso não podemos deixar de dar-lhe publicidade.
A policia deve cumprir imediatamente o seu dever.
Para começar ahi tem o Sr. Dr. Olinda Cavalcanti um assumpto digno de attenção³.

A partir dessa notícia, pode-se identificar o seu senhor e os motivos pelos quais a escrava aparece nesse jornal como vítima de violentos castigos. Mas o que há de especial nessa notícia? Que informações importantes pode-se buscar em seu enunciado? O que fez esse jornal publicá-la? O caso de Virgínia é muito comum nas páginas desse jornal, nesse período, havendo denúncias constantes da forma como os escravos eram tratados. O caso dessa escrava dá espaço, nos dias seguintes, a importantes discussões que serão travadas a esse respeito. Ainda, possibilita indicar muitas questões que estavam em jogo naquele momento em uma cidade como Porto Alegre, que tinha a centralização econômica e política em relação ao restante da Província do Rio Grande do Sul, mas que também era palco de disputas políticas locais.

O caso de Virgínia passou a chamar-se “questão Primavera”, com referência ao seu senhor. Ele passa a ser realmente narrado no dia 24 de julho, trazendo descrições sobre o exame que foi feito no cadáver, que já se

¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 25/07/1886, p.1.

² Optou-se por utilizar a grafia original em todas as fontes citadas.

³ *A Reforma*, Porto Alegre, 21/07/1886, p.3.

encontrava no cemitério, realizado por dois médicos acompanhados do chefe de polícia. O jornal tenta demonstrar que, realmente, a escrava estava muito ferida e que havia pouca vontade na resolução do fato. Para *A Reforma*,

Consta-nos que no corpo examinado por aquelles facultativos, exame todo externo, nenhum signal de sevicias foi encontrado, pelo que deram as diligencias por findas e se entregou a questão aos papeis velhos.

Entretanto o mesmo não fazemos nós; havemos de occupar-nos com a questão e mostrar á evidencia que tal diligencia, como foi feita, nenhuma luz derramou sobre a questão, continuando esta de pé, no mesmo ponto, e que é lícito por enquanto acreditar-se na existência de um crime, porque nada em contrario foi exhibido⁴.

A exposição dessa notícia exemplifica a forma como serão tratados casos desse tipo ao longo do período pesquisado. Essa preocupação do jornal *A Reforma* com a resolução do caso da escrava Virgínia traz algumas questões que servirão de norte para o desenvolvimento dessa pesquisa. A primeira questão que pode ser indicada se refere à participação desse jornal nas discussões políticas locais, da Província e do Império, e a forma com que esse apresentava os debates que estavam em pauta naquele momento. A segunda questão que deve ser analisada é relativa ao posicionamento do jornal ao tratar dos assuntos referentes ao cativo e aos debates em relação às leis emancipacionistas que foram sendo aprovadas ao longo do período pesquisado.

O jornal *A Reforma* foi fundado em 1869, em Porto Alegre, como órgão de propaganda do Partido Liberal no Rio Grande do Sul⁵. O primeiro número desse jornal foi impresso em 16 de junho de 1869⁶, porém, sua circulação regular se dá somente a partir de 1870, de terças-feiras a domingos, contendo quatro páginas. O marco temporal dessa pesquisa, então, estará situado entre os anos de 1870 (ano em que a circulação desse jornal se torna efetiva e, também, a década em que o movimento abolicionista em todo o império

⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 24/07/1886, p.1.

⁵ O acervo deste jornal encontra-se no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre/RS.

⁶ SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo et BARBOSA, Eni - *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre, CORAG. 1986, p. 152. Este primeiro número está disponível para a consulta, mas em péssimas condições de manuseio, não sendo possível uma melhor análise de seu conteúdo. O número dois não foi localizado no acervo. Esse livro vai referenciar que o jornal circulou até 1912, tendo sido impresso entre 1901 e 1908 em Pelotas, retornando para Porto Alegre após esse período.

começa a ganhar um maior fôlego) e o ano de 1888, em que, mesmo após a assinatura da lei de 13 de maio, as discussões em torno da sua aplicação continuam em pauta. O jornal *A Reforma* foi analisado no período compreendido entre 1870 e 1888, não estando, porém, toda a coleção disponível no MCSHJC, constando dessa coleção apenas os livros referentes ao 1º semestre de 1870, 2º semestre de 1872, 2º semestre de 1879, 2º semestre de 1886, 1º semestre de 1887 e 2º semestre de 1888.

Em sua página inicial, logo abaixo do seu nome e de sua caracterização como “Órgão do Partido Liberal”, trazia a seguinte afirmação: “jornal político, noticioso e comercial”, especificando as finalidades para as quais as suas publicações estariam voltadas. Geralmente, em sua primeira página, o jornal trazia textos de cunho político, tais como discussões sobre o final da Guerra do Paraguai, que ocupou muitas publicações. Nessa página, havia, ainda, textos que exaltavam personagens importantes do próprio Partido Liberal, como Silveira Martins, um dos seus principais expoentes na Província do Rio Grande do Sul, como será visto posteriormente. Era nela, também, que se publicavam as correspondências com notícias do exterior, tais como Inglaterra, França e Portugal. Em sua quase totalidade, os artigos não eram assinados, excetuando alguns assinados pelo próprio Silveira Martins ou por Torres Homem⁷, importante personagem do abolicionismo em Porto Alegre, e alguns raros, que eram transcritos de outros jornais ou assinados por pseudônimos. Na segunda página, em geral, havia pequenas notícias que tratavam tanto de questões locais como de obras públicas, educação, questões ligadas à segurança e à ordem pública, além de notícias de fora da província e/ou do Império, com temas parecidos. A terceira e a quarta página estavam relacionadas à parte comercial do jornal, trazendo anúncios diversos de lojas, produtos e prestadores de serviços, assim como anúncios relacionados a

⁷ Joaquim de Salles Torres Homem foi um dos principais líderes abolicionistas de Porto Alegre na década de 1880, sendo secretário do Centro Abolicionista. Segundo sua Fé de Ofício, o mesmo teria nascido em 1851, no Rio de Janeiro, sendo filho de Francisco de Salles Torres Homem. Teria entrado no exército em 1868, sendo nomeado em 1882 como instrutor da Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul. Foi exonerado em 1883 e em 1884 foi nomeado por ato do Presidente da Província como professor adjunto dessa mesma escola. em 1885, por decreto, foi nomeado professor de história dessa instituição. Em 1891 foi para a Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, retornando ao Rio Grande do Sul em 1897, como comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Fé de Ofício de Joaquim de Salles Torres Homem. Pasta v-18-102. Arquivo Histórico do Exército - AHEX / Rio de Janeiro.

escravos, venda, aluguel e compra, ou ao oferecimento de recompensas por escravos fugidos. Ainda havia publicações de instituições como por exemplo o Partenon Literário, o Centro Abolicionista ou a Irmandade do Rosário, convidando para eventos, prestando contas de sua contabilidade etc.

Ao analisar o jornal, conforme já mencionado, percebeu-se que a maioria dos textos ali publicados não traz a identificação de seu autor. No entanto, por meio da bibliografia, é possível uma aproximação com alguns homens que, em algum momento de sua trajetória, estiveram presentes na redação do jornal *A Reforma*, e que tiveram um papel de destaque no cenário político ou intelectual daquele período. Um desses sujeitos é Antônio Eleuthério de Camargo, que foi redator desse jornal entre 1870 e 1885⁸.

Além disso, a bibliografia também apresenta a participação desses homens em outros locais de atuação, tais como no Partenon Literário ou no Centro Abolicionista, o que também possibilita uma aproximação quanto ao tipo de grupos, à circulação que esses sujeitos tinham na sociedade da época e às publicações que estavam sendo feitas nas páginas do jornal dessas instituições.

Segundo o livro organizado por Jandira Silva, integrantes do jornal *A Reforma* como Carl Von Koseritz e Apolinário Porto Alegre eram membros ativos do Partenon Literário. E outros, tais como Antônio Lara Fontoura Palmeiro, Norberto A. Vasques, Inácio de Vasconcelos e Aurélio Veríssimo de Bittencourt integravam o Centro Abolicionista de Porto Alegre, todos ligados ao Partido Liberal em boa parte de suas vidas políticas⁹. Isso, de certa forma, possibilita uma aproximação com os tipos de publicação e o enfoque que o jornal acabava dando a determinados temas como o da escravidão, dos notícias de liberdade ou os debates sobre projetos em pauta como, por exemplo, este tema. Ainda, havia importantes nomes desse partido, que foram fundadores do jornal e que participaram de sua redação na sua fase inicial de

⁸ A trajetória política de Eleuthério será analisada no segundo capítulo. Jonas Vargas indicará esse longo período de permanência de Eleuthério de Camargo como redator do jornal. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. 276f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/13085> (acesso em 10/12/2011).

⁹ SILVA et al, 1986, p.152.

funcionamento, como é o caso do líder do Partido Gaspar Silveira Martins, Carlos Thompson Flores, Germano Hasslocher, entre outros¹⁰.

Além de ter, então, a função de informar, como órgão do Partido Liberal *A Reforma* também tinha o papel de difusão das ideias e debates que estavam em pauta, naquele período, no cenário político não apenas local. Sua análise é uma importante contribuição para uma aproximação das questões fundamentais que eram travadas naquele contexto. Contudo, não é possível deixar de indicar que, mesmo sendo ligado a um determinado grupo político, o jornal - por sua estrutura e suas publicações - não era apenas uma prerrogativa do Partido Liberal e de suas ideias, tendo sido observada essa questão em toda a sua análise, conforme será tratado posteriormente.

Partindo das questões apresentadas e da inserção das publicações do jornal em torno das discussões sobre escravidão e liberdade, e demonstrando que esse tema ocupava espaço relevante em suas páginas, este trabalho tem como seu principal **problema de pesquisa** analisar a forma com que o jornal *A Reforma* estava inserido dentro do contexto político e social, percebendo a maneira com que apresentava e participava dos debates em torno da escravidão e da liberdade ao utilizar suas páginas como irradiador de ideias e de circulação de discussões em torno da questão servil.

Os principais objetivos desta pesquisa são: identificar características da sociedade escravista, entre 1870 e 1888, em Porto Alegre que possibilitaram a constituição de um movimento emancipacionista capaz de integrar diferentes sujeitos e posições políticas diversas; analisar o contexto político da criação do jornal e qual a sua função dentro desse cenário, identificando alguns de seus membros que tiveram papel de destaque no cenário político, tanto na Província quanto no Império, procurando demonstrar as redes que foram sendo tecidas por seus membros e os principais embates políticos que eram travados nesse período; perceber como a questão do elemento servil foi apresentada no jornal, principalmente a partir dos debates em torno da questão da liberdade e a forma como o jornal se posicionou dentro dessa discussão na década de 1870; indicar a forma de participação e os principais temas apresentados nesse jornal

¹⁰ SILVA et al, 1986, p.152.

em relação à questão da emancipação, na última década da escravidão, e a inserção do jornal dentro do movimento abolicionista de Porto Alegre.

Para a análise e o desenvolvimento dos objetivos já apresentados, o jornal *A Reforma* será utilizado como principal fonte de pesquisa, estando entre os artigos assinados alguns textos de Silveira Martins e de Torres Homem. Serão, também, utilizados relatórios e falas de presidente de Província do Rio Grande do Sul, por trazerem importantes informações para o período pesquisado, tanto no aspecto social como em relação à política e à constante mudança administrativa que havia na Província nesse período¹¹. Ainda, será utilizado o material disponibilizado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, que traz os dados dos censos¹². Também será utilizado como fonte secundária o livro de Torres Homem, por ser esse um dos principais abolicionistas que participaram da campanha de 1883/1884. O livro *Apontamentos para a História do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul* foi publicado logo após a assinatura da Lei Áurea, e traz um panorama de como aqueles que integraram a campanha queriam apresentar a sua história a esse respeito. Aqui, a escolha por seu livro está relacionada às suas publicações no jornal *A Reforma* e, também, por esse ser membro do Centro Abolicionista, cujos textos demonstram o seu posicionamento a respeito da última década da escravidão¹³. Será utilizado, ainda, o registro de compra e venda de escravos em Porto Alegre (de 1870 a 1888), material organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul- e disponibilizado digitalmente - com o intuito de perceber as funções desempenhadas pelos cativos¹⁴. Por fim, o jornal *O Conservador* será analisado no que se refere à forma como apresentava em seus anúncios as questões relativas às fugas de escravos¹⁵.

¹¹ Relatórios e falas de presidente da Província do Rio Grande do Sul, no período entre 20/05/1869 e 25/06/1889. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial> (acesso em 10/01/2012).

¹² FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística /Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986.

¹³ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Apontamentos para a História do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Typografia da Reforma, 1888. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/179442> (acesso em 18/12/2011).

¹⁴ APERS. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

¹⁵ O jornal *O Conservador* era órgão de propaganda de partido com o mesmo nome, tendo sido fundado em Porto Alegre no final da década de 1870. SILVA et al, 1986, p. 266. No Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa não há todos os números disponíveis para

Em relação à pesquisa realizada no jornal *A Reforma*, a sua análise se deu na totalidade dos exemplares disponíveis, pois, conforme já mencionado, não havia os números completos de alguns períodos ou, ainda, não havia condições de manuseio de alguns, dado o estado em que se encontra o acervo. Nesse sentido, optou-se por utilizar todo o material possível, dentro do período especificado, tendo como recorte todas as temáticas relacionadas à escravidão e à liberdade, utilizando-se notícias, artigos, anúncios, cartas ou demais publicações ligadas ao tema analisado. A forma empregada, inicialmente, foi a consulta e a leitura local desse material, sendo necessário, posteriormente, a utilização de fotografias para montagem de um banco de dados de imagens e fichamento para facilitar a consulta e o acesso¹⁶.

Em relação à pesquisa em jornal e a sua utilização como fonte, alguns trabalhos contribuem para pensar a sua relevância e os cuidados que devem ser empregados em sua análise. Ainda, por se tratar de um jornal que funciona como órgão de propaganda de um partido, é necessário ter o cuidado de não creditar todas as publicações como sendo o posicionamento do Partido Liberal como um todo, visto que havia discordâncias internas em muitos assuntos, entre eles o da própria emancipação dos escravos, como será tratado posteriormente.

Tratando do uso do jornal como fonte de pesquisa, um importante trabalho que auxilia nessa reflexão é o de Tânia Regina Luca. A autora faz uma análise de como este foi sendo tratado pelos historiadores ao longo do tempo, identificando a forma como esses historiadores inseriam esse tipo de fonte em suas pesquisas. Analisando a imprensa que circulava no século XIX, Luca traz uma importante contribuição ao ressaltar que,

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo¹⁷.

consulta, estando em seu acervo: 2º semestre de 1880, 1º semestre de 1882, 1º semestre de 1886, 1887 (completo) e 1888 (completo).

¹⁶ O banco de dados foi organizado no programa Access.

¹⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.133.

No referido trabalho, há indícios de como pensar, então, os textos impressos no jornal como fonte histórica, refletindo sobre por que tal notícia foi publicada em determinado período e qual o público que se visava a atingir. No caso do jornal utilizado nesta pesquisa, *A Reforma*, não é possível definir especificamente o número de leitores que liam suas páginas diariamente, à medida que não se pode precisar estatísticas sobre a alfabetização na Província e a tiragem do jornal diariamente. No entanto, em geral, a quantidade de pessoas que tinham acesso aos conteúdos ali publicados era, provavelmente, muito maior do que seus leitores, visto que a circulação de ideias e debates se dava também por outros meios, que não apenas o impresso. Contudo, pode-se pensar que havia, sim, um público leitor efetivo desse jornal, tanto pelo longo tempo de sua circulação como pela sua finalidade e origem política. Nesse sentido, o caráter doutrinário apresentado por Luca não pode ser negligenciado durante a análise desse tipo de fonte - um jornal de cunho político e/ou comercial - e ser vinculado a um grupo político, assim como *A Reforma*.

Buscando analisar os estudos que tiveram a imprensa gaúcha como foco, principalmente o trabalho de Carlos Reverbel, Francisco Alves vai apontar uma diminuição no preconceito dos historiadores ao utilizarem esse tipo de documento como fonte. Segundo Francisco Alves,

[...] O historiador através do conhecimento aprofundado de seu alvo de estudo e da conjuntura histórica que marcou a existência do mesmo, tem amplas condições de identificar as possíveis parcialidades do objeto abordado, podendo isolá-las ou torná-las a própria finalidade de sua pesquisa¹⁸.

Alves entende que o historiador pode utilizar a imprensa como fonte, ou ainda como próprio objeto de pesquisa. Em seu artigo, ele procura demonstrar a forma como Carlos Reverbel tratou do tema da imprensa em suas pesquisas. Em seu texto, Alves vai apontar para a necessidade do pesquisador observar as potencialidades, e também as particularidades do uso desse tipo de fonte, atentando para as parcialidades que nela estão contidas. Da mesma forma que Luca e Alves chamam a atenção para o cuidado com as fontes, Silvia Lara

¹⁸ ALVES, Francisco das Neves. Carlos Reverbel e as tendências do jornalismo gaúcho. In: ALVES, Francisco das Neves; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Imprensa, literatura e história no Rio Grande do Sul: escritores gaúchos*. Rio Grande: FURG, 2005, p. 105.

contribui para uma reflexão sobre a forma como o pesquisador seleciona e analisa a documentação. Em importante artigo que trata sobre as fontes utilizadas no trabalho do historiador e a forma como a mesma deve ser analisada de forma crítica, Silva Lara vai indicar que se deve ter esse mesmo cuidado com qualquer tipo de documentação que seja transformada em fonte de pesquisa pelo historiador, indicando o seu importante papel nesse processo a partir de sua seleção e análise.

Ainda refletindo sobre o uso da imprensa como fonte, outro trabalho importante que utilizou a imprensa como fonte de pesquisa, e cujas considerações possibilitam perceber os aspectos positivos desse tipo de análise, é o de Cláudia Mauch. Em sua pesquisa, a autora busca demonstrar a percepção que a polícia e a imprensa tinham das camadas pobres da população após a abolição, indicando que o jornal deve ser percebido como a forma que determinado grupo expressava a sua realidade, e nela pretendia intervir. Segundo Mauch,

O jornal ao mesmo tempo lida com significados socialmente estabelecidos e manipula símbolos e imagens que poderão ou não ser incorporados como novos significados. Mas isso não autoriza dizer que *todos* os significados com que o jornal trabalha são comuns para *toda* a sociedade¹⁹.

Nesse sentido, as questões apontadas por Mauch são muito pertinentes para a análise do jornal *A Reforma*, na medida em que esse jornal é de cunho partidário. Em suas páginas, embora não haja o direcionamento para um público específico, as questões apontadas e debatidas pelo Partido Liberal é que são divulgadas, assim como se apresentam, em muitos casos, as discussões travadas com os partidos de oposição, buscando demonstrar a sua razão dentro do debate. Nesse sentido, é fundamental perceber essas notícias não como uma narrativa do passado tal qual ele ocorreu, mas como uma forma com que determinado grupo o estava apresentando, para uma maior clareza em relação à análise realizada. Em sua pesquisa, Mauch vai apontar ainda que,

¹⁹ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992, p.67.

O que se pretende acessar através do texto jornalístico não são os conflitos "tal como realmente aconteceram", mas sim algumas interpretações que deles faziam os contemporâneos. Tais interpretações são versões construídas sobre os fatos da época tão legítimas quanto quaisquer outras²⁰.

No caso do jornal pesquisado, *A Reforma*, a sua vinculação a um partido político indica a necessidade de sempre dar atenção a essas questões destacadas pela autora. Principalmente em casos como o citado anteriormente, da escrava Virgínia, em que a notícia publicada traz a identificação dos envolvidos e uma crítica contundente sobre as suas ações. A versão trazida sobre o caso de Virgínia tenta se constituir como a "verdade" ou como o que realmente aconteceu:

Vamos aos factos:

A infeliz escrava expirou no dia 18 ou 19 do corrente, em occasiao em que nem seu senhor nem sua senhora achavam-se em casa.

Isto é facto constatado por innumeradas pessoas que se achavam aglomeradas á porta da casa onde esses residem e que viram a senhora chegar da rua, de volta de um passeio, quando Virginia acabava de expirar. – Seu senhor veio mais tarde.

Ora, ahi temos um facto que, se nada prova quanto á existencia de um delicto, nada depõe em favor de sentimentos humanitarios de uma pessoa, pois que abandona um servidor moribundo, entregue, a quem?

Agora como morreu ella?²¹

A narrativa dos fatos publicados no jornal, conforme apresentado por Mauch, tinha a intenção de constituir uma versão legítima sobre aquilo que estava sendo noticiado. Assim, busca-se perceber se havia a intenção de construção dessa versão da realidade dentro dos textos publicados no jornal, cujos objetivos em suas páginas nem sempre ficam tão evidentes - como no caso da escrava Virgínia - mas que, ainda assim, devem ser observados de forma criteriosa.

Nesse sentido, outro importante trabalho que contribui para a reflexão sobre a utilização do jornal como fonte de pesquisa é o de Cláudio Pereira Elmir, que traz algumas considerações sobre aquilo que acredita ser fundamental para utilizar este tipo de fonte como objeto. Para o autor, existe

²⁰ MAUCH, 1992, p.71.

²¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 25/07/1886, p.1.

uma diferença entre tratar a imprensa como fonte de informação ou como fonte histórica²². O autor vai apontar que o papel da imprensa não é apenas o de informar a história, devendo esta ser analisada de forma rigorosa, com a realização de uma leitura “meticulosa, demorada e exaustiva” e sempre mediada por outros documentos²³.

Essas questões apresentadas por Cláudio Elmir são fundamentais porque permitem uma maior reflexão no uso do jornal como fonte. Ao realizar a pesquisa sistemática no jornal *A Reforma*, em todos os exemplares disponíveis, houve possibilidade de acompanhar discussões e debates, assim como ter uma aproximação com as questões cotidianas da cidade, tais como informações sobre obras públicas, ensino, violência, e mesmo na parte comercial em que profissionais oferecem seus serviços. No entanto, conforme aponta Elmir, há sempre a necessidade de não entender o que ali está publicado como uma narrativa diária da realidade, estando presente nas publicações as escolhas individuais, a necessidade de manutenção do jornal, as disputas políticas e outras questões.

Retomando a questão da autoria e dos redatores do jornal, o livro de Isabel Lustosa traz uma interessante comparação entre o papel do orador e do jornalista, analisando os jornais que circularam no Brasil durante 1821 e 1832, com textos que tratavam sobre a questão da Independência, em que o debate político era acirrado e o posicionamento de cada um ficava sempre em evidência, mesmo com a utilização de pseudônimos para garantir proteção, como no caso do próprio imperador²⁴. A questão da autoria, nesse caso, é importante por indicar o posicionamento de seu autor e relacioná-lo com a sua forma de atuação em sociedade. No entanto, muitas vezes, os autores desses artigos se colocam como porta-vozes de um grupo, como é o caso de Silveira Martins e de Torres Homem, secretário do Centro Abolicionista, que, por vezes, falam em nome do Partido Liberal. Nesse sentido, tanto em relação aos escritos assinados como aos não assinados, os cuidados e a crítica mais

²² ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal; considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de Estudo n.13*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1995, p.20.

²³ *Idem*, p.21.

²⁴ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

critérios devem estar presentes na análise desses escritos, refletindo sobre a intenção e objetivo dos seus textos.

Outro importante texto que contribui para o debate em relação ao uso do jornal como fonte de pesquisa é o de Ivana Lima²⁵. No primeiro capítulo de seu livro, a autora abordará a relação entre identidade e imprensa na década de 1830, no Brasil, buscando perceber a forma como a questão da cor e da mestiçagem compareciam nas páginas dos jornais naquele período. Nesse capítulo, duas importantes questões são indicadas por Ivana Lima que auxiliam na análise da fonte aqui utilizada. A primeira está relacionada à circulação dos jornais e às pessoas que a eles têm acesso; a outra, trata-se da relação entre a imprensa e a política. Em relação à difusão das ideias contidas no jornal, a autora vai apontar que, na década de 1830, já havia o hábito de serem realizadas leituras públicas, no Rio de Janeiro, fazendo com que a circulação das ideias contidas no jornal e o seu debate fossem muito mais amplos do que o público leitor. Tratando da relação entre a imprensa e a política, Lima vai adjetivar as duas como sendo um "teatro". Segundo a autora,

A imprensa, como a política, era um teatro. Em outras palavras: a imprensa, ela própria uma forma de representação do drama social, e funcionando como uma cena em que cada título constitui um ator-personagem, com suas falas, imprecações, notícias, denúncias, zombarias e convencimentos, teatralizava a política. Sem que haja sucessão temporal, mas simultaneidade, pode-se dizer que a política era tornada pública pela imprensa. De uma teatralização em um cenário privado, como na sociedade de corte, surgia uma ampliação do jogo - uma platéia que podia se tornar ativa, uma proliferação de autores, uma enxurrada de impressos -, fazendo da rua um lugar de política²⁶.

Tanto o trabalho de Lustosa como o de Lima se referem a um período mais distante daquele aqui pesquisado. Ainda assim, contribuem para a forma de olhar para esse tipo de documento, percebendo a questão da autoria, do debate político que circula por meio de suas páginas e a sua repercussão como eixos importantes a serem levados em conta na sua análise.

Em relação ao uso do jornal *A Reforma* em si, como fonte de pesquisa, o mesmo já foi utilizado por muitos autores, por se tratar de um jornal

²⁵ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

²⁶ *Idem*, p.37.

importante que traz muitos elementos para análise das últimas décadas do século XIX, tanto no aspecto político quanto social. Em geral, por ser um jornal partidário, os temas políticos é que estiveram mais evidentes nos trabalhos desenvolvidos, sendo analisadas as questões mais pontuais. Um desses trabalhos é o de Helga Picollo, que analisa as disputas políticas locais e a reorganização que os partidos foram sofrendo na Província nas décadas finais do século XIX²⁷.

Ainda que tenha como principal questão os aspectos políticos, o trabalho de Margareth Bakos traz uma importante contribuição tanto por utilizar o jornal *A Reforma* - uma de suas principais fontes - como por trazer as discussões para o tema da escravidão. Realizando uma comparação entre os três partidos da Província - liberal, conservador e, posteriormente, republicano - nas últimas décadas do século XIX, Bakos vai utilizar os órgãos de propaganda desses três partidos para acompanhar os principais debates em torno da questão da escravidão e as propostas de leis emancipacionistas que estavam circulando naquele período²⁸.

Em sua análise sobre o abolicionismo no Rio Grande do Sul, trabalho escrito na década de 1980, Bakos vai centrar seus argumentos em torno da questão político-partidária, indicando que não havia necessidade de mão-de-obra escrava, naquele período, na Província, sendo esse processo marcado mais por interesses políticos do que por econômicos²⁹. A historiografia mais recente sobre a escravidão no Rio Grande do Sul tem trazido à tona conclusões diferentes, afirmando a contínua presença de cativos na sociedade sul-rio-grandense³⁰.

²⁷ PICOLLO, Helga Landgraf (org). *Coletânea Discursos Parlamentares: Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998. Volume I e II.

²⁸ BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravismo e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

²⁹ *Idem*, p.10.

³⁰ Um exemplo dessas pesquisas mais recentes é o trabalho de Thiago Araújo, em que realiza uma importante crítica a essa historiografia tradicional. Ele identifica que, embora, esses autores acreditassem que a utilização da mão de obra escrava não era economicamente importante, havia a utilização dessa mão de obra, que pode observada através de pesquisa empírica, sendo necessário, então, que houvesse “uma explicação para a sua presença”. Nesse sentido, Araújo busca mostrar, a partir da análise da utilização da mão de obra escrava na agropecuária, os mecanismos que permitiram a manutenção desse sistema. ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação

Margareth Bakos acaba aproximando muitas de suas explicações ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso e da Escola Sociológica da Universidade de São Paulo (USP), influência essa que acabou marcando boa parte da produção desse período no Rio Grande do Sul, tanto em relação ao tipo de tratamento dispensado aos cativos como à pouca necessidade da mão-de-obra escrava³¹. Segundo Bakos,

O mito da escravidão mais branda no Rio Grande do Sul vai-se desfazendo à medida que se folheiam os Periódicos contemporâneos, onde, pela leitura dos anúncios de fugas e vendas de escravos, percebe-se que a violência do branco contra o negro não é monopólio da zona equatorial do país³².

Ao perceber o processo de abolição a partir de debates e discussões políticas, e amenizando a importância econômica do trabalho escravo, Bakos se aproxima da análise de Cardoso, inclusive indicando e concordando com aspectos abordados por ele³³. Embora a sua abordagem em relação aos debates em torno da escravidão e da liberdade não seja suficiente para dar conta da dimensão desse processo, a autora contribui para essa pesquisa ao indicar questões como as disputas políticas em torno da questão da escravidão, demonstrando como os diferentes partidos e sujeitos estavam se posicionando frente a esse tema. Seu trabalho é de fundamental importância por abrir uma vertente de estudos referentes à escravidão e à liberdade no Rio Grande do Sul, principalmente utilizando a imprensa como fonte. Ao demonstrar as disputas que giravam em torno desse tema e criticar o mito da escravidão branda, Bakos contribui ao indicar a importância que esse debate, principalmente na última década da escravidão, ainda tinha naquela sociedade, mesmo que - conforme a autora apresenta - não fosse tão necessário esse tipo de mão-de-obra.

Embora Bakos apresente uma visão mais política sobre o processo que levou ao fim a escravidão, analisando o Rio Grande do Sul, muitos são os autores e as suas hipóteses de quais os caminhos que levaram à abolição do

em História da UFRGS, 2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/17528> (acesso em 29/03/2012).

³¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

³² BAKOS, 1982, p.17.

³³ *Idem*, p.94.

cativeiro no Brasil. Alguns autores vão entender que as questões políticas e econômicas foram os fatores determinantes para uma solução final desse problema, como é o caso de Emília Viotti da Costa³⁴. Em seu trabalho intitulado *Da Monarquia à República*, a autora procura demonstrar como vários fatores contribuíram para o processo do fim da escravidão no Brasil, estando eles relacionados às questões econômicas, tais como industrialização, urbanização e imigração. Para a autora,

A partir de 1850, com a cessação do tráfico e o aumento crescente do preço de escravos, o problema da substituição do escravo pelo trabalhador livre tornou-se mais agudo. O problema era tanto mais grave quanto a diminuição da oferta da mão-de-obra escrava coincidia com a expansão das lavouras cafeeiras no sul do país. As dificuldades de obtenção de mão-de-obra escrava estimulariam as tentativas de substituição do escravo pelo imigrante e provocariam o deslocamento de parte dos escravos das regiões decadentes do nordeste para as prósperas regiões cafeeiras. Simultaneamente se processaria a transferência de mão-de-obra escrava dos centros urbanos para as zonas rurais. O crescimento do setor assalariado ampliaria o mercado interno, criando uma base para o futuro desenvolvimento industrial³⁵.

Viotti vai perceber um cruzamento de fatores que, interligados, teriam influenciado o fim da escravidão, entendendo que a questão da proibição do tráfico de escravos acabou desencadeando esse processo a partir de um ponto de vista estrutural. A autora infere que o “progresso econômico da segunda metade do século dezenove acarretou profundo desequilíbrio entre o poder econômico e o poder político”³⁶, prevalecendo o primeiro sobre o segundo.

Para Viotti, que tem como recorte espacial São Paulo, os fazendeiros das áreas cafeeiras foram os que mais resistiram. A autora vai indicar que, no contexto da década de 1880, o fim da escravidão já era algo previsto, considerando-se as leis emancipacionistas que haviam sido aprovadas - como a Lei do Ventre Livre - ou as que estavam em discussão - como a dos Sexagenários. A autora vai tratar, rapidamente, do movimento abolicionista e do seu papel nesse processo. Segundo Viotti,

³⁴ COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

³⁵ *Idem*, p.194.

³⁶ *Idem*, p.15.

O movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras, onde quase dois terços da população escrava estava concentrada. Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio em segmentos da população que simpatizavam com a causa abolicionista, grandes números de escravos fugiram das fazendas. A escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada. Quase ninguém opunha-se à ideia de abolição, embora alguns reivindicassem que os fazendeiros deviam ser indenizados pela perda de seus escravos³⁷.

Assim, mesmo que a autora dê uma ênfase maior para as questões de ordem econômica, ela indica a importância do movimento abolicionista e das ações de escravos e libertos nesse processo. Viotti vai perceber as fugas de escravos como sendo “uma nova consciência de si” por parte desses cativos. Para a autora, seriam três os aspectos que teriam contribuído para a desestruturação da economia escravista: “o aumento da pressão abolicionista nos centros urbanos, a promulgação de leis emancipacionistas no Parlamento e, finalmente, a agitação dos escravos, que passaram a contar com o apoio de parte da população”³⁸. No entanto, mesmo apontando esses aspectos de ordem social, Viotti vai entender que eles interferiram na questão econômica, deixando a escravidão de ser lucrativa para os senhores e havendo outras possibilidades de investimento muito mais rentáveis e com menos riscos. Segundo a autora,

Os fazendeiros reagiram diferentemente nas distintas áreas, mas por volta de 1880, a maioria deles estava convencida de que a escravidão era uma causa perdida. Além disso, outros tipos de investimento tinham se aberto a eles: estradas de ferro, bancos e indústrias. Face a essas novas possibilidades, a imobilização do capital, característica do sistema escravagista, não era mais racional³⁹.

Com base nos argumentos apresentados por Viotti da Costa, é possível perceber que, para a autora, a abolição só pode ser concretizada a partir da concordância desse segmento econômico: os fazendeiros, que haviam encontrado outras possibilidades de lucro. A visão de Emília Viotti da Costa, que privilegiava uma explicação econômica para as causas do fim da escravidão, foi amplamente debatida e questionada pelos historiadores das gerações posteriores, que buscavam outras formas de interpretar tal processo,

³⁷ COSTA, 1977, p.224.

³⁸ *Idem*, p.15.

³⁹ *Idem*, 1977, p.225.

principalmente vindo na agência escrava um dos fatores a ser levado em conta.

Um importante trabalho, nesse sentido, é o de Célia Azevedo, que trata sobre os projetos pensados em relação ao negro no século XIX⁴⁰. Em sua pesquisa, Célia Azevedo traz importantes considerações sobre os projetos em relação à emancipação dos cativos, buscando demonstrar que havia diversos caminhos e possibilidades que foram sendo debatidos ao longo do processo. A partir de sua pesquisa, a autora vai definir três projetos que estavam em disputa: o emancipacionista, o imigrantista e o abolicionista. Para a autora, a grande questão que estava em discussão nesses projetos era “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?”⁴¹.

Para Azevedo, os projetos emancipacionistas estavam em articulação na primeira metade do século XIX. Analisando autores como Antonio Vellozo de Souza⁴², João Severiano Maciel da Costa⁴³, José Bonifácio de Andrade e Silva e Eloy Pessoa da Silva⁴⁴, entre outros, Azevedo vai perceber uma preocupação desses pensadores com o tipo de população que existia no Brasil naquele momento, como fruto do tráfico e da escravidão, buscando alternativas para modificar tal realidade. Segundo Azevedo,

Assimilação, incorporação e homogeneização são expressões correlatas que aparecem repetidamente nos textos destes reformadores, traduzindo não só uma vontade de exercer um melhor controle sobre a população em geral, como sobretudo a necessidade de produzir a própria subjetividade do trabalhador livre. Embora a maioria da população composta por negros e mestiços fosse considerada de baixo nível mental, isto não se colocava como empecilho para uma futura incorporação à sociedade brasileira, tal como esta era projetada por estes reformadores. Para vários deles, tratava-se simplesmente de tornar ocupados os “desocupados”, ou

⁴⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁴¹ *Idem*, p.27.

⁴² Esse autor escreve, em 1810, texto para D. João VI, *Memória sobre os Melhoramentos da Província de São Paulo*, falando da necessidade de se criar um povo homogêneo e instruído. *Idem*, p.30.

⁴³ Azevedo aponta que esse autor, que tinha o título de Marques de Queluz, publica, em 1821, *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil*, segundo ela, Maciel da Costa vai preocupar-se com que ele considera a “inexistência de um povo brasileiro”. *Idem*, p.32.

⁴⁴ Célia Azevedo indica que nesses dois pensadores, na década de 1820, já havia uma preocupação com o fim do tráfico de escravos e que esses entendiam que este fim era necessário para o país. *Idem*, p.34.

manter ocupados aqueles que fossem se alforriando, de modo a se instituir um controle estrito e cotidiano do Estado sobre suas vidas⁴⁵.

Outro projeto analisado pela autora é o imigrantista, que teria entrado em debate a partir da década de 1840. Célia Azevedo vai perceber, ao analisar os reformadores do século XIX, que boa parte deles acreditava na integração dos libertos na sociedade brasileira. Mas, de acordo com a autora, havia alguns pensadores que associavam os "males" do país à realidade dessa população brasileira - resultado de uma sociedade escravista - sendo necessário buscar alternativas para solucionar esses problemas. Segundo Azevedo, esses reformadores, baseados nas ideias de inferioridade do africano e de seus descendentes, buscavam no elemento branco o fator de progresso e civilização para o país, e em sofisticadas teorias raciais o fundamento para as suas argumentações⁴⁶. Para além dessa questão racial identificada pela autora nos projetos imigrantistas, outro ponto importante é a forma como é tratada a questão da emancipação nesses projetos. Célia aponta que, embora a mão-de-obra imigrante tivesse como objetivo a substituição do negro, a questão da emancipação era tratada de forma gradualista por esses autores.

Célia Azevedo vai localizar o projeto abolicionista a partir das décadas de 1860 e 1870. A autora irá perceber esse projeto como uma forma ambígua, que propunha medidas gradualistas, possuindo caráter muito mais reformista do que de mudanças radicais, e que estava voltado mais para uma política de convencimento dos proprietários sobre a irracionalidade da escravidão. Segundo a autora, a partir da década de 1880 o movimento abolicionista começa a tornar-se um movimento popular, preocupando-se, no entanto, com a manutenção de uma ordem social⁴⁷. Para Célia Azevedo,

Preocupados com a possibilidade de que a obra da abolição escapasse dos quadros estritamente parlamentares, fazendo-se "cegamente" e à margem da "estrada larga da experiência dos povos e do direito positivo", eles procuravam manter o movimento dentro da legalidade constitucional, muito embora às vezes tivessem de

⁴⁵ AZEVEDO, 2004, p.40.

⁴⁶ A autora está analisando argumentos como os do senador Vergueiro, Tavares Bastos, Pereira Barreto, Silvio Romero, entre outros. *Idem*, p.52.

⁴⁷ Célia Azevedo está analisando para esse período homens como o senador liberal Souza de Franco, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças, entre outros.

transgredi-la por força das circunstâncias de um tempo de conflitos de classe e interclasses generalizados⁴⁸.

Nesse sentido, a autora vai identificar, dentro do movimento abolicionista, principalmente em homens como Joaquim Nabuco, a argumentação da possibilidade de uma abolição sem traumas, sem conflitos, deixando o seu encaminhamento para os parlamentares. No entanto, a realidade não se mostrava conforme o planejamento, sendo as últimas décadas anteriores à abolição de grandes tensões geradas pelas ações de escravos e libertos. Esse texto de Célia Azevedo possibilita a reflexão de como a abolição foi o fechamento de um processo que há muito estava na pauta de debates e projetos no país, apresentando diferentes argumentos e sofrendo diferentes influências em suas formulações. No entanto, a divisão temporal apresentada pela autora para esses projetos parece ser muito fixa, como se estabelecesse uma linha evolutiva de suas ideias. Parece que, muitas vezes, estes projetos dialogam entre si, não podendo ser fixados em um ou outro período, por estarem as diferentes propostas em debate umas com as outras.

Outro importante trabalho, escrito na década de 1990, é o de Joseli Mendonça, que trata das discussões em torno da aprovação da Lei dos Sexagenários. Ao invés de fazer uma análise política das discussões em torno dessa lei, pois utilizava como fontes os discursos parlamentares, essa autora busca agregar outras fontes como processos-crime, inventários e testamentos, a fim de perceber “as experiências sociais de escravidão e liberdade, vividas por senhores, escravos e libertos [...]”⁴⁹.

Analisando os debates desenvolvidos sobre os projetos de Dantas e Saraiva, Joseli Mendonça vai indicar que havia, entre os argumentos apresentados, dois pontos importantes. O primeiro, de caráter humanitário em relação à situação dos escravos, e o segundo, de preocupação com o perigo que esses libertos poderiam causar, estando na ociosidade⁵⁰. Segundo Joseli Mendonça, ao tratar da lei dos sexagenários,

⁴⁸ AZEVEDO, 2004, p.76.

⁴⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p.22.

⁵⁰ *Idem*, p.65.

Para muitos parlamentares, os sucessivos dispositivos jurídicos que incidiam sobre a escravidão já a haviam condenado de forma irreversível. Sua existência, dadas as sucessivas leis que 'estancaram sua fonte' – o tráfico e os nascimentos, havia imposto a inevitabilidade de seu término⁵¹.

Segundo a autora, mesmo perante essa percepção de que a escravidão estava em sua fase final, havia a necessidade de encaminhá-la de forma gradual, sem causar grandes transtornos à ordem, mantendo-a pelo maior tempo possível. Para Mendonça,

O gradualismo do processo de abolição era, pois, mais que um plano traçado e que se poderia cumprir por meio de uma sucessão de leis que restringissem as 'fontes da escravidão'. Era, antes de tudo, um projeto pelo qual os senhores procuravam implementar sua própria concepção de liberdade para os escravos. Para tentar fazê-lo cumprir, tiveram de lutar arduamente e, sem dúvida, conseguiram imprimir seus anseios nas leis⁵².

Mesmo percebendo que a vontade dos senhores acabou sendo vitoriosa nessa arena, Joseli Mendonça afirma que ver esse processo apenas pelo lado senhorial empobrece a análise, pois se deixa de perceber os conflitos que estão ocorrendo nesse processo. Para a autora, essas leis que foram sendo formuladas não podem ser identificadas apenas como concessões senhoriais, mas sim como produto das práticas dos diferentes agentes envolvidos e, assim, essas questões devem ser observadas dentro de um contexto social e histórico, marcado pelas disputas estabelecidas entre diferentes agentes inseridos nesse contexto, e não podendo ser interpretados por uma via única, baseada nos interesses senhoriais.

Um interessante trabalho, que se aproxima dessa forma de análise apresentada por Célia Azevedo e por Joseli Mendonça, é o de Keila Grinberg. Em seu livro *Liberata*⁵³, a autora procura demonstrar por meio da trajetória de Liberata, que havia nascido escrava, sua luta e ação judicial para obter a sua liberdade, remontando questões de um cotidiano escravista, que não é perceptível, com a utilização de outras formas de abordagem. Uma das principais questões apontadas pelo livro, e que, posteriormente, também é demonstrada em outros trabalhos baseados em trajetórias de escravos ou

⁵¹ MENDONÇA, 2008 p.84.

⁵² *Idem*, p.309.

⁵³ GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

análises de fontes judiciais, é o acesso desses escravos à justiça, fazendo cair por terra a teoria do “escravo-coisa”, ainda que seja matizado o peso de sua participação no processo, lembrando o estatuto jurídico em que o escravo se encontrava. Assim como esse trabalho de Keila Grinberg, muitos outros privilegiaram a análise da trajetória de escravos e libertos, procurando entender as diferentes esferas e estratégias possíveis dentro de um sistema que, afinal, com toda a sua estrutura, deveria impedir as ações desses agentes que, mesmo assim, ultrapassaram essas amarradas em seu cotidiano, por meio de diferentes formas de atuação nessa sociedade.

O trabalho de Maria Helena Machado, o *Plano e o Pânico*, também traz uma importante contribuição para os debates em torno do tema da escravidão e da liberdade. A autora procura demonstrar como a questão da abolição no Brasil não foi apenas uma decisão das elites, e como a pressão dos escravos, a partir de suas ações - tanto em rebeliões, crimes, associações e busca pela justiça - influenciavam na culminância desse processo, mostrando as diferentes relações nas quais esses sujeitos estavam inseridos em seu cotidiano. A autora utilizou, como principais fontes, correspondências policiais e documentos cartoriais, além de registros paroquiais⁵⁴.

Analisando a questão da escravidão e da liberdade a partir de uma historiografia local, principalmente ligada a Porto Alegre, dois importantes pesquisadores contribuem e trazem novos elementos para a análise do processo que culminou na abolição. Paulo Moreira e Maria Angélica Zubaran vão perceber a questão da escravidão e das lutas pela liberdade de forma diferente de Bakos e Emilia Viotti da Costa, aproximando suas análises com as ideias apresentadas por Azevedo, Grinberg, Machado e outros autores que percebem a relevância da agência escrava. Esses autores, Moreira e Zubaran, fogem de questões puramente políticas ou econômicas e buscam retratar as experiências desse sujeitos ligados ao cativeiro como parte fundamental do processo que levou à emancipação. Ao analisar o movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul, e principalmente em Porto Alegre, esses autores vão perceber que se construiu uma narrativa oficial sobre os eventos emancipacionistas e que esses foram amplamente exaltados por seus

⁵⁴ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

contemporâneos, principalmente por meio da imprensa, como será visto posteriormente. Tanto Moreira como Zubaran vão indicar que essa narrativa foi tomada como verdade por alguns historiadores de uma vertente mais tradicional. Para Paulo Moreira,

[...] o movimento emancipacionista, quando teve a sua liderança tomada por membros da elite econômica e política local, passou a preocupar-se em criar símbolos que marcassem a sua ascensão, como bandeiras e manifestações festivas, buscando consenso e apoio da sociedade em geral. Além disso, era também uma intenção de seus promotores deixarem para as gerações futuras um relato detalhado das ações beneméritas praticadas⁵⁵.

Assim como Paulo Moreira, Maria Angélica Zubaran, em seu artigo que trata sobre os discursos políticos que foram sendo construídos em torno da data de 1884, em Porto Alegre, também vai entender que se foi constituindo uma memória social sobre tal evento⁵⁶. Aproximando-se da questão apontada por Moreira quanto à construção de uma narrativa oficial do movimento abolicionista, a autora vai entender que esse tipo de formulação estava pautado na tentativa de mostrar o Rio Grande do Sul como sendo pioneiro em relação ao restante do Império no que diz respeito à solução dos problemas da escravidão. Para Zubaran,

[...] as elites políticas regionais construíram um discurso regional abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia da emancipação condicional promovida pelo movimento emancipacionista de 1884. Esse discurso regional abolicionista circulou na imprensa local, nas atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e nas falas do Presidente da Província e esteve associado a um conjunto de símbolos construídos em torno do marco abolicionista de 1884⁵⁷.

A principal crítica da autora está no silenciamento, que por muito tempo houve em relação à participação de africanos e afrodescendentes nesse processo, ficando como narrativa oficial os discursos produzidos pelos partidos

⁵⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p.170.

⁵⁶ ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Revista de História e Estudos Culturais Fênix*. Ano 6, n.3, 2009. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf (acesso em 07/12/2011).

⁵⁷ ZUBARAN, 2009, p.2.

Liberal, Conservador e Republicano. A autora faz menção às várias instituições negras em funcionamento em Porto Alegre, nesse período, que não são citadas por esse discurso oficial, tais como a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora⁵⁸. Para Zubaran, em relação à dita alforria em massa de 1884,

Os políticos rio-grandenses, liberais, conservadores dissidentes e republicanos, acordaram um compromisso político para emancipar os escravos da província concedendo-lhes emancipação condicional, que idealmente impediria os libertos de se entregarem à “vadiagem” e permitiria que seus senhores continuassem a utilizá-los ao mesmo tempo em que os declaravam nominalmente livres⁵⁹.

Angélica Zubaran vai entender que a propaganda abolicionista, principalmente nos anos de 1883 e 1884, pode ser entendida também como um acordo entre as elites políticas, que se uniram - apesar de suas diferenças - por um objetivo comum, acabando por constituir uma “versão oficial” que, por muitos anos, foi aceita como a verdade sobre esse processo⁶⁰.

Essas considerações feitas tanto por Moreira como por Zubaran são de fundamental importância para se analisar o contexto pesquisado. Embora o foco de pesquisa aqui seja um jornal político e a narrativa sobre o processo que levou a abolição, e não as experiências dos cativos nesse processo, o protagonismo desses sujeitos e o efeito disso nas elites não pode ser ignorado. São exatamente essas relações conflituosas, conforme identificado pelos referidos autores, que acabam tensionando e reconfigurando o contexto em questão. Nesse sentido, conforme já mencionado, esse trabalho busca não apenas perceber os debates políticos em torno da escravidão e das discussões acerca das leis emancipacionistas, mas indicar de que forma esse jornal, *A Reforma*, estava participando desse processo, por meio dos sujeitos que o integravam, fossem eles políticos ou intelectuais pertencentes à elite da Província.

⁵⁸ *Idem*, p.3.

⁵⁹ *Idem*, p.8.

⁶⁰ Zubaran vai indicar que essa sua forma de análise foi inspirada no trabalho de Sandra Pesavento, *A invenção da sociedade gaúcha*, em relação à construção de uma identidade gaúcha, definindo-se como “naturalmente” liberais. Referência: PESAVENTO, Sandra. A invenção da sociedade gaúcha. *Ensaio FEE*, Ano 2, n.14, 1993.

Assim, o capítulo 1 pretende tratar sobre a cidade de Porto Alegre, sede desse jornal, e o contexto que possibilitou que as ideias emancipacionistas aí se desenvolvessem. O capítulo 2 tratará mais especificamente do jornal *A Reforma*, o contexto político da sua criação, os seus principais membros, as redes e vínculos que foram sendo estabelecidas ao longo dos anos e os embates políticos internos e em torno da questão do elemento servil dentro do próprio Partido Liberal. O capítulo 3 tratará sobre as noções de liberdade que são apresentadas pelo jornal, através de notícias relacionadas à Guerra do Paraguai e as discussões em torno da aprovação do projeto da Lei do Ventre Livre, buscando compreender quais as relações entre liberdade e propriedade apresentadas pelo mesmo. Por fim, o capítulo 4 tratará dos últimos anos de escravidão, mostrando algumas questões sobre a campanha abolicionista em Porto Alegre, principalmente em relação à tão polêmica abolição antecipada que teria ocorrido entre 1883 e 1884, os debates em torno da Lei do Sexagenário, a Lei da Abolição do Açoite e as discussões em torno da solução para a escravidão.

1. PORTO ALEGRE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

A cidade de Porto Alegre, para no período pesquisado (1870-1888), é o principal centro da Província. Menos urbanizada que outras capitais no Império, é a que tem no Rio Grande do Sul papel de destaque, ao lado de cidades como Pelotas e Rio Grande. Porto Alegre, entre os anos de 1870 e 1888, assim como outras capitais do Império, apresentou uma grande movimentação em torno da questão do elemento servil. A partir da década de 1870, principalmente, o tema da escravidão e as alternativas possíveis para sua manutenção ou término eram assuntos constantes, tanto na imprensa como no cenário político de Porto Alegre. Nesse período, também, começaram a ser fundadas, nessa cidade, associações ou sociedades que tinham como finalidade a libertação dos cativos - atividades essas que foram intensificadas na última década da escravidão. Embora nessa década final da escravidão ainda houvesse constantes disputas políticas, como em períodos posteriores, é possível perceber que se foi formando um grande grupo com o objetivo comum de emancipar os cativos, do qual participaram sujeitos de diferentes posicionamentos políticos, mas que, em geral, estavam ligados à elite política e letrada da Província. Ao tratar sobre o jornal *A Reforma* e sobre suas publicações - relativas aos cativos e libertos e aos projetos sobre esse problema, que estavam em circulação naquele período - faz-se necessário conhecer um pouco sobre o contexto em que esse jornal foi fundado e no qual circulava.

Porto Alegre teve seu povoamento inicial ainda na primeira metade do século XVIII, por meio de concessão de carta de sesmaria, em 1740. Foi a terceira capital do Rio Grande do Sul, ocupando essa função a partir do ano de 1773, sendo interrompido esse papel durante o período da Revolução Farroupilha e restabelecida a sua posição de capital após o término do conflito, em 1845⁶¹. O desenho da cidade vai se transformando com o passar dos anos, principalmente na segunda metade do século XIX, assim como também no restante da Província do Rio Grande do Sul, tanto em relação ao seu território como a sua urbanização. Nesse período, tem início o processo de

⁶¹ FEE, 1986, p. 21.

industrialização e, também, algumas novidades que vão beneficiar o escoamento de produtos, tais como a construção da ferrovia Porto Alegre - São Leopoldo⁶². Além dessas mudanças estruturais, ocorre também a criação de novas vilas e de municípios por todo o território, reorganizando a sua estrutura político-administrativa. Dessa forma, Porto Alegre acaba perdendo territórios que estavam a ela ligados, havendo desmembramentos de paróquias e distritos, destacando-se cada vez mais o núcleo urbano da capital. Refletir sobre essa questão territorial e a formação e reestruturação das cidades como sendo dinâmicas e estando em constantes transformações é fundamental ao se tratar dos números dos censos e demais documentos, principalmente de Porto Alegre, centro econômico e núcleo mais urbanizado da Província.

Essa condição mais central, relacionada ao seu papel de entreposto comercial, era ocupada por Porto Alegre desde o século XVIII. O trabalho de Luciano Costa Gomes traz uma importante contribuição sobre esse aspecto. Em sua pesquisa, esse autor trabalha com a estrutura econômica e demográfica de Porto Alegre nas últimas décadas do século XVIII, e consegue demonstrar como a cidade foi se transformando, ao longo desse século, em um importante centro, indicando a relação entre a formação de um sistema produtivo local, a integração a um sistema mercantil já organizado no Império, a divisão do trabalho e o surgimento e crescimento de um núcleo urbanizado⁶³. O autor vai enfatizar, ainda, a importância do tráfico de escravos para a constituição da população e do sistema produtivo:

Em nossa análise, enfatizamos o papel representado pelo tráfico na constituição da população da freguesia, por este ter sido a principal fonte de fornecimento da mão-de-obra ao longo do período em foco, a intensidade do comércio de cativos afetou, de maneira decisiva, o processo de ocupação do território, a formação da estrutura produtiva local e a composição étnica da população⁶⁴.

⁶² Essa ferrovia foi inaugurada no ano de 1874, sendo utilizada tanto para o transporte de produção como de passageiros. FACCIN, Daniela. *Seguindo os trilhos do trem: a influência da estruturação urbana de Santa Maria*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2992> (acesso em 18 de fevereiro/2014).

⁶³ GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: Escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/72751> (acesso em 12/11/13).

⁶⁴ *Idem*, p.32

Luciano Costa vai indicar um aumento da população de Porto Alegre de 122%, para o período compreendido entre 1780 e 1802, alcançando a população escrava um percentual de 40% da população. Para o autor, esse importante crescimento demonstra a consolidação de Porto Alegre já nesse período como centro administrativo, comercial e logístico da Província⁶⁵. Nesse sentido, esse trabalho contribuiu para a percepção de que Porto Alegre, ainda que no século XVIII, já estava em um processo de urbanização, aumento populacional e consolidação de seu papel central em relação ao restante da Província.

Era em Porto Alegre que estavam localizadas as principais instituições de poder, a qual representava um centro de importantes decisões políticas que servia de irradiador para o restante da Província. Além disso, por cumprir esse importante papel de capital, as decisões e ideias circulantes no centro do Império eram, em geral, primeiramente ali recebidas e, depois, distribuídas para o restante da Província. Em um importante trabalho sobre a cidade de Porto Alegre no século XIX, o qual analisa a regulamentação do convívio social por meio dos códigos de posturas, Beatriz Weber demonstra a importância da cidade como centro administrativo e de escoamento da produção da Província. Para Weber,

O desenvolvimento econômico dessa área acelerou sua urbanização, exigindo um volume crescente de serviços, oportunidades que implicaram a existência de mecanismos de controle da população da área urbana fora da alçada dos fazendeiros. Gradativamente deviam ser "controlados" os possíveis integrantes do mercado de trabalho, acentuando-se a vigilância e repressão nos centros urbanos. A polícia, a Justiça e os códigos de posturas, foram os instrumentos usados para difundir uma nova ética de valorização do trabalho, condenação da vagabundagem e uma nova ordem de convívio social⁶⁶.

Essa necessidade de controle, indicada por Weber e que fica evidente na análise do jornal, está relacionada ao aumento da população que circulava pelas ruas da capital, caracterizado por um aumento da população liberta mas a partir da década de 1870. Essa preocupação com a ordem pode ser

⁶⁵ GOMES, 2012, p.38.

⁶⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992, p.11.

percebida nas páginas do jornal *A Reforma*, quando esse noticia casos em que os sujeitos foram abordados por policiais por estarem nas ruas ou em algazarras pelos botequins da cidade, como no caso do preto Mugunga. A publicação de março de 1870 cobrava providências para que se prendesse esse preto que "tem dias que quando fica atacado da loucura, arma-se de faca e anda encommodando os visinhos". Segundo o jornal, o local em que o negro estava cometendo tais atos era próximo à Igreja do Bonfim, e o pedido era que esse fosse recolhido à Santa Casa de Misericórdia, onde já havia estado antes⁶⁷. Assim, essa preocupação com a ordem, conforme indicado por Weber, nesse período, era questão de governo e de polícia, mas também algo que merecia destaque nas páginas da imprensa.

Nesse sentido, além da análise desse jornal, buscou-se nos relatórios de Presidentes de Província aspectos referentes a essa questão da tranquilidade pública e com a manutenção da ordem, por ser esse um registro oficial a fim de comparar com aquilo que estava comparecendo nas páginas do jornal *A Reforma*. No entanto, percebeu-se nos relatórios de Presidentes de Província que eram constantes as prestações de contas relacionadas à questão estrutural da cidade, demonstrando os gastos realizados, assim como fazendo breves apreciações do andamento dessas obras, como construção de pontes, abertura de ruas etc., demonstrando a preocupação que havia com essa questão tanto por parte do governo como por parte da população, que o fazia por meio de requerimentos ou de reclamações nos jornais.

No período compreendido entre 1869 e 1872, os relatórios e falas em geral traziam como assuntos principais questões administrativas relacionadas a obras públicas, limpeza, questões militares e de polícia, principalmente sobre organização e corpo policial e, ainda, pontos relacionados à saúde, instrução pública, catequese e civilização de indígenas. No entanto, dados mais específicos ligados diretamente às condições de vida dessa população que habitava em zonas mais periféricas ou ligadas ao cativo não eram ali tratados. Um dos poucos relatórios em que é possível essa aproximação está relacionado aos estragos causados pelas cheias em Porto Alegre e às dificuldades que a população mais pobre estava passando em função das

⁶⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 27/03/1870, p.2.

chuvas constantes e do avançar das águas do Guaíba para essas comunidades. Em sua fala para o ano de 1873, o presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Pedro Carvalho de Moraes⁶⁸, vai trazer questões relacionadas às chuvas em Porto Alegre, que fizeram com que Guaíba acabasse transbordando, prejudicando as populações que moravam as suas margens, informando os auxílios prestados pela presidência da Província aos atingidos - principalmente os moradores das ilhas - e solicitando a ajuda da sociedade⁶⁹. Ao analisar Porto Alegre nas últimas décadas do século XIX, Cláudia Mauch vai demonstrar alguns problemas inerentes a um território urbano, estando entre esses o da falta de moradia, a saúde e o surgimento de epidemias. Para a autora,

Todas as epidemias estavam ligadas às condições de higiene da época, agravados pelo crescimento populacional a que a cidade assistiu sem as devidas adaptações. Faltavam casas e os porto-alegrenses nas décadas de 1860 e 1870 passaram a se aglomerar em porões, cortiços e casas de cômodos⁷⁰.

Pensando a cidade de Porto Alegre como centro da Província, Mauch infere que isso acabava por atrair muitas pessoas, entre elas escravos fugidos, desocupados, trabalhadores livres pobres etc. Nesse sentido, a preocupação com a ordem pública foi uma constante nessas últimas décadas, conforme demonstrado pela autora. Essa questão será analisada posteriormente, pois é fundamental para refletir sobre as ações dos sujeitos envolvidos na propaganda abolicionista.

Assim, esse capítulo tem como objetivo compreender as características da sociedade escravista em Porto Alegre, entre 1870 e 1888, procurando perceber o contexto no qual se dava a publicação e circulação do jornal *A Reforma*. Busca-se, ainda, analisar a forma como a elite letrada estava percebendo as mudanças ocorridas nesse período em relação à população

⁶⁸ João Pedro Carvalho de Moraes vai ocupar o cargo de presidente da Província do Rio Grande do Sul no período compreendido entre dezembro de 1872 e março de 1875, era membro do Partido Conservador (ANEXO 1). Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Pedro de Carvalho Moraes. 1872.

⁶⁹ Falla com o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes presidente da Província abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial 1873.

⁷⁰ Em trabalho de pesquisa, a autora tem como objetivo demonstrar como a questão da ordem pública e a moralidade foi entrando na pauta de discussões e controlada por parte da elite política e da polícia nas últimas décadas do século XIX e início do XX. MAUCH, 1992, p.82.

cativa e liberta, articulando-se e reestruturando projetos para limitar ou controlar essa nova ordem. Para refletir sobre essas características, serão aqui analisados alguns aspectos tais como população, tipos de ofícios dos cativos, quadro político-partidário e sua função como capital da Província, sendo seu principal centro comercial e político.

1.1 A população cativa de Porto Alegre

Os temas relacionados aos cativos e libertos são uma constante nas páginas do jornal *A Reforma*, comparecendo em praticamente todas as sessões de suas quatro páginas - em artigos, notícias, anúncios ou parte comercial - tanto no que se refere ao Império e à Província como a Porto Alegre. Nesse sentido, percebe-se, em sua análise, que essa parcela da população ocupa lugar importante dentro daquele contexto, sendo necessário uma maior reflexão sobre a representatividade dessa população e a sua circulação dentro desse contexto urbano.

Assim, para compreender melhor os dados populacionais, que serão analisados posteriormente, faz-se necessário indicar algumas mudanças que ocorreram em Porto Alegre durante período pesquisado. No ano de 1860, segundo dados da FEE, a Província do Rio Grande do Sul contava com 28 municípios e Porto Alegre era constituído pela cidade de Porto Alegre, Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia (Gravataí), Pedras Brancas (Guaíba), Barra (Barra do Ribeiro), São Sebastião do Caí, Viamão e Santa Cristina do Pinhal⁷¹. No entanto, o censo anterior a esse período, o de 1858, vai apresentar dados de Porto Alegre referentes aos seguintes distritos: Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, Belém, Viamão, Aldeia dos Anjos, Pedras Brancas e Santa Cristina⁷². Para o ano de 1872, que foi o censo posterior, apresenta as freguesias de Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Belém, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas⁷³. Ao final do

⁷¹ FEE, 1986, p.36.

⁷² *Idem*, p.67.

⁷³ *Idem*, p.81.

período imperial, além das freguesias que formam seu núcleo principal, ainda faziam parte de Porto Alegre os distritos de Barra e Pedras Brancas⁷⁴.

A partir de dados do censo de 1872, mesmo que sejam parciais e problemáticos, tem-se uma aproximação de como estava distribuída a população de Porto Alegre nesse período, indicando, além dessa distribuição, também as zonas centrais e periféricas. Ele apresenta o número de moradias de 4.724 casas. O local menos habitado e com menos residências era a Paróquia de Belém, contando com apenas 372, certamente por ser o local mais distante do núcleo urbanizado. E o local mais habitado era a Paróquia de Madre de Deus, com 1.489 moradias, sendo esse o núcleo mais central de Porto Alegre⁷⁵.

Nesse sentido, ao refletir sobre os números do censo, além de todos os problemas de coleta e organização dos dados no período de sua composição, é necessário também identificar essas mudanças constantes que ocorrem na estrutura político-administrativa, que acabam também por interferir nesses dados. Assim, em relação aos dados do censo, opta-se aqui por tratar dos números referentes somente ao núcleo que forma a cidade de Porto Alegre, capital da Província, deixando de fora os que se referem aos outros distritos ou freguesias⁷⁶.

Ao tratar dessa parcela da população que habitava Porto Alegre, no período pesquisado, deve-se ter um olhar crítico para as fontes disponíveis e a forma como esses dados foram coletados. O objetivo que se tem a partir dos dados obtidos sobre a população, em Porto Alegre, é compreender as características dessa população ligada ao cativo, percebendo de que forma ela estava circulando por essa sociedade escravista e qual a importância dessa mão-de-obra para a cidade. Mesmo que os dados não sejam totalmente confiáveis, eles servirão de indicativos para refletir sobre esses sujeitos que viviam na capital da Província. Ao buscar compreender os dados da população de Porto Alegre que, de alguma forma, estava ligada ao cativo (escravos ou libertos), é necessário perceber quais as transformações que foram ocorrendo

⁷⁴ *Idem*, p.39.

⁷⁵ *Idem*, p.81.

⁷⁶ Para o censo de 1858 serão analisados: 1º e 2º Distritos de Porto Alegre e o Distrito de Belém. Para o ano de 1872, serão analisadas as seguintes freguesias: Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Belém.

ao longo da segunda metade do século XIX, em relação às dinâmicas desse sistema. Dois importantes trabalhos que contribuem para a análise desses dados são os de Thiago Leitão e de Rafael Scheffer.

Em relação à análise dos censos, o trabalho de Thiago Leitão traz uma importante contribuição para a crítica a esse tipo de fonte. O autor procura demonstrar que, embora por muito tempo se tenha defendido que a Província do Rio Grande do Sul havia perdido mão-de-obra escrava após o fim do tráfico, para outras províncias - com uma análise mais detalhada dos censos e de outros documentos - foi possível indicar que se manteve essa população escrava, havendo ainda períodos de aumento populacional, como de 1873/1874. Assim, o autor consegue demonstrar a importância de uma análise crítica e diferenciada para cada região do Império nesse período, desmontando os argumentos tradicionais e evidenciando a Província do Rio Grande do Sul com suas próprias dinâmicas e especificidades⁷⁷. Os primeiros números que serão aqui utilizados são os do censo de 1858⁷⁸, cujos dados serão referentes ao primeiro e segundo distritos e a Belém.

Quadro 1				
População de Porto Alegre – Censo de 1858				
Distrito	Livres	Libertos	Escravos	Total
1º Distrito de Porto Alegre	5.946	279	2.120	8.345
2º Distrito de Porto Alegre	5.346	299	2.323	7.968
Belém	1.528	70	627	2.225
Total	12.820	648	5.070	18.538
%	69,16%	3,49%	27,35%	100%

Fonte: FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística /MCSHJC, 1986.

A população escrava, nesse período, representava quase um terço da população total. Ainda, deve-se refletir aqui sobre os números que não são indicados sobre os libertos. Assim, a circulação da população que estava de ligada ao cativo pelas ruas da cidade, era muito maior do que os dados indicam. Nesse sentido, percebe-se que Porto Alegre, mesmo com um núcleo mais urbanizado do que o restante da Província, tinha necessidade da mão-de-obra escrava, em suas mais diversas atividades.

⁷⁷ ARAÚJO, 2008.

⁷⁸ FEE, 1986.

Os dados do censo de 1872 são considerados problemáticos pelos pesquisadores, e até mesmo por seus contemporâneos, como é o caso do presidente João Pedro Carvalho de Moraes. Conforme apresenta em sua fala, houve muitos problemas na coleta e registros de dados:

Recenseamento

Pouco ou nada tenho a acrescentar ao que sobre este importante ramo de serviço publico disse no seu relatorio o meu illustre antecessor.

[...]

O mau estado e imperfeição das vias de comunicação desta provincia impedirão que as listas de familia fossem entregues ás respectivas commissões com a desejavel promptidão, e forão causa de ser retardado o recenseamento em diversas parochias, accrescendo que muitas daquellas listas forão extraviadas ou inutilizadas⁷⁹.

Os números desse censo vão apontar a população total da Província do Rio Grande do Sul como sendo de 446.962 habitantes e a população de Porto Alegre de 43.998 habitantes⁸⁰. Desse total, será contabilizado apenas 30.583 habitantes, referentes às paróquias que formaram o núcleo do município⁸¹.

Thiago Araújo, a partir de uma pesquisa mais aprofundada de dados populacionais, vai indicar que a população total do Rio Grande do Sul passou de 285.444, em 1858, para 450.392, em 1973. Traz, ainda, importantes números sobre a população escrava na Província, que era de 71.911, em 1858, passando para 83.370, em 1873. Assim, confirma seu argumento de que, além do Rio Grande do Sul não ter tido a sua população escrava reduzida drasticamente com o final do tráfico, como se pensava anteriormente, ainda teve um crescimento significativo dentro de um contexto de tráfico interprovincial pelo qual o Império brasileiro estava se articulando⁸².

⁷⁹ Falla com o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes presidente da Província abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial 1873, p.35.

⁸⁰ FEE, 1986, p.81.

⁸¹ Para o ano de 1872, o censo vai informar que as freguesias que formam o município de Porto Alegre são as de Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Belém, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas. FEE, 1986. p.81.

⁸² O autor utiliza para a composição de seus dados documentos como Quadro Estatístico e geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1803-1867), Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Barros Pimentel

Outro importante trabalho que contribui para a compreensão das dinâmicas internas a respeito do comércio de escravos na Província do Rio Grande do Sul, após o final do tráfico de escravos, é o de Rafael Scheffer, que analisa, por meio de notas de compra e vendas de escravos e procurações que davam o poder de negociá-los, alguns municípios da Província, estando entre eles o de Porto Alegre⁸³. Esse autor vai trazer importantes dados sobre a população escrava, assim como do comércio de escravos para a capital da Província. Para a contagem dessa parcela da população de Porto Alegre, ligado ao cativo, utilizando como fonte a Matricula de Escravos de 1872/1873, Rafael Scheffer vai indicar uma população escrava de 8.893 indivíduos, que ele vai apontar como sendo 20% do total da população da cidade nesse período.

Tanto Araújo como Scheffer vão trazer uma importante contribuição para se pensar as consequências do fim do tráfico de escravos para a Província e, principalmente, para a sua capital. Em suas pesquisas, eles vão demonstrar que Porto Alegre foi um polo dinâmico de escravos que vendia escravos para a Corte e também comprava escravos de outras partes da Província, servindo de entreposto. Por outro lado, manteve os números de sua população escrava, de certa forma, estabilizados. Ao tratar de dados populacionais, cruzando diversas fontes, Araújo vai indicar que, no período entre 1858 e 1873, houve até mesmo um crescimento da população escrava em toda a Província do Rio Grande do Sul⁸⁴. Assim, a partir desses dados, é possível perceber a importância dessa parcela da população em Porto Alegre, cuja mão-de-obra escrava ainda era utilizada de forma expressiva mesmo em período já avançado do século XIX. Nesse sentido, é possível perceber a relevância de seu comparecimento diariamente nas páginas do jornal *A Reforma*, que estava relacionado a sua representatividade numérica nessa sociedade, assim como de sua força de trabalho e atuação nesse cenário urbano.

(1864), Recenseamento Geral do Brasil (1872) e quadro estatístico do número de escravos matriculados nas estações fiscais (1873). ARAÚJO, 2008, p.235.

⁸³ Além de Porto Alegre, Scheffer trabalha ainda com os municípios de Alegrete, Cruz Alta, Pelotas e Rio Grande. SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

⁸⁴ ARAÚJO, 2008, p.238.

1.2 A escravidão no espaço urbano

Porto Alegre, capital da Província, teve uma população escrava com características próprias relativas às suas atividades laborais e às formas de circulação e sociabilidade. Nesse sentido, partindo de algumas questões levantadas sobre a importância numérica dos cativos e o aumento das emancipações durante as últimas décadas da escravidão dentro dessa sociedade, busca-se aqui compreender de que forma essas dinâmicas influenciavam as ações das autoridades em relação à estrutura de controle e vigilância, assim como as discussões sobre a emancipação. Por muito tempo, tentou-se amenizar a necessidade e a importância do uso dessa mão-de-obra na Província e, principalmente, em Porto Alegre. Alguns contemporâneos, como por exemplo Torres Homem, vão utilizar esse argumento para justificar a campanha em favor da emancipação dos cativos, o mesmo argumento que será retomado posteriormente por pesquisadores ligados a uma historiografia tradicional, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso.

Torres Homem, um dos contemporâneos e participantes do movimento em prol da emancipação, vai apresentar um quadro que destaca apenas os últimos anos desse processo na capital da Província do Rio Grande do Sul. Para esse autor, a partir da união de dois jornais - *Jornal do Comércio* e *A Reforma* - e com o apoio do Partenon Literário, no ano de 1883, é que realmente inicia a propaganda abolicionista em Porto Alegre⁸⁵. A ênfase de Torres Homem está em retratar a série de eventos, nos anos de 1883 e 1884, na capital e em algumas cidades da Província. Tais eventos tiveram como objetivo principal libertar todos os escravos e promover uma “abolição antecipada”, o que pode ser amplamente discutido, tanto pela bibliografia como pelas fontes disponíveis. Nesse sentido, ao analisar o relato desse contemporâneo sobre os eventos que levaram à emancipação, mesmo que boa parte com cláusulas de prestação de serviços, deve-se levar em conta dois aspectos: o primeiro é que o mesmo além de ser contemporâneo a esse processo era também parte integrante dele, estando imerso nas atividades conhecidas como *meeting* abolicionista, e o segundo aspecto é o que mesmo

⁸⁵ TORRES HOMEM, 1888, p.4.

só publicou a sua história em 1888, após a assinatura da Lei Áurea. Assim, essas duas questões apontadas necessitam ser observadas para uma leitura mais atenta do seu trabalho.

Retomando a narrativa de Torres Homem sobre a história do movimento abolicionista, ao tratar da questão econômica, o mesmo vai identificar que não havia necessidade de sua utilização, visto os tipos de atividades que eram desenvolvidas na Província, e, por conseguinte, na capital. Segundo Torres Homem,

É historia muito antiga que nas diferentes sociedades a perpetuação do trabalho escravo, comquanto produzisse visivelmente o atrazo material da industria, foi considerada o palladio da riqueza publica e privada. Felizmente não podia ser muito arraigado esse prejuízo na provincia do Rio Grande do Sul, onde o maior emprego da escravidão foi no serviço doméstico. A industria pastoril, predominante na campanha, tem-se utilizado preferentemente de peões livres. A lavoura desenvolveu-se aqui, principalmente sob os auspicios dos colonos europeus. A abolição da escravatura não devia, portanto, pelo lado econômico, deparar com serias resistencias. Havia apenas habitos privados de possuir-se em casa, e de uma fórmula permanente, os criados de servir. Mas, por amor d'essa commodidade relativa, podia-se affirmar que a generosidade do povo rio-grandense não deixaria de corresponder ao apelo da civilização e da humanidade⁸⁶.

Fazendo uma apreciação rápida da escravidão como um todo, o autor vai inferir que o uso da mão-de-obra escrava causava atrasos, entendendo que, por isso, não deveria haver resistências em relação à abolição. Retomando a questão apresentada no tópico anterior, que tratava sobre os censos populacionais, o fato de Porto Alegre, em 1858 ter aproximadamente um terço de sua população escrava, demonstra o quão era importante a sua utilização, naquele período, o que possibilita criticar esse argumento apresentado por esse autor. Em trabalho que analisa questões referentes à escravidão e à liberdade na Vila de Cruz Alta, Thiago Araújo, realiza uma importante crítica a essa historiografia tradicional, buscando demonstrar a importância que teve a mão-de-obra escrava para a Província do Rio Grande do Sul, mesmo nos anos finais da escravidão⁸⁷.

⁸⁶ *Id. Ibid.*

⁸⁷ A crítica do autor é direcionada principalmente aos argumentos utilizados por Décio Freitas e Mário Maestri quanto à utilização da mão de obra escrava na pecuária. FREITAS, Décio. *O Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980; MAESTRI FILHO, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do*

Retomando aqui as considerações de Scheffer e Araújo sobre a dinâmica comercial da cidade de Porto Alegre e o seu papel de entreposto, pode-se perceber a importância do trabalho escravo nesse contexto, diferente do que foi apresentado por Torres Homem. Nesse sentido, como pode se observar a partir da pesquisa desses dois autores e de dados dos censos, a população da capital nas últimas décadas da escravidão vai aumentando, gerando uma maior concentração populacional.

Para refletir sobre essa questão do aumento populacional, relacionado ao aumento da população liberta a partir das décadas de 1870 e 1880, e sobre as consequências disso para esse cenário urbano, alguns trabalhos apresentam importante contribuição. É possível compreender a tensão das autoridades e da elite escravista com a vigilância constante, tendo a necessidade de identificar a atividade dos transeuntes. Assim, são diversas as publicações na imprensa sobre pessoas que eram presas por não terem em mãos a carta de liberdade ou a autorização dos senhores para andarem nas ruas: Maria do Carmo foi presa por circular pelas ruas sem identificação e, mesmo após a apresentação da sua carta de liberdade por seu ex-senhor, ainda assim permaneceu presa por bastante tempo, sendo vítima do tipo de vigilância que era posto em prática naquele momento e de um jogo de disputas políticas locais, caso que será melhor analisado posteriormente⁸⁸. Sidney Chalhoub, em artigo que tem como objetivo perceber os antagonismos entre a população negra do Rio de Janeiro e os governantes, traz algumas importantes contribuições para se pensar esse espaço urbanizado de intensa circulação e os embates que se davam, constantemente, entre esses sujeitos⁸⁹. Nesse artigo, Chalhoub vai trazer a expressão “cidade esconderijo”, que pode auxiliar na reflexão sobre as dinâmicas sociais que formavam esse desenho urbano. Segundo o autor,

Por um lado, o meio urbano escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres e diluindo paulatinamente uma polícia de domínio onde

escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984. ARAÚJO, 2008.

⁸⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/07/1872, p.1.

⁸⁹ CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de almas negras: Escravos, libertos e republicanos no Rio*. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16, mar.88/ago.88, p.83-105. Disponível em www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3676 (acesso em 14/novembro de 2013).

as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, podiam identificar prontamente as pessoas e seus movimentos. Por um lado, a cidade que escondia ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava, e que para desconfiar transformava todos os negros em suspeitos⁹⁰.

Assim, a realidade analisada para o Rio de Janeiro por Chalhoub, as transformações sociais que estavam sendo percebidas por seus contemporâneos e a forma como lidavam com a nova realidade são muito relevantes para a análise do contexto de Porto Alegre nesse período. Mesmo sendo uma cidade menor, as problemáticas encontradas em relação aos cativos e libertos e as alternativas pretendidas são muito semelhantes.

A partir dos registros de compra e venda de escravos, foram analisadas, no período pesquisado, as profissões dos cativos negociados em Porto Alegre, uma vez que interessam a ocupação desses sujeitos e a sua circulação nesse centro. A partir dos registros de compra e venda que foram catalogadas pela APERS, encontram-se profissões das mais diversas, assim como escravos identificados como sendo "sem ofício", como é o caso de David, de 18 anos "mais ou menos", crioulo, que foi vendido por 1:800\$ réis no início de 1870⁹¹. Em relação ao valor pago pelos cativos, Scheffer vai ponderar que os valores mais altos eram daqueles que estavam entre 15 e 29 anos, ou seja, no auge de sua idade produtiva.

Entre essas profissões registradas, pode-se destacar uma diferenciação entre o trabalho masculino e o feminino. As mulheres tinham funções mais voltadas para o ambiente doméstico, sendo referidas, entre elas, atividades mais gerais como a de "serviços domésticos" e outras mais definidas, como as de cozinheira, engomadeira, lavadeira, costureira etc. Contudo, dificilmente nesses registros aparece a expressão "sem ofício" para as mulheres, sendo - em sua ampla maioria - indicado "serviços domésticos" como profissão. O trabalho de Scheffer traz uma análise detalhada do perfil desses sujeitos, indicando para o período de sua pesquisa um equilíbrio entre homens e mulheres, estando os percentuais de venda entre 52% e 48%, respectivamente⁹². Em relação às profissões apresentadas para os homens, estas são muito diversas, havendo registros de roceiro, marinho, lavrador,

⁹⁰ *Idem*, p.9.

⁹¹ APERS, 2006, p. 165v.

⁹² SCHEFFER, 2012, p.266.

cozinheiro, oleiro, sapateiro, carreteiro, campeiro, pedreiro, cocheiro, copeiro, carpinteiro etc. Além dessas profissões, o número de homens cujos registros aparecem como “sem ofício” é bem significativo.

Paulo Moreira, analisando o contexto urbano de uma cidade como Porto Alegre, em fins do século XIX, busca demonstrar, a partir das relações entre senhores e escravos, as diversas experiências de escravos e libertos, trazendo importantes discussões para a compreensão do processo de abolição, utilizando um vasto aporte documental e evidenciando as práticas sociais dos sujeitos envolvidos⁹³. Por meio de sua pesquisa, Paulo Moreira vai perceber, em relação às últimas décadas da escravidão, que:

Se as elites políticas concordavam, pelo menos nesse momento, sobre como deveria ser promovido o fim do escravismo, existia outro segmento social crucial para o bom êxito desse instável processo – os próprios escravos. [...] As alforrias com prestação de contrato parecem ter seduzido os cativos, gerando uma aparente aceitação da emancipação gradual. Se o crescimento do aparelho policial visava aumentar a presença estatal nas ruas e a manutenção da ordem urbana (o que incluía a repressão aos cativos fugidos e libertos ociosos), a propaganda diária constante através de periódicos visava à obtenção de um consenso sobre a forma de conduzir a transição para o mercado de trabalho livre⁹⁴.

Para Paulo Moreira, em Porto Alegre havia uma propaganda, por intermédio da imprensa, em relação às alforrias com contrato de prestação de serviços que estavam obtendo êxito nos anos finais da escravidão. Esse êxito, segundo ele, estaria baseado na aceitação desse tipo de alforria pelos escravos e na garantia de manutenção da ordem pública. O trabalho de Moreira é de fundamental importância para esta pesquisa, pois analisa práticas sociais de agentes dos dois lados do polo escravista, e traz referências tanto às ações dos escravos e libertos como à forma com que os proprietários de escravos, os políticos e as camadas médias se rearticulavam nessa conjuntura, mostrando questões que uma análise centrada apenas em debates políticos não daria conta.

Em um trabalho que busca mostrar a questão da gestão dos conflitos no contexto urbano, Sandra Pesavento vai apontar a cidade como “sendo espaço definido e restrito, é o lugar onde se dá a concentração da população, a

⁹³ MOREIRA, 2003.

⁹⁴ *Idem*, p.176.

desigual apropriação do espaço, a exposição da diferença e da desigualdade social”⁹⁵. Embora a autora esteja tratando de um período final do século XIX, sua reflexão auxilia na compreensão das constantes disputas que estão em jogo em relação aos diferentes sujeitos que constituem essa cidade.

Essa preocupação, além de ser percebida a partir da imprensa, com a publicação de situações de fuga, desordens, crimes etc., também pode ser verificada na documentação oficial, como por exemplo nos relatórios de presidente de Província. Nesse sentido, é importante perceber como essa questão estava sendo apresentada nesse tipo de documentação, pois possibilita compreender que aquilo que estava sendo publicado no jornal era uma preocupação também por parte do governo. Em relação à forma como é apresentado nesses relatórios, esse tema é chamado de “tranquilidade pública” em que os presidentes, em geral, informam que a província se encontra em perfeita ordem nesse quesito. No entanto, posteriormente a essa verificação, constam nos relatórios os índices e os tipos de crimes que foram registrados, demonstrando que a ocorrência de crimes diversos não estava interferindo de forma direta na tranquilidade pública e na ordem social.

O relatório de Francisco Xavier de Pinto Lima, membro do Partido Conservador, é um exemplo de como a questão da tranquilidade pública é reproduzida nesse tipo de documento. Esse relatório foi selecionado por se tratar do período inicial em que se dá a análise dessa pesquisa, permitindo perceber como essa questão estava sendo tratada naquele período. Esse presidente faz uma crítica à imprensa em relatório dirigido a Assembleia Provincial, em 14/03/1870. Segundo ele, tratando da questão da tranquilidade pública,

Não tem sido alterada a tranquilidade publica na Provincia, e nem diviso motivos pelos quaes haja receio d’isso, graças ao espirito ordeiro e pacifico de seus habitantes, que sempre sabem mostrar-se patriotas, quer nos serviços prestados aos paiz nos campos de batalha, quando a honra nacional exige, quer respeitando as instituições creadas pela Carta Constitucional, que garante nossas liberdades. E se porventura alguma voz na imprensa prega doutrinas

⁹⁵ PESAVENTO, Sandra. *Crime, violência e sociabilidades urbanas: As fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século. XIX. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/497?lang=en> (acesso em 30 de outubro de 2013)

que podem fazer desgarrarem-se animos incautos, não encontra echo, e perde-se nos ares⁹⁶.

Pinto faz uma crítica à postura da imprensa, indicando que esta buscava doutrinar a população da Província, o que poderia provocar mudanças no comportamento pacífico dessa população. Essa crítica, provavelmente, era dirigida à imprensa ligada ao Partido Liberal, opositor ao seu governo. Ainda, em seu próprio relatório acaba desmontando o quadro de harmonia que visava a descrever ou apresentar os números registrados pela polícia (ANEXO 2). No entanto, ele mesmo explica o porquê de tal incoerência entre o que foi escrito e os dados apresentados. Para Pinto Lima,

A civilização que de mais em mais se vae aqui desenvolvendo pelas relações commerciaes com os portos estrangeiros, e pela instrucção disseminada entre o povo, oppõe obstaculos a esses desvarios da razão, e bem assim a perpetração dos crimes que nodão a deshonrão a humanidade. E se a estatistica dos delictos commettidos parece desmentir minhas palavras não é porque assim o seja realmente, mas porque, melhorando o serviço de polícia, á medida que lhe são applicados mais extensos recursos, a descoberta e punição dos culpados, que escapavão até agora á acção da justiça, faz-se em menor escala. D'ahi procede a falsa apparencia de não ser resultado de um bem, como é a civilização, outro bem como é a diminuição dos crimes⁹⁷.

Dentro de sua fala, a questão principal é compreender porque houve a necessidade de um aumento do corpo policial em uma Província que demonstrava ordem e tranquilidade. O aumento da criminalidade, indicado por Pinto Lima, foi apontado a partir da observação dos dados referentes aos dois últimos quinquênios. Embora a tipologia dos crimes nem sempre fique muito definida, esse crescimento é percebido, principalmente, em crimes como resistência, homicídios, ferimentos e ofensas físicas. Em seu relatório, Pinto Lima vai apresentar crimes denominados como infração de posturas e ajuntamentos ilícitos. Para o primeiro quinquênio da década de 1860, o número de infrações de posturas é de 33 casos (ANEXO 2).

Em relação a essa necessidade de vigilância e controle, o código de posturas, nesse sentido, pode ser também entendido como um desses

⁹⁶ Relatório com que o Excellentissimo Senhor Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima Abrio a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia legislativa provincial em 14 de Março de 1871. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/903/000004.html> (acesso em 10/01/2012), p.4

⁹⁷ *Idem*.

mecanismos de controle. Sobre essa questão, em artigo que vai tratar dos códigos de posturas, no século XIX como disciplinador do convívio social, Ricardo Schmachtenberg vai indicar que,

Podem se caracterizar, as posturas, como uma forma de prevenção e controle do espaço urbano, um mecanismo regulamentador para que este espaço não se tornasse um ambiente infeccioso, minando as possibilidades de ocorrência de problemas relacionados à saúde pública e principalmente vigiar, regulamentar a população para que esta não potencialize suas atitudes contra a ordem e moral pública e coloque em perigo a sociedade. Sua constituição estava determinada a manter a ordem, orientar e controlar o bom andamento da sociedade. Regulamentar a cidade também significava inibir a ação de indivíduos que poderiam desafiar o poder do Estado⁹⁸.

Analisando os dados sobre as prisões de escravos em Porto Alegre, Paulo Moreira vai salientar que essas detenções eram apenas de escravos que estavam sem os bilhetes de seus senhores, autorizando-os a circular para realizar determinado trabalho. Segundo ele,

A ideia era impedir – ou limitar – os deslocamentos independentes dos cativos e a sua socialização com outros grupos de populares, o que explica estar esta medida restritiva incluída no Código de Posturas Municipais no capítulo 9º, que tratava dos “Vadios e Tiradores de Esmolas”. Os infratores eram punidos com 25 açoites (artigo 102), exceção feita àqueles cativos que após o toque de recolher e antes do toque de silêncio fossem fazer despejos de “matérias fecais e outras imundícies, em vasilhas cobertas”, nos locais designados pela Câmara Municipal através de Edital⁹⁹.

A questão do controle, conforme demonstra Moreira, está colocada, nesse período, não apenas por meio da legislação vigente como da vigilância e do cumprimento dessas leis, como algo necessário para a manutenção dessa ordem social. Conforme veremos posteriormente, essa questão da manutenção da ordem está também associada aos projetos que visam, de forma gradual, resolver a questão da escravidão no Império. Nesse sentido, a relação entre essa manutenção da ordem e a necessidade de fazer com que esses sujeitos estejam ligados a atividades produtivas é uma constante nesse período.

⁹⁸ SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. *Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf, p.5.

⁹⁹ MOREIRA, 2003, p.30.

1.3 A organização político-partidária

Para uma melhor compreensão do contexto no qual o jornal *A Reforma* circulava, não é possível desconsiderar que esse foi fundado como órgão de propaganda do Partido Liberal. Mesmo que as ideias ali presentes não fossem a expressão fiel do partido, ainda assim, compreender o contexto político de sua fundação é essencial. Assim, para realizar uma análise mais atenta desse jornal, mesmo que o objetivo principal não seja as disputas políticas entre os diferentes partidos, não é possível ignorar o contexto político daquele período. Ao se tratar sobre as questões político-partidárias - tanto no Império como na Província do Rio Grande do Sul, e Porto Alegre como sua capital e principal palco desse cenário político provincial - deve-se ter claro que havia uma instabilidade nessas organizações, não havendo consenso entre os partidos e seus membros, o que ocasionou algumas rupturas e transformações ao longo do período analisado.

Tratando dessas disputas dentro de um contexto imperial, José Murilo de Carvalho vai indicar que até a formação da “Liga Progressista”, em 1868, e da publicação de seu programa, as divergências entre liberais e conservadores estavam situadas na questão da centralização ou descentralização do poder, querendo os liberais uma maior autonomia das províncias enquanto os conservadores queriam um fortalecimento do poder central. Mas, a partir dessa formação, o debate em torno da escravidão e os projetos para o seu fim entraram de forma mais efetiva na pauta de discussões, ocasionando conflitos internos. Em 1869, fundou-se o novo Partido Liberal e aqueles que pertenciam a uma ala mais radical saíram dele e fundaram, em 1870, o Partido Republicano. Ao analisar a postura do Partido Conservador e do Liberal, Carvalho identifica que

Tantos liberais quanto conservadores, nos períodos turbulentos de consolidação do poder, quando várias alternativas se colocavam como viáveis politicamente, concordavam em alguns pontos básicos referentes à manutenção da unidade do país, à condenação de governos militares de estilo caudilhesco ou absolutista, à defesa do sistema representativo, à manutenção da monarquia e, sem dúvida, também à necessidade de preservar a escravidão¹⁰⁰.

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.138.

No ano de 1869, o Partido Liberal lançou seu manifesto em oposição ao gabinete e ao Partido Conservador, no qual propunha algumas medidas que podem ser entendidas como reformistas. Segundo Lyra, o manifesto apresentava medidas como:

[...] descentralização do sistema de governo, reforma tributária, autonomia do judiciário, eleição direta e *gradual* emancipação dos escravos. E radicalizando, em um segundo momento, ao propor a abolição *imediate* do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão”¹⁰¹.

Assim, a inclusão do tema da emancipação aparece como sendo uma política desse partido, o que acabou gerando conflitos entre os próprios liberais. Para Célia Azevedo¹⁰², a inclusão da questão da emancipação dos escravos nesse manifesto do Partido Liberal contribuiu, conforme mencionado anteriormente, para o debate em torno da questão servil e do desenvolvimento da propaganda abolicionista.

Para Ângela Alonso¹⁰³, em artigo sobre as elites intelectuais e políticas no segundo reinado, a ala mais exaltada do Partido Liberal, que fundará o Partido Republicano, estava mais preocupada com a questão da abolição da escravidão, a laicização do Estado e a democratização das instituições políticas. No entanto, tanto os apontamentos de Alonso como os de Carvalho necessitam de uma melhor análise, não podendo ser homogeneizado o comportamento de todos os membros dos três partidos. O posicionamento político individual nem sempre era o mesmo daquele apresentado de uma forma mais centralizada pelo partido. Assim, nem todos os republicanos podem ser vistos como abolicionistas ou os conservadores como escravistas.

No Rio Grande do Sul, nesse período, assim como no restante do Império, havia também uma instabilidade política. Para essa Província, muitos desses conflitos políticos podem ser percebidos como resquícios dos conflitos relacionados à Revolução Farroupilha (1835-1845), que ainda não haviam sido

¹⁰¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. Os partidos políticos e a abolição. In: WEHLING, Arno. *A abolição do cativo*: os grupos dominantes. Rio de Janeiro: IHGB, 1988, p.64.

¹⁰² AZEVEDO, 2004.

¹⁰³ ALONSO, Ângela. A apropriação das ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.89.

superados. Assim como na Corte, nessa Província, a partir da década de 1860, foi iniciada uma reorganização política, mas ainda muito conflituosa, havendo, também no início dessa década, a união entre liberais progressistas e liberais históricos. Seu objetivo comum era de lutar contra o que consideravam ser ainda herança da Revolução Farroupilha, ou seja, o seu distanciamento das decisões na Corte.

Em relação a essa nova estruturação na política partidária, ocorrida na década de 1860 no Império, no Partido Liberal da Província do Rio Grande do Sul ocorre também a já mencionada união entre progressistas e históricos: Félix da Cunha e Gaspar da Silveira Martins. Segundo Helga Picollo¹⁰⁴, houve uma “hegemonia” construída pelo Partido Liberal na Província do Rio Grande do Sul, desde essa união até a proclamação da República. Félix da Cunha, um de seus principais líderes, morreu em 1865 e Osório, outro importante nome entre os liberais, estava na Guerra do Paraguai. A partir daí, Gaspar Silveira Martins assumiu a liderança do Partido Liberal na Província, o que iria durar até a Proclamação da República.

Em relação aos embates políticos entre Província e Corte, é necessário refletir sobre a constituição dos partidos na Província do Rio Grande do Sul. Para Helga Picollo¹⁰⁵, o fato de os liberais serem contra a centralização do poder explica as suas críticas feitas ao governo imperial e as medidas que defendiam. Ela também aponta uma oposição entre o governo central e o provincial, nesse período de reorganização dos partidos. Enquanto na Corte de 1868 a 1872 havia um gabinete conservador, a Província era liberal (ANEXO 1), e isso dificultava ainda mais as relações políticas, pois o presidente da Província era indicado pelo governo central, o que acabava por criar um impasse. Em um trabalho que trata sobre imprensa e política, Francisco Alves vai apontar como as inversões partidárias, nos gabinetes do Império, também acabavam por gerar conflitos, aumentando cada vez mais as disputas entre liberais e conservadores. Para Alves,

As inversões partidárias entabuladas desde então levaram a cisões ainda mais profundas entre as duas agremiações, na alternância de

¹⁰⁴ PICOLLO (org), 1998, Volume II, p. 16.

¹⁰⁵ PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. *A política Rio-grandense no Segundo Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974, p.38.

posturas oposicionistas / situacionistas de acordo com o status quo político de cada momento. As alterações do partido à testa do governo traziam certa instabilidade, já que as substituições implicavam em 'verdadeira reviravolta administrativa, pois se verificavam as famosas derrubadas', pelas quais ocorriam drásticas mudanças na ocupação do aparelho de Estado, desde o primeiro escalão do governo até os mais simples funcionários públicos¹⁰⁶.

Essas questões apontadas por Picollo e por Alves demonstram o quadro da instabilidade política no Império no que se refere à ocupação de cargos, tanto na Província quanto na Corte, que era indicado pelo Imperador e podia ser modificado a qualquer momento, de acordo com a situação ou os interesses em jogo naquele momento.

Analisando apenas o cargo de presidente na Província do Rio do Grande do Sul, a partir do quadro que enumera os presidentes que ocuparam esse cargo, o período de permanência e o partido a que estavam vinculados (Anexo 1), é possível perceber de que forma esse cargo foi ocupado, havendo trocas constantes ao longo do período pesquisado. Entre os anos de 1869 e o início de 1889, passaram por esse cargo na Província do Rio Grande do Sul 38 governantes¹⁰⁷.

Em geral, o tempo de permanência no cargo era muito pequeno, como Israel Rodrigues Barcelos, por exemplo, que permaneceu menos de um mês no cargo. Em seu relatório, Israel Barcelos irá indicar que já sabia que seu governo seria provisório. Segundo ele,

Convidado pelo Exm. Sr. Antonio da Costa Pinto Silva a assumir a administração d'esta Província por haver sido exonerado por Decreto de 24 de abril do corrente anno e ter de ir tomar assento na camara temporária, no dia 20 de maio findo entrei no exercicio de tão importante cargo, superior ás minhas forças.

No curto espaço de 25 dias, que eu calculava que não passarião de 9, porque constava que V.Ex. partiria da Corte a 21 do referido mez – quase que limitei-me a dar andamento aos negócios de mero expediente¹⁰⁸.

¹⁰⁶ ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e conflito discursivo no alvorecer do discurso rio-grandino. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Política e Imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007, p.23.

¹⁰⁷ Tabela feita com base nos relatórios e falas de presidente da Província do Rio Grande do Sul, no período entre 20/05/1869 e 25/06/1889. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>, (acesso em 10/01/2012); FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do sul: 1821-1937*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

¹⁰⁸ Relatório com que o Exmº Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmº Sr. Dr. João Sertorio. 14/06/1869. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1073/000002.html> (acesso em 27/11/12).

Houve alguns casos em que o período de permanência no cargo foi maior, como o caso de João Pedro Carvalho de Moraes e José Júlio de Albuquerque Barros, Barão de Sobral, sendo esses os que mais tempo permaneceram como presidentes dessa Província¹⁰⁹. Muitos desses que ocuparam esse cargo passaram, anteriormente, por outras províncias, como é o caso de José Júlio Albuquerque Barros, que também foi presidente da Província do Ceará¹¹⁰.

Em relação a essa constante mudança no governo da Província e das disputas políticas que ocorriam na Assembleia Provincial ou em relação ao centro do poder do Império, como já mencionado anteriormente, havia sempre instabilidade política. O trabalho de Jonas Vargas, que analisa as elites políticas na Província do Rio Grande do Sul, vai indicar que houve uma mudança de posicionamento dessa elite política, que estava se organizando a partir da década de 1860, em relação àquela da Revolução Farroupilha, frente ao governo imperial¹¹¹. Para Vargas,

A Revolta dos Farrapos (1835-1845), jamais esquecida pelos que nela lutaram, havia ensinado aos estancieiros rebeldes e aos seus filhos e netos que o conflito armado contra o Império talvez não fosse a melhor maneira de defender os seus interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, ao invés da insurreição, a participação direta no próprio governo central tornava-se uma alternativa mais vantajosa para as elites rio-grandenses¹¹².

Nesse sentido, em sua pesquisa, Jonas Vargas vai mostrar de que forma foram sendo construídas as redes de amizade e profissionais durante os anos em que muitos políticos rio-grandenses estavam em período de formação fora da Província, principalmente em São Paulo, o que possibilitou a sua projeção na política provincial e o papel de destaque na política imperial, como

¹⁰⁹ João Pedro Carvalho de Moraes foi presidente entre 01/12/1872 e 11/03/1875 e José Júlio de Albuquerque Barros entre 16/07/1883 e 19/09/1885. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial> (acesso em 10/01/2012).

¹¹⁰ Falla com que o Exm.º Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros presidente da Provincia do Ceará abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/211/000002.html> (acesso em 27/11/12).

¹¹¹ O trabalho de Jonas Vargas busca estudar através de método prosopográfico, inspirado nas noções de *rede social* e *mediador*, a elite gaúcha no período compreendido entre 1868 e 1889, buscando entender as estratégias familiares utilizadas por esta elite para uma aproximação com o centro das decisões na Província do Rio Grande do Sul e no Império. VARGAS, 2007.

¹¹² VARGAS, 2007, p.14.

é o caso de dois importantes políticos liberais: Manoel Luís Osório e Gaspar Silveira Martins.

Para além dessas redes, indicadas por Vargas, autores como Eliane Colussi vão apresentar a questão da maçonaria como sendo um importante elo entre esses grupos. Em seu trabalho, Colussi busca encontrar relações entre a maçonaria e a política na Província do Rio Grande do Sul, no século XIX, mostrando o início da fundação de lojas maçônicas por toda a Província e a forma como isso foi repercutindo entre os principais líderes políticos e membros da elite. Para a autora, havia uma relação entre a nova configuração política na Província e uma melhor estruturação da maçonaria. Segundo Colussi,

Em termos de configuração dos partidos políticos propriamente ditos, foi somente a partir da década de 1860 que conservadores e liberais conseguiram se lançar de forma mais homogênea e com linhas programáticas mais bem definidas. Acredita-se que existe uma coincidência entre a melhor definição do quadro político-partidário gaúcho e a estruturação mais organizada e sólida da maçonaria gaúcha. Com isso, não pretendemos submeter a análise do quadro político à presença maçônica, mas sim, na ausência de fontes mais esclarecedoras, tomar esse aspecto como referencial¹¹³.

Colussi vai apontar que não encontrou nos discursos parlamentares analisados relação entre a maçonaria e a política, porém, ao analisar o quadro de deputados da Câmara Provincial, no período compreendido entre 1860 e 1889, vai encontrar entre aqueles identificados como maçons 15 liberais, quatro conservadores e quatro não identificados¹¹⁴. Para a autora, essa predominância de liberais entre os deputados provinciais maçons estaria mais ligada a questões pessoais do que a questões referentes à maçonaria. Entre os deputados apresentados por Colussi como maçons, aparecem importantes liberais como Antonio Antunes Ribas, Carlos Von Koseritz, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Francisco Xavier da Cunha. Para Margareth Bakos, tratando do papel da maçonaria no movimento abolicionista, o fato de Silveira Martins ter ocupado o cargo de Grão-Mestre da Ordem, em 1884, teria aumentado o prestígio dos maçons na Província, dado o papel de destaque que já ocupava

¹¹³ COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011, p.178.

¹¹⁴ *Idem*, p.198.

nos quadros do Partido Liberal, tanto na Província como no Império, nesse período¹¹⁵.

As questões apontadas por Vargas - em relação à formação das redes de sociabilidade - e por Colussi - indicando a participação de muitos políticos na maçonaria ou em outros grupos (Partenon Literário, Centro Abolicionista etc.) - contribuem para essa análise na medida em que demonstram, para além das questões políticas, as atividades em que esses sujeitos estavam inseridos e os contatos e relações que faziam em seus espaços de circulação, ligados ou não ao mesmo partido político. Nesse sentido, não é possível buscar uma linha de pensamento único dentro dos quadros políticos do Império ou da Província, ocorrendo constantes disputas entre os partidos e, também, internamente. Essas disputas poderiam estar relacionadas a temas específicos, no caso da emancipação dos cativos, ou até mesmo em torno de uma liderança local, como aquela que ocorria entre Silveira Martins e Osório, por exemplo¹¹⁶. Ângela Alonso vai tratar sobre essas divergências, entre as décadas de 1860 e 1870, apontando que não estavam restritas ao Partido Liberal. Segundo a autora,

O debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. [...] A consequência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre as facções da elite que mantinha o status quo imperial¹¹⁷.

¹¹⁵ BAKOS, 1982, p.43.

¹¹⁶ Em carta enviada a seus irmãos, em 1879, Manoela vai comentar a saída de Silveira Martins, do Ministério da Fazenda, demonstrando desentendimentos entre Silveira Martins e Osório: "Pelotas 9 de março 79. Fernando e Adolpho Tenho andado muito aborrecida com os ultimos acontecimentos politicos que imagino como não terão desgostado a nosso velho. Nunca esperei que Gaspar por ter sahido do ministério e vel-o ainda de pé sustentado por nosso velho, quera indiscretamente offendel-o dirigindo-lhe desaforos por boca de outrem. Gaspar é velhaco e tem amigos que se tem encarregado de faser propaganda a seo favor de maneira a obterem até felicitações para elle e me parece que mesmo sem saberem o que faser tomarão de preferencia como patriótica a ashida d'elle do ministerio [corroído] vez a maior parte da provincia. Talvez convenhas pois Papai diser algumas cousas ás influencias liberaes. [...]". Manuscrito. FUNDO: Osório /IHGB.

¹¹⁷ ALONSO, 2009, p.89.

Para Ângela Alonso, essas divergências acabaram por causar rupturas dentro dos partidos, surgindo das alas mais radicais o Partido Republicano. Essas divergências também podem ser percebidas dentro da política provincial do Rio Grande do Sul, acompanhando a troca de partido por alguns políticos já mencionados.

Entre esses, pode ser citado o caso de Carl Von Koseritz. Inicialmente filiado ao Partido Conservador, era um dos principais líderes, saindo após o conflito com José Bernardino da Cunha Bittencourt, outro grande nome dentro do partido¹¹⁸. Após essa situação, filiou-se ao Partido Liberal, em que permaneceu até a Proclamação da República. Outro caso seria o de Aurélio Veríssimo de Bittencourt que, inicialmente membro do Partido Liberal, filiou-se ao Partido Republicano e foi, posteriormente, um dos principais homens de confiança de Júlio de Castilhos¹¹⁹. Além disso, importantes políticos da Província, tais como Ramiro Barcellos e Wenceslau Escobar - publicamente republicanos - ocupavam cadeiras na Assembleia Provincial pelo Partido Liberal, por ser essa a única forma, naquele período, de participarem do quadro político, o que não os impediu de terem acalorados debates com os outros deputados provinciais do Partido Liberal¹²⁰.

As questões internas referentes às disputas de poder pelas lideranças dentro do Partido Liberal na Província serão melhor desenvolvidas no capítulo 2. No entanto, a partir dessas considerações é possível verificar o clima de instabilidade política, não apenas entre os partidos, como dentro do próprio Partido Liberal, além de divergências relacionadas a pontos importantes como no caso da escravidão.

* * *

Este capítulo buscou demonstrar algumas características do cenário urbano de Porto Alegre, alguns aspectos dessa população ligados ao cativo e o quadro político que foi sendo construído e modificado ao longo do período

¹¹⁸ COLUSSI, 2011, p.200.

¹¹⁹ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois prá cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre a literatura e a política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2008, p.19.

¹²⁰ PICOLLO (org), 1998.

pesquisado, buscando demonstrar o contexto e alguns aspectos importantes no qual *A Reforma* está inserido. Essas questões serão importantes para a compreensão do capítulo posterior, que tratará sobre alguns dos principais membros do Partido Liberal no Rio Grande do Sul que foram, em sua maioria, fundadores desse jornal ou seus colaboradores, além de analisar a forma como o jornal apresenta suas ideias em torno da questão servil.

2. JORNAL A REFORMA: SEUS HOMENS E SUAS IDEIAS

Ao tratar de um jornal, com uma circulação contínua e por um longo espaço de tempo, é necessário refletir sobre a importância que esse representava para um grupo específico a ele ligado e para os demais grupos dos quais ele divergia ou os quais combatia, no período de sua circulação (finais do século XIX). Por se tratar de um jornal que funcionava como órgão de propaganda de um partido, é necessário ter-se o cuidado de não creditar todas as publicações ao posicionamento do Partido Liberal como um todo, visto que havia discordâncias internas em muitos assuntos, entre eles o da própria emancipação dos escravos.

Conforme já mencionado, e pensando nas questões políticas que envolviam esse jornal e o que nele eram publicados, deve-se levar em conta o alerta dado pela historiadora Margareth Bakos. Para a autora, pensando nos conflitos políticos existentes na Província nesse período, é preciso entender que muitas questões apresentadas pelo jornal estavam ligadas a “querelas políticas”, principalmente aquelas em que os nomes eram citados¹²¹. No entanto, não se pode, por outro lado, creditar apenas a essas querelas tudo aquilo que ali estava sendo publicado. Dessa forma, é necessário estar atento a essas questões levantadas, não entendendo as publicações como consenso ou pensamento único daquele grupo que participava do jornal. Por outro lado, a análise de seu conteúdo não pode excluir a percepção de que os homens que foram seus fundadores e que faziam parte da redação do jornal *A Reforma* ou com ele colaboravam eram membros de uma elite política e intelectual da Província do Rio Grande do Sul e do Império, tendo alguns deles ocupado altos cargos no Império - a exemplo de Silveira Martins, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Eleutério de Camargo e Antonio Antunes Ribas.

Assim, este capítulo tem como objetivo mostrar como o jornal estava inserido dentro de um movimento de circulação das ideias dos últimos anos do século XIX, entre as quais estavam as emancipacionistas no auge do debate, tanto trazendo notícias do centro do Império para a capital, como levando essas notícias para o restante da Província. Busca-se, aqui, perceber o papel

¹²¹ BAKOS, 1982, p.14.

do jornal como irradiador de ideias, mostrando uma crítica ao cotidiano escravista e indicando a necessidade de manutenção da ordem; porta voz do grupo político ao qual pertencia; mediador entre as questões que estão sendo debatidas em todo o Império, assim como no restante da Província, trazendo em suas páginas os principais debates e os repassando a seu leitor.

2.1 Principais líderes do Partido Liberal no Rio Grande do Sul

Ao analisar os artigos e as notícias publicados no jornal *A Reforma*, um dos problemas apresentados é a falta de autoria da maioria dessas publicações. No entanto, a temática que é apresentada diariamente em suas páginas, em relação à escravidão e à liberdade, é de fundamental importância para a compreensão das questões que estavam em pauta naquele momento. Assim, ao analisar a forma com que o jornal *A Reforma* tratava as questões relativas à escravidão e à liberdade, é preciso ter claro o grupo ao qual o jornal estava ligado - membros pertencentes à elite - e refletir sobre o papel desempenhado por esses membros, tanto na Província quanto na Corte. Nesse sentido, aproximar-se de alguns membros que participaram da fundação e da redação desse jornal tem grande importância. Por se tratar de jornal ligado ao Partido Liberal, optou-se aqui por acompanhar, de forma resumida, a trajetória de quatro homens, que tiveram grande liderança dentro desse partido na Província do Rio Grande do Sul e obtiveram papel de destaque no cenário político do Império: Gaspar Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas e Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Antonio Eleuthério de Camargo.

Ao se trabalhar com esses sujeitos há de se considerar, inicialmente, a sua inserção dentro de uma elite local, e com o desencadeamento de suas trajetórias políticas, dentro de uma elite imperial, ligada à política, à economia e às ideias. Um importante trabalho para se refletir sobre a noção de elite é o de Christophe Charle. Em artigo que busca fazer um balanço historiográfico sobre a história social das elites, identificando quatro fases desse processo para a constituição de um campo específico de pesquisa designado “elites”, esse autor vai estabelecer que noção de elite em história social, a partir da década

de 1970, começa a emergir, em detrimento do conceito marxista de classe¹²². Segundo o autor, em relação ao estudo contemporâneo das elites,

As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam. [...] A história cega dos dominantes que era a história política clássica pode atualmente ser reinvestida graças a esse aporte de mediações finas entre posição social, posição ideológica e dinâmica social. Os historiadores começam a se engajar em definir as redes sociais que ligam as diversas elites, em delimitar grupos de pressão, os movimentos de criação de diversas sociedades de pensamento ou partidos, colocando-os em relação com as divisões do espaço social da classe dominante nas diferentes épocas¹²³.

Há, portanto, uma necessidade de retomar questões referentes à atuação dessas elites, pois existem muitas questões em aberto. Não se trata de uma exaltação a seus membros, como era feito no passado, mas um novo olhar, agora mais crítico, sobre o papel por elas desempenhado.

Em relação a essas redes que ligam as elites, estabelecendo vínculos de dominação, mas também de reciprocidade, José Mateo, em texto que estuda as relações de rede social e parentesco em Lobos, Província de Buenos Aires, busca compreender as relações de clientelismo, demonstrando os diferentes papéis existentes nessas redes como o patrão, o mediador e o cliente¹²⁴.

Mesmo tratando de um contexto diferente, a definição que Mateo atribuiu à rede social parece bastante útil para uma reflexão em relação ao grupo pesquisado. Segundo ele, pode ser definido como “um conjunto complexo de inter-relações em um sistema social, um conjunto específico dentro de um grupo definido de pessoas, unidas por vínculos com conteúdos específicos e valores atribuídos a eles”¹²⁵. Para Mateo, essas redes se concebem dentro de grupos de parentes solidários, e tais relações vão se estendendo para outros níveis, em que as questões de parentesco também

¹²² CHARLE, Cristophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites: Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.21.

¹²³ CHARLE, 2006, p.32.

¹²⁴ MATEO, José. *Población, parentesco y red social en La frontera*. Lobos (Província de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar Del Plata: Universidad Nacional de Mar Del Plata, 2001.

¹²⁵ *Idem*, p.42.

estão em jogo em um arranjo político, principalmente por meio dos casamentos e apadrinhamentos.

Embora envolvidos nessas tramas políticas, com vínculos de solidariedade e reciprocidade, não é possível estabelecer condutas homogêneas para os seus membros, nem mesmo uma participação permanente, visto os conflitos dentro das próprias redes, por motivos diversos. No caso pesquisado, por exemplo - dentro do Partido Liberal - há constantes rupturas em que seus membros acabam mudando de partido, indo para o Partido Conservador e, posteriormente, para o Partido Republicano.

Outro interessante trabalho para pensar a noção de elite e a forma como essa elite provincial se articulava com a elite imperial é o de Jonas Vargas, sendo as suas ideias muito próximas às de José Mateo em relação aos arranjos políticos¹²⁶. O autor faz uma distinção entre os tipos de elite, identificando uma *elite política provincial* e uma *elite provincial*. Para Jonas Vargas,

[...] A elite política provincial [...] baseia-se nos altos cargos políticos ocupados. Portanto, quando falarmos da elite política provincial, estaremos nos referindo aos conselheiros e ministros de Estados, aos senadores e aos deputados gerais e provinciais, em suma, mediadores políticos. [...] As elites provinciais englobavam e ultrapassavam o grupo delimitado como "elite política". Nelas estão elementos da alta burocracia e da política, homens ricos e com atividades diversas, [...] e profissionais liberais do mundo urbano [...] ¹²⁷.

Essa definição de Vargas sobre as elites contribui para esta pesquisa na medida em que possibilita perceber as diferenças existentes entre os membros que estavam envolvidos na publicação do jornal *A Reforma*. Tratá-los como grupo homogêneo, esquecendo suas especificidades, significaria comprometer os resultados da análise. Ao tratar sobre a formação acadêmica da *elite política provincial*, Jonas Vargas traz outra contribuição fundamental. Ele vai apontar que redes foram sendo construídas, durante o período de formação, por boa parte da elite provincial proveniente de Rio Grande, Bagé e Porto Alegre, que se deslocavam em sua grande maioria para São Paulo, onde acabavam criando laços de amizade e reciprocidade. Ele demonstra, em sua

¹²⁶ VARGAS, 2007, p.37.

¹²⁷ *Id. Ibid.*

pesquisa, que de certa forma essas redes auxiliariam no êxito das carreiras políticas. Segundo Vargas,

Numa sociedade onde a informação segura era um bem valioso, os espaços de sociabilidade como clubes, as irmandades e as associações ajudavam a dar maior coesão e segurança às relações sociais e políticas e à própria circulação de informações. Neste sentido, os partidos eram apenas mais um destes espaços que podiam privilegiar os seus adeptos com cargos e favores, mas não menos que os irmãos de uma loja maçônica, os colegas de uma turma de faculdade ou os camaradas de um comando militar, por exemplo. Não queremos com isto negar a força das ideias e dos discursos proferidos no parlamento. No entanto, os atores que não subiam neste palco acabavam interpretando os papéis mais importantes de uma peça na qual as elites trocavam o figurino sem sair de cena¹²⁸.

Para esse autor, o parlamento não era o único espaço de debates e discussões. Os laços e vínculos poderiam ser constituídos a partir de outros meios sociais, como faculdade ou maçonaria, por exemplo, sendo esses importantes espaços de sociabilidade. Vargas ainda vai entender que essa preocupação das famílias em mandarem seus filhos para fora da Província, a fim de obterem a formação superior, funcionava como uma estratégia para que estes conseguissem ser inseridos na elite política provincial. Apesar de serem poucos os que conseguiam ocupar esses cargos, o autor tenta demonstrar que essas redes de sociabilidade construídas ao longo do período de estudos acabam trazendo outras possibilidades, como auxílio na busca por emprego ou ajuda em caso de dificuldades¹²⁹. Serão aqui analisadas, de forma resumida, as trajetórias de quatro importantes políticos do Partido Liberal, que a partir de estratégias e formação de redes, apontadas por Vargas, tiveram uma projeção na Província do Rio Grande do Sul e na Corte, circulando entre as duas elites: Gaspar da Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Antonio Eleuthério de Camargo. Esses sujeitos, em algum período de suas trajetórias políticas, estiveram ligados ao jornal *A Reforma*, fazendo parte de sua redação ou contribuindo na sua administração. Além disso, não pode ser deixado de lado que, ao ocuparem altos cargos a nível imperial, certamente

¹²⁸ VARGAS, 2007, p.259.

¹²⁹ Jonas Vargas vai demonstrar como foram sendo constituídos vínculos, desde o período de formação em São Paulo, no curso de direito, entre Gaspar da Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas e Florêncio Carlos de Abreu e Silva, três importantes nomes do Partido Liberal e que foram integrantes do jornal *A Reforma*. VARGAS, 2007.

as suas posturas políticas, mesmo que não estivessem orientando ou comandando as suas publicações, de alguma forma influenciavam aquilo que estava sendo tratado naquelas páginas.

Com a exceção de Eleuthério de Camargo, que teve sua formação como engenheiro no Rio de Janeiro, os outros três estudaram direito em São Paulo, praticamente no mesmo período. Para Jonas Vargas, houve uma gradativa profissionalização das carreiras políticas em que o curso de direito seria um caminho mais eficiente no que ele chama de “tramas políticas”¹³⁰. Talvez nesse sentido seja possível explicar a escolha desse curso pela maioria daqueles que ocuparam os cargos mencionados. Vargas infere que essa formação comum, em um mesmo período, e o contato com as ideias liberais circulantes teriam dado a base da orientação política desses sujeitos que, ao retornarem à Província, passaram a participar das tramas políticas, exercendo, além de sua profissão, cargos na Província e, posteriormente, na Corte. Entre os quatro políticos citados, Colussi apresenta três deles como maçons: Gaspar Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas e Florêncio Carlos de Abreu e Silva.

Entre esses sujeitos citados, Antonio Eleuthério de Camargo tem características diferentes dos outros três, tanto pelo fato de não ter tido a mesma formação quanto pelo fato de não ser membro da maçonaria. Contudo, a sua trajetória é muito importante para a compreensão dos discursos utilizados no jornal *A Reforma*, pelo fato de ter sido seu redator desde a sua fundação até 1885 e pela importância que teve em sua vida política a rede de relações que o mesmo estabeleceu. Sobre Eleuthério, Jonas Vargas vai indicar que,

Na década de 1860, chegando em Porto Alegre, Eleuthério conheceu Félix da Cunha e Silveira Martins. Após destacar-se como funcionário da secretaria de Estatística, organizando um censo provincial de 1868, Camargo foi chamado para ser redator chefe do Jornal do Partido Liberal, *A Reforma*, função que ocupou até 1885, quando, após longos serviços prestados na imprensa, foi recompensado com a nomeação de ministro de Guerra, quando certamente ampliou ainda mais a sua rede social que o ajudou a ascender na carreira. No fim da vida, Eleuthério encontrava-se pobre e “para não morrer de fome entregou-se ao trabalho profissional”¹³¹.

¹³⁰ VARGAS, 2007, p.88.

¹³¹ VARGAS, 2007, p.68.

Para Jonas Vargas, os vínculos que Eleuthério conquistou ao longo da vida, principalmente na Corte, auxiliaram-no na fase difícil de sua vida, por meio de um emprego em um banco, o que proporcionou condições mínimas de sobrevivência para ele e sua família¹³². Ainda sobre a vida de Eleuthério e seus posicionamentos, Jonas Vargas indica que este foi convidado a assumir o Ministério da Guerra¹³³ devido aos “bons serviços” que havia prestado aos liberais durante o período em que foi redator do jornal *A Reforma*. Sobre o posicionamento de Eleuthério em relação à escravidão, Jonas Vargas o apresenta como um abolicionista “ferrenho”, indicando que seu apoio à Lei dos Sexagenários fez com que fosse atacado por parte da elite¹³⁴.

Em relação aos outros membros do partido - Gaspar Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas e Florêncio Carlos de Abreu e Silva - todos estes tiveram também cargos na Assembleia Provincial. Gaspar Silveira Martins, segundo Jonas Vargas, era um dos estancieiros mais ricos e influentes da Província. Como líder máximo do Partido no Rio Grande do Sul, Silveira Martins era sempre exaltado pelo jornal. Ocupou na Corte os cargos de Ministro da Fazenda, Conselheiro de Estado e Senador (1880-1889)¹³⁵. Em relação à participação de Silveira Martins na maçonaria, Margareth Bakos aponta que esse ocupava o cargo de Grão-Mestre da Ordem, em 1884¹³⁶, indicando que, além da sua importância no cenário político, também tinha essa função importante dentro da maçonaria no Rio Grande do Sul.

Além de Silveira Martins, outro importante membro do Partido Liberal, nesse período pesquisado, é Antonio Antunes Ribas, que teve uma vida política intensa. Sua formação era de advogado, mas também era jornalista, e foi deputado provincial por dois mandatos, de 1873 a 1876 e de 1881 a 1884. Ainda no ano de 1878 assumiu o cargo de chefia da polícia da Província¹³⁷. Tanto Jonas Vargas como Eliane Colussi apontam Ribas como sendo dirigente

¹³² *Id. Ibid.*

¹³³ Antonio Eleutherio de Camargo ocupou o cargo de Ministro de Guerra por um breve período, de maio a agosto de 1885. LOPES, Theodorico; TORRES, Gentil. *Ministros de Guerra no Brasil: 1808-1950*. Rio de Janeiro, 1950.

¹³⁴ LOPES; TORRES, 1950, p.101.

¹³⁵ VARGAS, 2007, p. 42.

¹³⁶ BAKOS, 1982, p.43.

¹³⁷ VARGAS, 2007, p.75.

de loja maçônica e, além de ser colaborador do jornal, era um dos membros do Partenon Literário, o que certamente aumentava o seu círculo de relações¹³⁸.

Diferentemente de Silveira Martins e de Ribas, Florêncio Carlos de Abreu e Silva não teve condições de custear os seus estudos em São Paulo. Era filho do militar reformado João Luiz de Abreu, e segundo Colussi, ganhou da Assembleia Provincial um subsídio para poder cursar sua faculdade em São Paulo. Foi deputado provincial em 1866 e de 1875 a 1880¹³⁹ e, além de ser presidente da Província de São Paulo, foi Senador de 1880 a 1881. Florêncio também era membro da maçonaria. Segundo Jonas Vargas, ele morreu pobre, indicando que as redes de relações de Florêncio não foram suficientes para ajudá-lo da mesma forma que aconteceu com Eleuthério¹⁴⁰.

Ao tratar de Silveira Martins, Ribas, Florêncio e Eleuthério, estamos tratando de um grupo pertencente a uma elite política, mas também a uma elite letrada, visto a formação de cada um deles¹⁴¹. Por ocuparem diversas funções dentro da sociedade, como jornalista, advogado, político etc., esses homens acabavam se entrelaçando entre os dois tipos de elite, fazendo uma fusão ainda mais solidificada entre *status* e poder.

No entanto, ao trabalhar com um grupo pertencente à camada dominante, principalmente no que diz respeito à questão da abolição, em que cada vez mais se busca a agência escrava - mostrando as diferentes formas de luta e resistência - pode parecer uma tentativa de volta a uma história tradicional, o que, contudo, não é o objetivo desta pesquisa. O que se busca é mostrar a forma como esses membros de uma elite estavam participando daquela conjuntura abolicionista e de que forma interpretavam esse processo, representando por meio de seus discursos o contexto do período e não sendo tomados como a “verdade”, mas mediados pela visão de mundo, formação, redes de convívio etc.

Jonas Vargas vai chamar a atenção quanto à análise das ações desses sujeitos. Em crítica ao trabalho de Mário Maestri, Jonas Vargas adverte que “qualquer tentativa de se criar um modelo rígido para compreender o

¹³⁸ COLUSSI, 2011, p.175.

¹³⁹ COLUSSI, 2011, p.246.

¹⁴⁰ VARGAS, 2007, p.75.

¹⁴¹ VARGAS, 2007, p.37.

comportamento político-partidário dessas elites deve evitar armadilhas”¹⁴². Nesse sentido, a forma de atuação desses sujeitos não pode ser vista de forma fixa ou atrelada ao discurso do partido ao qual estavam ligados, sendo essas ações sempre mediadas por diversas questões como interesses pessoais ou econômicos, disputas políticas etc.

Pode-se tomar como exemplo o tão consagrado líder do Partido Liberal, Silveira Martins. Em um texto de sua autoria, publicado no jornal *A Reforma*¹⁴³, relata uma reunião no Palácio da Presidência da Província que ocorreu em 28 de novembro de 1870, em que estiveram presentes também membros do Partido Conservador, tais como um dos principais desafetos do Partido Liberal da Província, o Sr. Bittencourt. Sobre essa reunião convocada pelo Presidente da Província, Francisco Xavier Pinto Lima¹⁴⁴, que era do Partido Conservador, com o objetivo de criar uma Sociedade Emancipadora, Silveira Martins tece as seguintes considerações,

Seria eu desleal á minha consciencia, e ás minhas idéas politicas, se não correspondesse com a maior franquesa ao franco procedimento do presidente da provincia, e não só em meu nome, o que para S. Ex. já não era uma novidade, mas em nome do partido á que pertenço, e que me constituiu em seu orgão, fiz a seguintes ponderações: Quando outro motivo não houvesse para não podermos os liberaes prestar apoio á idéa aventada, um dever de deferencia para com o chefe do nosso partido, o nobre conde de Porto Alegre, nol-o impediria, pois é presidente d’uma sociedade d’essa natureza, que se não tem feito muito, muito pôde fazer, e decerto fará, se fôr animada; ao passo que matal a, pela creação d’uma sociedade official, é desautorar o partido na pessoa de seu benemerito chefe. Que, além d’isso, ás idéas politicas do partido liberal repugnavam as creações não expontaneas, filhas só da bafagem do governo como a que se projectava; se era uma obra pia, como se havia dito, o partido liberal deixa isso á virtude de cada um, e não enlibia o sentimento de caridade individual substituindo pela caridade official; se era uma reforma social, como eu entendia, por mais que a quizessem separada da política, jamais o conseguiriam; porque as reformas

¹⁴² *Idem*, p.93.

¹⁴³ *A Reforma*, Porto Alegre, 01/12/1870, p.1.

¹⁴⁴ Em relatório dirigido a seu sucessor, no ano de 1871, Pinto Lima declara que iniciou seu mandato em 04/11/1870 (ou seja, apenas 24 dias antes da dita reunião), infere as suas dificuldades em administrar a Província, pois lhe foram dados “poucos benefícios”, aponta que fica feliz com a escolha de seu sucessor, João Simões Lopes, por ser este um “rio-grandense dotado de patriotismo e intelligencia”. Pinto Lima não faz nenhuma referência a questão da escravidão, nem da sua tentativa de fundar um centro abolicionista. Relatório com que o Exm^o. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta Província ao Exm^o. Sr. Coronel João Simões Lopes no dia 24 de maio de 1871. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1075/000001.html> (acesso em 10/01/2012).

sociaes para se realizarem, encarnam-se nas idéas políticas, e como esta constituem bandeira de partido¹⁴⁵.

Silveira Martins traça uma forte crítica à ideia apresentada pelo presidente da Província, indicando que já havia um centro abolicionista em Porto Alegre, não sendo necessária a criação de outro. A crítica também está relacionada ao posicionamento do Partido Conservador em relação à questão servil, indicando ao líder do Partido Liberal a necessidade de reformas sociais atreladas a ideias políticas e não à caridade individual. Finalizando a sua fala, e sugerindo que o Partido Conservador deveria entregar seus cargos, Silveira Martins assinala que,

A nossa questão é de governo, e isso apenas provaria que uma idéa liberal estava triunfante na opinião, e que aos chefes d'esse partido deveriam ser entregues as redeas do governo. Infelizmente, para o Brasil, ha muitos brasileiros ainda, entre os homens eminentes oppostos á emancipação, sem fallar na maioria dos grandes fazendeiros do imperio, adversarios decididos e formidaveis d'esta ideia generosa¹⁴⁶.

Silveira Martins segue a sua fala explicitando que não concorda com o que se discute nessa reunião, ressaltando que o lugar para que essas questões sejam discutidas de forma mais eficaz é no parlamento, e que uma sociedade libertadora criada pelo governo faria uma emancipação parcial que - além de esvaziar os cofres do governo - não resolveria o problema da escravidão. De acordo com o autor, o Presidente da Província e membro do Partido Conservador, Pinto Lima, sugere a fundação de um centro abolicionista (sendo que seu partido, a princípio, sempre fazia oposição a questões relativas ao fim da escravidão no país) e Silveira Martins, líder do Partido Liberal, se diz favorável à emancipação do elemento servil de forma gradual e segura, cujo discurso o posiciona contrariamente ao projeto de Pinto Lima. A partir desses dois posicionamentos, é possível perceber que não havia uma coerência entre seus atos, estando envolvidas outras questões, principalmente as de foro político, como a disputa entre os dois partidos.

Ainda assim, cabe o questionamento sobre as reais intenções de Pinto Lima ao elaborar esse projeto, visto que, nesse período, a campanha

¹⁴⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 01/12/1870, p.1.

¹⁴⁶ *Id. Ibid.*

abolicionista começa a ter mais força, assim como o número de alforrias começa a aumentar consideravelmente em relação a outros períodos. Pode-se pensar, talvez, na tentativa de “controle”, por parte do governo, das ações da sociedade que começa a se mobilizar por meio da fundação de centros abolicionistas e de eventos para angariar recursos para a compra de alforrias. Ainda, em relação ao posicionamento de Silveira Martins em tal reunião, percebe-se mais um tom de atrito político do que uma real preocupação com a questão da escravidão.

Buscou-se nas documentações disponíveis pelo APERS referências sobre esses quatro sujeitos que estivessem relacionadas à questão da escravidão, a fim de identificar a forma como os mesmos estavam inseridos dentro desse contexto escravista, participando ou não desse tipo de comércio. Em relação à Eleutério, que conforme apresentado por Vargas era um “abolicionista ferrenho”, não foi encontrada nenhuma documentação no APERS em relação à escravidão. Em notícia publicada no jornal *A Reforma*, em 1870, a respeito da Sociedade Libertadora de Crianças Escravas¹⁴⁷, Eleutério aparece como sendo um dos membros da Sociedade, entre os outros citados - Conde de Porto Alegre¹⁴⁸, o próprio Florêncio Carlos de Abreu e Silva. Ele vai ocupar, nesse período, o cargo de secretário, com o adendo “servindo de presidente”¹⁴⁹. Pelo que se pode observar, Eleutério não possuía escravos, pelo menos não foram encontrados registros nos materiais consultados.

No caso de Silveira Martins, já um pouco diferente, também não são encontradas concessão de alforrias nem compra e venda de escravos de sua parte. Porém, há contra ele um processo-crime em que é acusado de acorrentar uma escrava que já estava bastante ferida por haver tentado fugir,

¹⁴⁷ Em texto que fala sobre a relação entre a política e a literatura em finais do século XIX, na Província do Rio Grande do Sul, analisando os membros do Partenon Literário e a suas ligações políticas, Cássia Silveira vai tratar rapidamente da fundação da Sociedade Libertadora de Crianças Escravas, apontando a sua criação por parte do Partido Liberal e também a sua aproximação com o Partenon Literário, visto que alguns dos membros dessa Sociedade eram também membros do Partenon. SILVEIRA, 2008, p.62.

¹⁴⁸ Que era o presidente da sociedade ao qual Silveira Martins vai se referir em sua fala, publicada no jornal, citada anteriormente.

¹⁴⁹ A notícia citada trata de informar aos sócios sobre a assembleia que iria ocorrer no dia 14 de agosto daquele mesmo, com o objetivo de organizar a solenidade de alforria de crianças de até 5 anos, que estava programada para ocorrer no dia 07 de setembro de 1870. Ainda vai apontar uma união desta sociedade com o Partenon Literário a fim de promover ações em prol das libertações. *A Reforma*, Porto Alegre, 12/08/1870, p.2.

acusação da qual foi absolvido¹⁵⁰. Paulo Moreira cita esse mesmo processo, mas da forma como o mesmo está relatado no ofício da autoridade policial: “extrapola os limites de uma simples ocorrência e quase aparenta um manifesto político”¹⁵¹. Para Moreira, não era o caráter humanitário, mas a questão política que estava pautando o discurso policial. O autor informa que,

Na grande maioria das vezes, esses casos não eram expressões de sentimentos humanitários, mas maneiras de atacar um político que incomodava os governos conservadores que se sucediam desde 1868 nos Gabinetes Imperiais. Em âmbito local, apesar de a Assembleia Provincial possuir na época maioria liberal, não era este partido que nomeava as principais autoridades, o que ocasionava discursos e apartes frequentes do tribuno Silveira Martins¹⁵².

Mesmo que, conforme aponta Moreira, o objetivo de tal acusação tivesse um caráter político, o que era comum no período - dadas as constantes notícias de violência contra escravos e libertos que *A Reforma* denuncia recorrentemente em suas páginas, podendo ser percebido esse mesmo tom de disputas - o fato que interessa aqui é que a escrava Rosalina era propriedade de Silveira Martins. Bakos, da mesma forma que Moreira, aponta a necessidade de certa cautela com tais notícias, visto que elas poderiam estar envolvidas em disputas políticas¹⁵³. O seu texto contribui ao indicar outro caso, em que Silveira Martins é acusado de castigar uma escrava. Essa denúncia é feita em um jornal do Rio de Janeiro, *Gazeta da Tarde*, em 1880, em que a própria escrava, Liberata, teria ido à redação do jornal fazer a denúncia¹⁵⁴. Essas duas denúncias são importantes no sentido de apontar que, mesmo o líder de um partido possuía escravos, ainda que tivesse propostas a favor da emancipação dos escravos e que boa parte de seus membros atuava no movimento abolicionista.

Sobre Antonio Antunes Ribas, foram encontrados muitos registros no APERS em relação a escravos. No livro de processos-crime, no ano de 1848, consta uma acusação de assassinato de um escravo chamado Antonio, em que - além de Ribas - mais três homens eram réus: João Francisco da Cruz

¹⁵⁰ APERS, Livro processos-crime, ano de 1876, processo nº 1316, p.134.

¹⁵¹ MOREIRA, 2003, p.38.

¹⁵² *Idem.* p.39.

¹⁵³ BAKOS, 1982, p.14.

¹⁵⁴ *Idem.* p.15.

Trovisqueiro, João de Siqueira Pinto e José Ferreira de Freitas. O processo foi concluído como acusação improcedente¹⁵⁵. Há três registros de compra e venda de escravos, do mesmo dia, em que Ribas vende suas escravas (Joana, 34 anos, Crioula¹⁵⁶; Francisca, 6 anos, Crioula, filha de Joana¹⁵⁷; Leonor, 4 anos, Crioula, filha de Joana¹⁵⁸), a Cícero Melquiades de Figueiredo, pelo valor total de mil e quatrocentos réis. Ainda sobre Ribas, constam dois registros de carta de alforria, passadas no mesmo dia (em 07/07/1884), mas registradas em livros diferentes. Entretanto, pela data e pelo nome do escravo, Benedito, provavelmente se refere à mesma alforria, não havendo informações sobre o escravo, apenas indicando que a carta foi concedida “pelos bons serviços prestados”, justificativa comum em boa parte das cartas de alforria¹⁵⁹.

Sobre Florêncio Carlos de Abreu e Silva foi encontrado somente um documento, uma carta de alforria que foi concedida em 1881 e registrada em 1883, que teria sido redigida por este a pedido de seus sogros Firmino José Moreira e Maria do Carmo Pires Moreira, a favor da escrava Inacia, crioula, de 40 anos¹⁶⁰.

Assim, buscou-se aqui perceber a trajetória desses nomes importantes do Partido Liberal na Província do Rio Grande de Sul, e de que forma as suas vidas políticas foram sendo construídas e estabelecendo vínculos entre si. Ainda, mesmo que seus nomes não estivessem assinados nos artigos publicados, exceção de Silveira Martins, a sua participação no jornal não pode ser ignorada, por terem sido membros efetivos e por terem grande importância dentro do quadro político do partido. Por outro lado, não se pode atribuir a esses sujeitos ou ao Partido Liberal aquilo que estava sendo publicado.

2.2 A Reforma e a sua crítica ao cotidiano escravista

Retomando a questão das ideias que estavam em circulação nesse jornal, as críticas ao tratamento dispensado aos negros, escravos, libertos ou

¹⁵⁵ APERS, Livro Processos-crime, ano de 1848, processo nº 235, p.197.

¹⁵⁶ APERS, Livro de Compra e Venda, Volume 1, p.46v (481), 26/02/1869.

¹⁵⁷ *Idem.*

¹⁵⁸ *Idem.*

¹⁵⁹ APERS, Livro Cartas de Liberdade, Volume 2, p.297 e p.298.

¹⁶⁰ APERS. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo das cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006, v.1, 04/06/1883, p.326.

livres foram uma constante nas páginas do jornal *A Reforma*, durante o período pesquisado, havendo sempre um posicionamento contrário à violência praticada por senhores e policiais, vitimizando os sujeitos que a ela eram submetidos. Entre as ações estão publicadas não somente as relacionadas aos castigos físicos, mas também as tentativas de reescravização daqueles que haviam conquistado o seu direito de liberdade.

Busca-se, aqui, refletir sobre quais os motivos que levariam esse jornal a publicar em suas páginas essa crítica à violência. Ao noticiar casos em que escravos e libertos eram vítimas de ações violentas de seus senhores ou policiais, esse jornal poderia, por um lado, estar demonstrando a sua efetiva preocupação com o tratamento dispensado a esses sujeitos. Por outro lado, poderia estar dentro de um contexto de disputas políticas, principalmente locais, ao denunciar um opositor político que foi autor de tal fato. Na análise de tais denúncias, é sempre possível perceber que *A Reforma* se posicionava diretamente ao lado das “vítimas”. Ainda, por meio da publicação desses casos, havia sempre uma defesa da necessidade do fim da escravidão no Império, utilizando os casos por ela publicados como exemplos da “deshumanidade” dessa instituição. Maria Helena Machado trata - em seu livro *o Plano e o Pânico* - sobre a forma como a questão da violência foi percebida pelos contemporâneos àquele processo, nas décadas finais da escravidão. A pesquisa está centralizada em São Paulo e nas zonas cafeeiras. Mesmo que o contexto de sua pesquisa e as fontes utilizadas sejam diferentes dos aqui analisados, o seu trabalho ajuda a compreender como estavam sendo tensionadas as relações entre senhores e escravos, nas décadas finais da escravidão. A autora procura, inicialmente, entender como a redução da mão-de-obra, após o fim do tráfico, pode ter influenciado o tratamento dispensado aos escravos, pensando em uma espécie de “sensibilização” devido a esse novo contexto¹⁶¹. Porém, por meio de sua pesquisa ela percebe que o sistema de exploração da mão-de-obra escrava e o arcabouço disciplinar a ele atinente não só se manteve intocado como recrudesciu ao longo das duas últimas décadas da escravidão. A demonstrar sobre o recurso à violência, na forma de castigos particulares ou na repressão aos crimes de escravos, regulamentados

¹⁶¹ MACHADO, 1994.

pelo artigo 60 do Código Criminal do Império e pela lei excepcional de 1835, continuava repousando a eficiência da ordem escravista¹⁶².

Mesmo abordando essa questão da violência, que a autora chama de “arcabouço disciplinar”, Machado procura demonstrar como as diferentes formas de atuação desses negros, ou não-brancos em geral, foram fundamentais para o desenvolvimento desse processo, não sendo o recurso à violência suficientemente eficaz no controle desses sujeitos.

2.2.1 Denúncias de casos de violência

Assim, como demonstrado por Machado em sua pesquisa, a partir das páginas do jornal *A Reforma* é possível perceber que as punições violentas continuavam a ser utilizadas como recurso tanto por parte dos senhores como da polícia. No entanto, o tratamento punitivo dado aos escravos é retratado como “violento” pelo próprio jornal, e mesmo que isso fizesse parte do cotidiano escravista, não era visto com tranquilidade por toda a sociedade. Ainda que as denúncias publicadas pelo jornal *A Reforma* estivessem, muitas vezes, voltadas mais para questões pessoais ou políticas, elas não podem deixar de ser analisadas, trazendo importantes questões para além da própria denúncia.

No período pesquisado, 1870-1888, foram encontradas 59 notícias envolvendo casos de escravos ou libertos que foram vítimas de violência por parte de seus senhores, ex-senhores ou policiais, de um total de 508 registros em que havia referências a temas relativos à escravidão e à liberdade. Durante a década de 1870, aparecem 13 registros de casos de violência, de um total 170. Em geral, nesse período, essas publicações eram relativas a escravos, ficando evidente a crítica do jornal ao tratamento dispensado a esses sujeitos. Alguns dos casos publicados são mencionados apenas no dia de sua publicação, sem que haja outras referências nos dias posteriores. Outros, porém, tem uma repercussão maior no jornal, como o caso da escrava Virgínia, apresentado na introdução. O caso dos escravos de Teresina, Romualdo e Evaristo, também foi um desses que mereceu acompanhamento por parte do jornal, sendo a notícia publicada inicialmente em janeiro de 1870:

Escravos forrados: - Lê-se na Imprensa do Piauí:

¹⁶² *Idem*, p.34.

"O delegado de policia da União, capitão Clemente de Sousa Fortes, que ultimamente deu para escriptor publico, tem dois escravos, um de nome Evaristo, conhecido por Oliveira, e outro de nome Romualdo - ambos ferrados na testa com as palavras - EXCRAVO - e CAPTIVO!! A barbaridade e crueza do procedimento do capitão Clemente não carecem commentarios; elle mandou fazer essa obra de caridade nos infelizes escravos com o mesmo sangue frio e consciencia com que, em pleno dia, no meio do pateo da matriz da União, sem respeito ás familias, travou uma renhida lucta com um cavallo até que o castrou! [...]

O ferro na testa dos escravos será castigo permittido pelas nossas leis?"

O Sr. Itaborahy e collegas podem ser contrarios á emancipação sem que com isso autorizem o ferro em braza e toda essa ostentação de poderio.

O tal delegado da União, se outros titulos não tem senão esse, é um agente immoral de que o governo lançou mão¹⁶³.

O jornal *A Reforma* não apenas transcreve a notícia que veio da Imprensa do Piauí, como também indica o seu posicionamento frente a essa questão, questionando os direitos dos senhores sobre os seus escravos. A sua crítica também se volta tanto para o ministério de Itaboraí quanto para o agente público, protagonista de tal ato. Nesse sentido, a notícia aqui também é utilizada como exemplo das condições a que os escravos estavam submetidos, a fim de criticar o regime escravista e a posição daqueles que o defendiam. O caso de Romualdo e de Evaristo retornou ao jornal em junho desse mesmo ano. *A Reforma* retoma esse episódio, ocorrido em Teresina, conforme descrito abaixo:

Horribilíssimo: - Com essa epigraphe lê-se no Amigo do Povo, de Theresina, a seguinte noticia:

No dia 8 d'este mez, na chefatura de policia, foram judicialmente examinados os EXCRAVOS FERRADOS do philantropico Clemente cujo nome votamos á execração publica. O escravo Romualdo tem na frente estampada a palavra – EXCRAVO – e além d'isso as orelhas foradas com vasador, como se fossem lóros de selim!!! O escravo Evaristo tem a marca de – captivo – em letras um pouco mais finas que a de seu irmão e companheiro de infortúnios Os estygmas foram feitos com pique de agulhas e pó de caco de cuia queimado: São indeléveis. Os infelizes escravos ferrados são de cór parda, seccos de corpo e de rosto, pequena estatura, quasi sem barbas, etc. Um delles, o de nome Romualdo, acaba de ser comprado ao antropophago, pelo coronel João do Rego Monteiro, d'esta cidade. Pobre Brasil! Cobre o teu rosto perante a propria Cafraria! [...]

Não amaldiçoeis por isso o nome brasileiro: sêde porém inexoravel - contra os escravocratas¹⁶⁴.

¹⁶³ *A Reforma*, Porto Alegre, 28/01/1870, p.2.

¹⁶⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 03/06/1870, p. 2.

Ao reproduzir esse fato ocorrido em outra província e divulgado por outro jornal, *Amigo do Povo*, *A Reforma* explicitava em suas páginas aquilo que, de certa forma, também considerava ter ultrapassado o limite da propriedade do senhor em relação ao seu escravo, ou seja, a marcação de um homem com a sua condição jurídica. Diferentemente do que ocorreu na publicação da notícia anterior, nessa, o jornal não expressa a sua opinião sobre a questão, apenas a transcreve.

Em outros casos, *A Reforma* trata sobre uma notícia apenas um dia, sem dar a sequência ao caso ou informar seu desfecho. Um desses casos é o de uma escrava, cujo nome não foi identificado, que acabou matando suas duas filhas e se matando logo depois, sendo noticiado na primeira página do jornal. Esse fato foi publicado no jornal em novembro de 1870, tendo ocorrido em Porto Alegre. *A Reforma* narra dessa forma o episódio:

Scenas da escravidão: - Ante-hontem pela madrugada deu-se, n'esta cidade, um facto horroroso.

Há algum tempo foi remetida da Encruzilhada ao Sr. Jorge Martelet, n'esta cidade, uma escrava com uma filha de peito para serem vendidas.

A escrava fora um dia á policia declarar que era livre, e o Sr. Jorge Martelet, em virtude d'isso, foi á Encruzilhada onde obteve as certidões necessarias para provarem sua servidão¹⁶⁵.

Segundo a notícia, quando o senhor Jorge foi até Encruzilhada verificar a condição jurídica da tal escrava, teria trazido outra filha da mesma, ficando então com as duas filhas a espera de que sua venda fosse realizada. O que segue, *A Reforma* vai nomear como “actos de barbaria que frequentemente costumam ser produzidos pela escravidão”,

Na madrugada de quarta-feira 1^o do corrente, a escrava, que costumava dormir ao lado de suas filhas, aproveitando-se do somno em que estas permaneciam, degola a ambas na mesma posição em que estavam dormindo; e, para desenlace de tão tetrico quadro, suicida-se, degollando-se tambem.

Eis as desgraçadas scenas que produz a escravidão¹⁶⁶.

¹⁶⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 04/11/1870, p.1.

¹⁶⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 04/11/1870, p.1.

O jornal demonstra sensibilidade com a situação da tal escrava que chegou a tirar a vida de suas filhas e a sua própria a fim de interromper a situação de cativa a que estava sujeita. Não há outras notícias dessa natureza, no período pesquisado. Aqui, a crítica do jornal não parece estar direcionada aos responsáveis pela tal escrava e por sua venda, mas a instituição escravista em si.

Ainda no ano de 1870, *A Reforma* traz alguns episódios ocorridos em Porto Alegre, período em que o relatório do presidente de Província - Francisco Xavier de Pinto Lima - havia informado, conforme mencionado no capítulo anterior, que havia tranquilidade pública na Província. Entre os casos apresentados, o da escrava Maria é muito significativo por ter um acompanhamento em quatro números do jornal e trazer os nomes dos sujeitos envolvidos na história. Esse caso começa a ser contado no dia 21 de abril de 1870 sob a epígrafe "castigos bárbaros":

Hontem em nosso escriptorio, aprentaram-se dois homens que nos merecem fé, inteiramente impressionados e agitados por uma scena que acabavam de testemunhar.

Informaram-nos que haviam visto na porta da casa do delegado Vicente José de Carvalho, uma misera escrava toda lacerada, contusa, ferida e maltrada de modo a quasi ter perdido a forma humana. Disseram-nos que a pobre escrava tinha o rosto inteiramente disforme, os braços cobertos de cicatrizes, sem acção, e denotando o martyrio ou supplicio que haviam soffrido.

Mas como a misera foi parar á porta da casa do delegado?

Eis que nos informaram sobre isto. Disseram-nos que seu senhor mandando-a para fóra da cidade, a fez acompanhar d'um soldado de policia, e que tendo sido encontrada na praça do portão de um official, ou sargento, este sob sua responsabilidade a fez voltar, determinando ao soldado que acompanhava a preta, que a apresentasse á autoridade policial. O Sr. Delegado, dizem-nos, fez imediatamente seguir a escrava para a casa de seu senhor, sem tomar providencia alguma. Segundo estamos informados, esta preta é escrava do Sr. Francisco José Barreto, negociante estabelecido n'esta capital e vereador da camara. Ao Sr. Chefe de policia cumpre tomar providencias afim de que semelhante crime não fique impune. Sentimos que em nossa nobre e civilisada capital tenha logar factos d'esta ordem, quando em todo o imperio agita-se a grandiosa idéa da emancipação e bem estar de nossos miseros escravos¹⁶⁷.

Ao informar que os homens que foram responsáveis pela denúncia eram homens que mereciam fé, *A Reforma* buscava dar credibilidade a sua notícia. O fato de estarem ali publicados os nomes dos responsáveis por tais

¹⁶⁷ *A Reforma*, Porto alegre, 21/04/1870, p.1.

atos, inclusive as autoridades policiais, retomam a questão das motivações pelas quais tal denúncia havia sido feita, se era uma preocupação com a situação deplorável em que foi encontrada a escrava Maria, criticando dessa forma o cotidiano escravista, ou se essa crítica estaria mais voltada para um ataque aos outros sujeitos ali mencionados.

Nos meses seguintes, esse caso não é mais mencionado. No entanto, volta a ser pauta nas páginas desse jornal em setembro desse mesmo ano, quando da morte da escrava Maria. Tanto na primeira vez que noticiou esse caso, como agora, *A Reforma* vai publicar em sua primeira página, trazendo cópia do atestado de óbito da escrava. Visto que o médico havia dispensado a exumação do seu corpo, a causa da morte ficou determinada como "hernia estrangulada". Esse jornal vai cobrar das autoridades policiais que realizem essa exumação a fim de determinar as reais causas da morte:

Não vêm os Srs, da policia, que sobre o crime, accrescentam com isso a irrisão, e o escandalo?
Proceda o Sr. chefe de policia á exumação do cadaver, que se as carnes da victma, maceradas a páo, não se desfizeram de todo com a morte como se desfaziam em vida, hão de apresentar ainda vestigios da acha de lenha, e do vergalho, que a levaram d'este para o outro mundo na flor da idade, no vigor dos 24 anos!
Dar-se-ha caso que o Sr. chefe de policia para instaurar processo por crime de morte exija prova documental? ¹⁶⁸.

Esse jornal afirma que a morte da jovem Maria está relacionada ao violento espancamento que sofreu no mês de abril de 1870. Para reforçar a sua ideia, após esse texto, *A Reforma* vai publicar novamente a notícia de abril, tal qual ela foi publicada naquele dia, informando que essa pode ser a prova documental que a polícia necessitava para apontar os culpados por tal morte. A última menção a esse caso será em outubro desse ano, em que *A Reforma* informa que, devido às denúncias, a polícia estaria começando a investigar o caso, sem a real intenção de resolvê-lo¹⁶⁹. Conforme já mencionado, em relação ao caso da escrava Maria, as intenções e preocupações do jornal podem ser percebidas em dois polos distintos: relacionados a uma preocupação com a forma como a vítima havia sido tratada, utilizando isso como argumento contra o regime escravista, e como um meio de resolver as

¹⁶⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 27/09/1870, p.1.

¹⁶⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 05/10/1870, p.1.

querelas políticas locais que, nesse caso, poderiam ser tanto com o proprietário da escrava, o senhor Francisco José Barreto, como com a autoridade policial.

Nos anos de 1872 e 1879, são poucas as notícias publicadas relacionadas à violência, sendo encontrados para esses dois anos apenas três registros. Em geral, as notícias sobre violência apresentadas até 1872 eram utilizadas como argumento para demonstrar o quão nefasta era a realidade de uma sociedade escravista. Assim, nesse período em que houve a aprovação da Lei do Ventre Livre, é possível perceber essa redução das publicações a respeito dos casos de violência, sendo necessário refletir sobre o porquê de tal questão e qual a influência dessa aprovação para o debate em torno da escravidão. Por outro lado, mesmo percebendo que eram escassos os registros sobre violência para o restante dessa década, não se pode afirmar que não houve casos de violência, mas apenas que os mesmos, de acordo com as motivações do jornal, não estavam sendo publicados naquele período.

Referente ao período pesquisado, as notícias sobre violência com relação a escravos aparecem de forma mais regular até 1886, sendo mais escassas entre 1887 e 1888, período em que os casos noticiados envolvem mais libertos com ou sem cláusulas de prestação de serviços. Da mesma forma, não se pode definir que o tratamento dado aos escravos havia ficado mais brando e que esses não mais recebiam castigos violentos. Nesse sentido, a maioria das notícias analisadas, nesse período, tratará de libertos ou de contratados com cláusula de prestação de serviços, com exceção da história de Antonio, cujo tratamento a ele dispensado acabou por definir a sua liberdade. Esse caso é um exemplo de notícia em que a denúncia realizada pelo jornal deve ser observada com cuidado, refletindo a partir de dois pontos: a questão da sensibilização frente à situação do escravo e a importância política que um episódio como esse poderia ter no cenário político em Porto Alegre. Segundo *A Reforma*,

Scena da escravidão. – Foi hontem apresentado ao Sr. chefe de policia o pardo de nome Antonio, ex-escravo de Manoel Jacintho Lopes, o qual estava horrivelmente seviciado, e trazia uma corrente de ferro ao pé esquerdo, presa com cadeado.

O infeliz está sujeito ao ônus de prestação de serviços ao seu ex-senhor, e hontem, por ocasião de ser espancado, ou melhor, açoitado por um individuo de nome Roque Antonio Pinheiro, na casa da rua da Margem n.139, por ordem do ex-senhor, foi arrebatado do

seu algoz pelo cidadão José Joaquim Francioni e conduzido á presença da autoridade. Na ocasião em que a victma foi soccorrida o seu algoz logrou fugir com as algemas com se dispunha a manoeal-o. A corrente que prendia o pé tinha na outra extremidade uma argolla que segurava em um poste da cosinha da casa¹⁷⁰.

A notícia segue informando que a autoridade policial tomou ciência do caso, ordenando que fosse realizado corpo de delito e abertura de inquérito para verificação do ocorrido. As informações que são trazidas pelo jornal identificam diretamente as pessoas que participaram de tal episódio, trazendo a reflexão sobre a possibilidade de estar presente, nessa notícia, uma disputa política local. No entanto, esse aspecto não é apresentado na notícia, podendo ser apenas um dos fatores que levou o jornal a publicá-la. No dia posterior a essa denúncia, em 23 de dezembro de 1886, *A Reforma* publica o desfecho da história, informando que Antonio finalmente havia obtido sua liberdade. Segundo o jornal,

Libertação. – Somos informados de que o escravo do Sr. Manoel J. Lopes que appareceu nesta cidade ceviciado, obteve liberdade mediante a quantia de cem mil réis, destinado ao Hospital de Alienados. Foi patrono do infeliz escravo o advogado Sr. Francioni. Que humanitariamente prestou-lhe seus serviços, aliás relevantes¹⁷¹.

A partir desse desfecho do caso, o jornal pretende mostrar o importante papel humanitário do advogado ao dispor da quantia necessária para a compra da liberdade de Antonio, que na primeira notícia aparece como ex-escravo sujeito à prestação de serviços, e que nessa aparece como escravo, sendo necessária a compra de sua liberdade. Esse caso de Antonio é importante porque acaba por trazer muitas questões importantes em relação à liberdade com cláusula de prestação de serviços.

Segundo pesquisa de Paulo Moreira e Tatiani Tassoni, esse tipo de alforria, mediante prestação de serviços, só teve um maior crescimento nos últimos anos da escravidão, alcançando um total de 43,80%, entre os anos de 1879-1888, em Porto Alegre. Observa-se que essa seria uma estratégia

¹⁷⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 22/12/1886, p.2.

¹⁷¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 23/12/1886, p.2.

utilizada pelos senhores nos anos finais da escravidão para prolongar essa relação pelo máximo de tempo possível¹⁷². Segundo Moreira e Tassoni,

Devemos sempre considerar que a carta de alforria era uma meta difícil a ser alcançada. A concretização desse sonho de liberdade, obtida por meio de uma forma legal, era produto sempre de um jogo delicado entre as partes envolvidas. Principalmente no caso das alforrias condicionais, percebemos que os senhores não viam os ônus ou condições apenas como uma forma de obter ressarcimento do preço de sua mercadoria humana, mas uma maneira de enredar seu ex-escravo em uma teia de situações que dificultasse sua total independência como liberto¹⁷³.

Embora a sua condição, inicialmente noticiada, fosse de ex-escravo sujeito a prestação de serviços, Antonio sofreu castigo como se fosse ainda escravo, necessitando ressarcir seu senhor para que tivesse a liberdade definitiva. Por outro lado, Antonio foi ajudado a obter sua liberdade pelo advogado Francioni, não sendo possível saber se já havia um tipo de relação entre ambos ou qual seria o tipo de vínculo que teriam após esse evento. Nesse sentido, ao publicar esse fato ocorrido em Porto Alegre, em 1886, *A Reforma* informa muito mais do que o “ato humanitário” praticado pelo senhor Francioni. Demonstra, nas entrelinhas, quão tênue era essa linha entre o cativo e a liberdade, em que, mesmo que a condição jurídica fosse de liberto, as relações, muitas vezes, permaneciam da mesma forma.

O caso que será tratado a seguir demonstra a crítica do jornal à ação policial contra libertos. Esse caso ocorreu em Bagé, em 1887, em que o preto livre Estanislao Pompilio foi atacado por dois policiais, notícia que *A Reforma* vai transcrever do jornal *União Liberal*, daquela cidade. Segundo o jornal,

Algumas praças de policia em serviço na cidade praticaram, como é de costume um acto violento e attentatorio á liberdade individual contra o preto livre Estanislao Pompilio, que pacificamente se recolhia para a sua casa, na noute de ante-hontem.

Seriam dez horas mais ou menos, quando Pompilio foi atacado na rua Dr. Penna por duas praças montadas, que justamente por saberem que não tratavam com um bandido de má catadura, mas com um pobre homem pacifico e trabalhador, passaram-lhe revista e dando-lhe voz de prisão, sem mais nem menos, o conduziram para o xadrez da policia¹⁷⁴.

¹⁷² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007, p.55.

¹⁷³ *Idem*.

¹⁷⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 05/03/1887, p.2.

Pelo que é possível analisar, *A Reforma* apenas transcreveu a notícia que foi publicada pelo jornal do mesmo partido, em Bagé, deixando para as linhas finais o seu posicionamento quanto a essa questão. No entanto, algumas observações são importantes quanto a esse caso porque se aproximam muito da forma como o próprio jornal *A Reforma* apresenta suas notícias, buscando demonstrar a sua crítica à ação policial, exaltando as qualidades da vítima como “pacífico e trabalhador” e caracterizando o trabalho policial como “attentatorio á liberdade individual”.

A notícia segue narrando a perseguição policial a Pompilio, que tentou fugir, mas que acabou sendo capturado e que após ser preso no xadrez “foi espancado com uma espada e, o que é mais escandaloso, amarrado de mão para traz” ¹⁷⁵. Ainda, vai ser relatado outros castigos a que Pompilio foi submetido no período em que estava preso, como as pranchadas que levou ao se recusar fazer a limpeza do quartel, indicando “toda a sorte de violencias e arbitrariedades” praticadas pela polícia.

Na última parte da notícia, em que aparece o posicionamento do jornal *A Reforma* quanto ao caso, fica evidente essa cobrança quanto à ação policial, indicando que “É preciso pôr-se um paradeiro a esses escandalos, que tanto depõe contra a força publica! Deve a policia ser a garantia do povo e não o seu mais terrível algoz” ¹⁷⁶. Nas publicações, não aparecem mais referências a Estanislaio nem ao desfecho dessa história, em que um homem foi preso, aparentemente, sem motivos, sofrendo castigos sem ter cometido crime algum, ficando subentendido na notícia que o fato de ele ser preto e estar andando pelas ruas pode ter sido o motivo principal de sua prisão e a motivação da ação violenta dos policiais.

Mesmo após a Lei Áurea, continuam sendo noticiadas as ações policiais e de ex-senhores contra os ex-escravos em diversas partes do país, como no caso do Maranhão em que os ex-senhores são acusados de surrar os libertos, sendo solicitado pela presidência daquela Província que fossem tomadas as medidas necessárias. Em agosto de 1888, *A Reforma* transcreve do *Jornal do Rio* a notícia de que uma ex-escrava, de nome Ursula, de 15

¹⁷⁵ *Id.*
¹⁷⁶ *Id.*

anos, havia sido surrada por seu ex-senhor. O fato teria ocorrido na Província do Maranhão, informando aquele jornal da Corte que casos como esse estavam ocorrendo por toda a parte, devendo ser investigado pelas autoridades¹⁷⁷.

Conforme mencionado, poucas notícias ou artigos são assinados nesse jornal, e essa é uma das poucas exceções. O caso publicado em *A Reforma* quanto à ação policial é uma correspondência recebida por esse jornal, em agosto de 1888, assinada da seguinte forma: “os oprimidos”. Nessa correspondência publicada, serão narrados os episódios que estavam ocorrendo na Vila de Canguçu. Segue a correspondência:

Sr. Redator.

Rogamos-lhe o obsequio de abrir um espaço na Reforma para nelle estamparmos a indignação de que se acha possuida a população sensata desta villa ante os actos de atroz selvageria e requintada arbitrariedade, commettidos pelo delegado de policia deste termo, Francisco Antonio de Medeiros.

Esta autoridade, nomeada no tempo em que na corte se celebrisava tristemente o ex-chefe de policia Coelho Bastos, o homem que no dizer do conselheiro Ferreira Vianna, tinha mania de crueldade, parece ter lido e decorado a cartilha daquelle chefe, tantas são as tropelias, tamanhos são os attentados que tem commettido contra os direitos individuaes dos cidadãos, sobretudo daquelles que foram sagrados pela lei de 13 de Maio¹⁷⁸.

Durante o período analisado do jornal, entre 1870 e 1888, essa é a única correspondência desse tipo, em que há o caso de um determinado grupo que - ao se sentir prejudicado com as ações policiais - vem ao jornal solicitar que seja publicado o que está acontecendo, no caso, “os oprimidos”. Segundo essa correspondência, as ações violentas dos policiais daquela Vila estariam mais voltadas para os ex-escravos ou libertos. Segue a correspondência narrando muitos episódios que lá ocorreram, questionando o comportamento policial e algumas questões sociais como cidadania e moralidade:

O delegado Medeiros padece da mania de castigar com palmatoadas. Com bolos de palmatória castigou elle no quartel da policia desta villa a parda Bibiana por ter a veleidade de julgar-se livre depois do 13 de Maio e negar-se a prestar serviços ao ex-senhor.

¹⁷⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/06/1888, p.2.

¹⁷⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 29/08/1888, p.2.

Com palmatoadas castigou Firmino Cardoso e Manoel Picanço, homem casado e com filhos, por terem suprema ousadia de regeitar uma caderneta que lhes oferecia.

Muito curiosa é a história das cadernetas do delegado¹⁷⁹.

Os casos mostrados são muito semelhantes com os outros que já vinham sendo noticiados pelo jornal, em que, mesmo sendo libertos, esses sujeitos eram ainda tratados como se cativos fossem - por seus ex-senhores ou pela autoridade policial. Porém, nesse caso, a denúncia vem, pelo que tudo indica, de um grupo que se sente prejudicado por tais ações, sendo vítimas desses policiais ou apenas sendo contrários ao que estava ocorrendo em Canguçu.

A correspondência ainda traz a questão do que chamam de “caderneta” que passou a ser utilizada por tal delegado. Segundo essa, o delegado Medeiros teria inventado uma caderneta que custava duzentos e quarenta réis e deveria ser comprada na taverna da vila a fim de evitar a punição com a palmatória. Cita o nome de alguns sujeitos que não puderam comprar e que acabaram por ser punidos, como foi o caso do Isolina Moreira, Juvencio Pimenta e o pardo velho Silverio. Após muitas críticas à ação do delegado, a carta finaliza solicitando o auxílio do Barão de Santa Tecla, Joaquim da Silva Tavares, que há pouco havia assumido a Presidência da Província do Rio Grande do Sul¹⁸⁰. Segue a solicitação dos “Oprimidos”:

Ao Exm. Sr. barão de Santa Tecla pedimos que, filho desta terra rio-grandense e começando a administrá-la, pratique um acto de justiça e alta moralidade administrativa reclamado pelo povo sensato e pacífico de Cangussu: - livre-nos de tão arbitraria e criminosa autoridade, garanta-nos a nossa liberdade, estabeleça a tranquilidade, entre nós tão perturbada. Esperamos isso de S. Ex., o delegado de um governo que pelo órgão de um ministro annunciava ao paiz que vinha restaurar o imperio da lei e da justiça.

19 de agosto de 1888.

Os oprimidos¹⁸¹.

A *Reforma* não faz nenhum comentário em relação à essa correspondência, apenas a publica. No entanto, esse pedido final ao Presidente da Província - daqueles que se sentem oprimidos pelas ações

¹⁷⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 29/08/1888, p.2.

¹⁸⁰ FRANCO, 2010, p.204.

¹⁸¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 29/08/1888, p.2.

policiais em Canguçu - pode apontar uma questão pertinente. O barão de Santa Tecla era do Partido Conservador, podendo indicar uma crítica indireta tanto de liberais de Canguçu quanto do próprio jornal ao governo que se iniciava. Assim, conforme já apontado, esses casos de violência, que são noticiados no jornal *A Reforma* - criticando as ações de senhores, ex-senhores e policiais - necessitam ser analisados de forma mais atenta, refletindo sobre quais as questões que estão em jogo na publicação desses casos. Nesse sentido, o texto de Maria Helena Machado possibilita compreender que isso não era uma peculiaridade da Província do Rio Grande do Sul. Segundo a autora, pensando na última década da escravidão,

O acirramento das tensões envolvendo escravos, já nos primeiros anos da década de 1880, colocando a questão servil na ordem do dia, atraía para as atividades policiais de controle dos movimentos escravos a atenção da opinião pública, que, informada pelos jornais, os quais no seu dia a dia procuravam acompanhar a evolução dos conflitos entre senhores e escravos, sensibilizava-se pelas denúncias das arbitrariedades policiais. De fato, a atuação dos jornais com relação à questão servil, no decorrer da década de 1880, foi bastante expressiva, buscando acompanhar o mais detalhadamente possível a atuação policial e, através dela, os conflitos envolvendo escravos, libertos e abolicionistas¹⁸².

Partindo dessa questão apresentada por Machado, em relação a uma sensibilização da imprensa com a situação dos escravos e libertos, e pensando nas notícias pesquisadas no jornal *A Reforma*, é possível perceber essa linha de posicionamento em suas publicações. No entanto, não se pode definir as questões apresentadas nesse jornal apenas como uma preocupação com a situação dos cativos e libertos. Em suas páginas, podem estar aspectos relacionados não somente a uma mentalidade de época, mas à visão de mundo, interesses e redes de poder.

2.2.2 Notícias sobre tentativas de reescravização

Para compreender a forma como as ideias em relação à escravidão e liberdade estavam comparecendo nas páginas desse jornal, além das denúncias de violência, outra questão importante apresentada nas páginas do jornal *A Reforma*, e que acaba aparecendo de forma muito esparsa ao longo do

¹⁸² MACHADO, 1994, p.81.

período pesquisado, refere-se às tentativas de reescravização, demonstrando a necessidade de uma manutenção da liberdade após a sua conquista, uma vez que não bastava ser livre, mas era preciso comprovar, constantemente, essa condição.

Partindo desses conflitos gerados em torno da questão da liberdade e da influência do Estado na relação senhor escravo, é importante observar de que forma esses conflitos são retratados no jornal. Nesse sentido, *A Reforma* demonstra, em algumas notícias, uma questão importante a ser analisada: libertos que sofrem tentativas de reescravização ou que tem sua liberdade questionada. Assim, em virtude dos embates que envolviam essa questão da liberdade, havia uma constante necessidade de manutenção dessas alforrias conquistadas. O primeiro caso desse tipo que aparece nesse jornal está relacionado à Guerra do Paraguai. Segundo *A Reforma*,

Um voluntario da patria, condecorado e adornado com os louros da victoria, foi reclamado, como escravo, por um individuo, que obteve solução favoravel do governo.

Achas-e recolhido á casa o escravo que foi voluntario, e dizem que o senhor já mandou castigar e tenciona vendel-o, pelo crime de ter derramado o seu sangue pelo Brasil¹⁸³.

Essa crítica do jornal à prisão desse sujeito que, como voluntário na Guerra do Paraguai, teria a sua liberdade assegurada, está relacionada a outras críticas que o jornal estava fazendo - desde suas primeiras publicações - à situação dos soldados brasileiros na guerra, criticando a forma como esses estavam sendo tratados após o seu retorno ao território brasileiro. Por outro lado, demonstra que, mesmo que esse direito existisse, a sua aplicação não era simples, sendo, nesse caso, contestada pelo senhor e, ainda, aceita essa contestação pela justiça.

No trabalho de Moreira e Tassoni, encontra-se entre alguns exemplos o caso do escravo de Joaquim José da Silva Bastos, Nicolau, “cabelos pretos, olhos pretos, sem barba, 62 polegadas de altura, solteiro, pais incógnitos, mulato/moreno, crioulo de Porto Alegre, 18, sapateiro”¹⁸⁴, que obteve liberdade com a condição de assentar praça no exército. Segundo o verbete da carta de liberdade, apresentada no trabalho de Moreira e Tassoni, o escravo Nicolau iria

¹⁸³ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/04/1870, p.2.

¹⁸⁴ MOREIRA; TASSONI, 2007, p.587.

entrar para o exército no lugar do filho do senhor, constando ainda o nome do liberto como Nicolau da Silva Bastos¹⁸⁵.

Outra notícia tratando da questão dos voluntários da pátria é publicada no jornal, no ano de 1870, indicando como alguns desses sujeitos foram recebidos quando voltaram da guerra; muitos acabaram sendo reconduzidos ao cativeiro e sofrendo castigos. Segundo o jornal,

Voluntarios da pratria redusidos á escravidão: - Ha pouco tempo noticiou a Reforma da corte que alguns voluntários da pátria de volta da campanha do Paraguay eram redusidos ao cativeiro, e que mais de um d'elles fora castigado com açoutes. O governo, como sempre desde que a opposição é a denunciante, pareceu não acreditar no facto, pois nenhuma providencia tomou¹⁸⁶.

O jornal vai cobrar do governo uma atitude frente ao que estava ocorrendo com os voluntários que lutaram na Guerra do Paraguai, indicando o papel político da oposição ao denunciar tais fatos. A notícia segue informando que o chefe de polícia da Corte, Antonio Carneiro de Campos, tinha conhecimento do que vinha acontecendo e, para demonstrar isso, *A Reforma* transcreve um ofício expedido por esse sujeito. Consta no ofício que,

Secretaria da policia da provincia do Rio de Janeiro, 5 de Julho de 1870.

Não devendo voltar á escravidão os individuos de condição servil, que fizeram parte de nosso exercito e armada na guerra que tivemos contra o Paraguay, embora se alistassem com occultação de sua verdadeira condição, declaro a V.S. que, em tal hypothese, é de seu restricto dever providenciar no sentido de serem restituídos á liberdade os individuos, que n'essas circumstancias forem d'ella esbulhados, ficando salvo a seus suppostos senhores o direito de reclamar do governo imperial a indemnisação com a prova do domínio, a fim e que se não repita o facto que acaba de dar-se no termo da Parahyba do Sul, de ser um voluntario da pátria violentamente preso e condusido para o poder de um particular que, se dizia seu senhor, e que só fora a final posto em liberdade pela intervenção da autoridade. Nesse sentido deve V.S. officiar aos subdelegados e mais agentes policiaes do seu districto¹⁸⁷.

¹⁸⁵ *Idem*. Data de Concessão: 14/09/1868; Data de Registro: 14/09/1868; (Livro 19, p.9v).

¹⁸⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 05/08/1870, p.2.

¹⁸⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 05/08/1870, p.2

O ofício do chefe de polícia, Antonio Carneiro, é um indício de que a questão da liberdade dos escravos que lutaram ao lado do exército brasileiro não era uma questão tão simples, em que as determinações dadas pelo governo não estavam sendo cumpridas. Essa defesa - também dos voluntários da pátria - por parte do jornal, assim como a crítica à violência do regime escravista, devem ser percebidas, também, dentro de um contexto de sua época, em que havia críticas ao governo imperial pela participação do Brasil nessa guerra.

Ainda dentro das notícias de tentativas de reescravização, mas saindo dessa temática dos voluntários da Pátria, *A Reforma* vai noticiar um fato ocorrido em Porto Alegre, em 1872, em que a escrava Maria do Carmo foi presa por autoridade policial como cobrança de uma dívida. Essa questão é tratada no jornal em dois dias, mostrando alguns embates em torno do caso. Segue a notícia:

Protecção ao crime: - noticiamos, não ha muito tempo, a violencia ordenada pelo subdelegado de policia da freguezia das Dôres d'esta cidade, que outra cousa foi senão um roubo policial commettido em uma escrava, contra o cidadão Antonio Pedro de Abreu. Deu-se um odiosissimo varejo, e uma criminosa apprehensão. Fugindo com a presa o cavalheiro Luiz Coutinho, ovelha da grey gregoriana, e favorito da sua policia, o offendido, para salvar a pobre e mesquinha creatura dos mais cruéis tratos, conferio-lhe a liberdade. Chegando o respectivo titulo ao subdelegado do districto das Dôres de Camaquam, onde é domiciliado esse individuo, esta autoridade fez depositar a mulher, que havia sido tirada criminosamente, e que tinha por si uma carta da manumissão¹⁸⁸.

Esse trecho da notícia narra os fatos que ocorrem em Porto Alegre, em que o senhor Coutinho prende uma escrava de Antonio Pedro de Abreu afim de cobrar uma dívida sua. O senhor Abreu, para livrar a sua escrava dos maus tratos que essa vinha sofrendo, acaba concedendo-lhe liberdade, e mesmo com a carta, a liberta não consegue se livrar do cárcere em que estava sendo mantida.

A carta de liberdade de Maria do Carmo foi concedida e registrada em quatro de maio de 1872. Nela, constam as informações de que Maria teria 50 anos e era parda e que a sua liberdade foi concedida “sem ônus ou condição alguma”. Vai informar, também, que a ex-escrava havia sido recebida por

¹⁸⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/07/1872, p.1.

Antonio Pedro de Abreu de um morador da Freguesia de Dores de Camaquã chamado Roberto José de Oliveira¹⁸⁹. Ainda, segundo *A Reforma*,

Logrou o astucioso Coutinho lançar mão sobre a infeliz, e a tem até hoje occultado, assim como uma escrava cedida por uma escriptura em pagamento de divididas delle Coutinho ao sobredito Abreu. O subdelegado Barboza da Silva processava o mau homem, o industrioso que tinha nos ferros do captiveiro a victma do mais aggravado furto, o ente desgraçado, misérrimo juguete dos interesses e paixões alheias. O santo principio da liberdade individual movia o funcionario da policia¹⁹⁰.

Esse caso em que estava em jogo a liberdade de Maria do Carmo demonstra, por um lado, as implicações políticas e o jogo de interesses pessoais em disputa e, por outro, a grande dificuldade de Maria do Carmo em obter a liberdade real, tendo sido concedida, inicialmente, em função do ato a que foi submetida, a fim de possibilitar a sua libertação.

No entanto, mesmo após liberta, em virtude das disputas existentes entre Coutinho e Abreu, permaneceu presa, não conseguindo gozar da sua nova condição. Mesmo com a intervenção do subdelegado Barboza da Silva, *A Reforma* vai informar que Luiz Coutinho conseguiu, com a ajuda de seus “padrinhos políticos”, que esse subdelegado que o processava fosse demitido e que em seu lugar fosse colocado um cunhado do próprio Coutinho. Isso gerou uma enorme crítica por parte do jornal, que o chamou de “criminoso”.

Esse jornal vai explicar que Coutinho servia ao candidato oficial do Partido Conservador, Bittencourt, já mencionado no primeiro capítulo. *A Reforma* vai explicitar, de forma muito clara, a importância dos laços políticos de Coutinho para o desenvolvimento do caso, mostrando que as vinculações políticas impediram que o caso fosse tratado com o rigor necessário.

No dia 26 de julho de 1872, seis dias após a primeira publicação, o jornal retoma a questão de Maria do Carmo, utilizando a mesma epígrafe “protecção ao crime”. *A Reforma* vai fazer uma rápida exposição do caso em questão, demonstrando que esse teve repercussão política pela cidade:

¹⁸⁹ MOREIRA; TASSONI, 2007, p.327. Ainda, nesse trabalho consta mais uma carta de liberdade passada por Antonio Pedro de Abreu. No entanto, diferentemente do caso de Maria do Carmo, a liberdade da escrava Aniceta, em que a mesma pagou o valor solicitado pelo senhor, o que não consta na carta, no ano de 1879. *Idem*. p.376.

¹⁹⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/07/1872, p.1.

Protecção ao crime: - Às apreciações com que, sob a epigraphe acima, acompanhamos a noticia da nomeação do subdelegado de policia do districto de Dores de Camaquam, Severo José de Oliveira, prometeu resposta a filha official, adiantando que havíamos adulterado os factos; e, com effeito, appareceu ella no seu numero de ante-hontem.

Sem uma linha de contrariedade á verdade de nossa exposição, sem de leve impugnar os nossos conceitos sobre a apprehensão n'esta cidade da infeliz escrava em poder de Antonio Pedro de Abreu, o escriba policial traz com impertinencia á questão um officio do subdelegado demittido excusando-se do seu violento procedimento contra o dito Antonio Pedro!¹⁹¹.

Basicamente, nesse caso que envolve os senhores Abreu e Coutinho, assim como apresenta outros nomes de autoridades policiais ou políticas que participaram do conflito, a intenção do jornal pode estar relacionada às querelas políticas, muito mais do que uma preocupação com a situação da Maria do Carmo. A escrava, que ganha sua liberdade a fim de ser retirada da situação de prisão em que se encontrava, é nomeada pelo jornal como “pobre”, “mesquinha”, “infeliz”, demonstrando como essa foi apenas um “joguete” nas disputas em questão, em que a sua condição de liberta não possibilitou a sua liberdade. O jornal não retoma esse caso novamente, não sendo possível conhecer o desfecho dessa história.

No ano de 1886, *A Reforma* publica outro caso ocorrido na Vila de Viamão, em que um preto forro, chamado Emilio, foi preso por possuir dívidas. Em uma longa notícia, o jornal vai explicar o episódio, apontando uma crítica às autoridades policiais. Segue o caso:

Sempre os mesmos

O subdelegado de policia do districto de Belem deprecou ao delegado de Viamão, por pedido de um Fuão Quirino, para prender o preto forro Emilio, porque este tomára por emprestimo a quantia de 500 mil réis do dito Quirino, afim de obrigar-o a servir como escravo até o pagamento integral e de juros da sua divida.

O delegado de Viamão tem mandado escoltas sobre escoltas e a policia daquella villa tem andado n'um continuo reboição para effectuar a prisão do pobre e infeliz Emilio¹⁹².

¹⁹¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 26/07/1872, p.1.

¹⁹² *A Reforma*, Porto Alegre, 04/05/1886, p.1.

A crítica que traz o jornal, então, está relacionada ao fato de Quirino querer reescravizar Emilio em troca de sua dívida e a atitude da polícia local que o está procurando a fim de prendê-lo. Os adjetivos dispensados a Emílio são semelhantes àqueles atribuídos a Maria do Carmo: “pobre e infeliz”. A *Reforma* segue a sua crítica,

Até que ponto chegamos!
Já não é crime reduzir-se uma pessoa livre á escravidão; prender-se
alguem por dividas e sem culpa formada!
Se o caso não fosse tão degradante, era para applicar-se os versos
de Telemaco ao subdelegado e delegado de Belem e Viamão:
Prender sem culpa formada
Dous cidadãos tão pacíficos
Bem mostra os conhecimentos píficos
Da vossa esfera acanhada.
Ah! Que autoridades! ¹⁹³.

O exemplo do que estava ocorrendo com Emilio parece estar sendo utilizado pelo jornal não apenas como uma forma de denunciar a tentativa de reescravização e perseguição, mas também está diretamente relacionado à atuação das autoridades policiais, questionando o papel por elas desempenhado. O último caso a ser analisado nesse item trata de uma notícia publicada em agosto de 1888, período posterior à assinatura da Lei Áurea, na Província do Pará, envolvendo crianças libertas e fazendeiros. Segundo A *Reforma*,

Escravos de novo. – Em Abaeté, provincia do Pará, estão os ex-senhores de escravos assignando tutoria pelos menores, o que constitue uma nova escravidão, pois estão aproveitando os seus serviços nos engenhos de assucar, roças, etc.
Um dos taes ex-senhores, Manoel Pinheiro, só elle assignou tutoria de 45 menores, um batalhão para cortar e moer canna!
As pobres mães estão, como outr’ora, privadas de seus filhos!
Verdadeiras manhas escravagistas! ¹⁹⁴.

Nessa notícia, o jornal vai apontar as atitudes dos ex-senhores do Pará como sendo estratégias utilizadas para conseguirem manter aqueles sujeitos sob seus domínios o máximo do tempo que conseguirem. Esses fatos citados são alguns entre os muitos que o jornal denunciou; casos em que a liberdade de ex-escravos estava sendo ameaçada, tanto por seus ex-senhores como

¹⁹³ *Idem.*

¹⁹⁴ *A Reforma*, Porto Alegre 24/08/1888, p.2.

pelas autoridades policiais. Ao fazer uma crítica ao procedimento desses sujeitos, *A Reforma*, ao mesmo tempo, vai apresentar aqueles que sofrem tais ações como vítimas incapazes de reagir a tais eventos, necessitando de defesa, e mostrar a crueldade da sociedade escravista e a benevolência daqueles que a condenam. No entanto, é possível observar, também, que sob o pano de fundo dessa vitimização estão em jogo situações de interesses pessoais e disputas locais.

2.3 Preocupação com a manutenção da ordem

Para além da preocupação demonstrada pelo jornal *A Reforma* com a situação dos escravos, havia, na sociedade desse período, uma apreensão com a possibilidade da perda de controle sobre os sujeitos provenientes do cativeiro, da qual o mesmo jornal partilhava, o que era demonstrado de diferentes formas em suas páginas, durante o período pesquisado. Essa preocupação em relação à manutenção da ordem é percebida no jornal nas publicações relativas a fugas, crimes, desordens e revoltas por partes de escravos e também de libertos. Mesmo se posicionando contrariamente à escravidão, em seus primeiros anos de funcionamento *A Reforma* publicava diversos anúncios de compra e venda de escravos, assim como em outros jornais do período.

2.3.1 Fugas de escravos

Geralmente, em suas últimas páginas, juntamente com anúncios de compra e venda de escravos, aluguéis de amas de leite e oferecimento de serviços e produtos diversos, apareciam esses anúncios de fugas e oferecimento de recompensas para quem encontrasse os fugitivos. Partindo desses últimos anúncios, é possível perceber que as ações dos escravos, como fugas e crimes, era uma preocupação naquele período. Nesse sentido, é necessário refletir sobre a forma com que essas questões impactavam as ações do senhores e da sociedade em geral. Para Célia Azevedo, pensando na questão das fugas e do aumento do número de libertos e livres na sociedade,

no período final da escravidão, a questão do medo que isso suscitava na elite da época é um fator importante a ser levado em conta. Segundo Azevedo,

Deparamo-nos, portanto, com todo um imaginário construído a partir do medo ou da insegurança suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potenciais entre uma diminuta elite composta tanto dos grandes proprietários como das chamadas camadas médias de profissionais liberais e uma massa de gente miserável – escravos e livres – cuja existência não passava pelas instituições políticas dominantes, o que significava conferir-lhes um perigoso grau de autonomia que nenhuma lei repressiva por si só poderia coibir¹⁹⁵.

Nesse sentido, mesmo que o jornal estivesse criticando as questões relacionadas ao cativo, como por exemplo a violência, citada anteriormente, não deixava de demonstrar em suas páginas essa preocupação - indicada por Célia Azevedo - quanto à manutenção de uma tranquilidade pública. Ao publicar fugas, crimes ou revoltas nas quais escravos eram protagonistas, apresentava questões relacionadas à necessidade de maior vigilância e controle sobre as ações desses sujeitos. No entanto, pode-se perceber, ao longo do período pesquisado, algumas modificações em relação à publicação de fugas, conforme será visto adiante.

No jornal do dia 21 de janeiro de 1870, em seu primeiro ano de funcionamento, encontramos dois anúncios de fugas, o de Emílio e de Maria Lucia. Emílio, pelo que consta no anúncio, tinha “mais ou menos 15 anos”, fugiu de Rio Grande e era escravo de Thomas Lourenço Carvalho de Campos, que oferecia recompensa pela sua captura, sem informar o valor. O caso de Maria Lucia era diferente, pois aparecia o valor da gratificação de 32\$000 réis, cujo senhor, Marçal Martins da Silva Cardoso, estava disposto a pagar. O anúncio informa que a escrava tinha “mais ou menos 36 anos” e que fugiu de Encruzilhada do Sul¹⁹⁶.

Nos números analisados, esses anúncios de fuga aparecem em suas publicações somente até 1872. A partir desse período, as fugas começam a ser publicadas na sessão de notícias, em que aparecem casos tratando de outras partes da Província do Rio Grande do Sul, assim como de outras áreas do Império. Nesse sentido, as fugas deixam de ser, então, um caso individual em

¹⁹⁵ AZEVEDO, 2004, p.26.

¹⁹⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 21/01/1870, p.2.

que o senhor tenta resgatar o seu patrimônio por intermédio de um anúncio de jornal, para se tornar um caso de interesse a ser noticiado pela imprensa. Esse ponto parece ser muito interessante, pois não há uma explicação clara sobre essa mudança de postura do jornal, visto que, em geral, os anúncios são pagos e são eles que sustentam e mantêm o funcionamento do mesmo. No entanto, parece ser aqui uma política editorial da redação do jornal, pois os casos de fugas são uma constante, sendo impossível pensar que não havia mais casos desse tipo, ou que os senhores não quisessem mais os publicar nesse jornal.

Buscando perceber essa questão das fugas, buscou-se no jornal *O Conservador* verificar se ainda, em período posterior, havia publicações desse tipo na imprensa, ou se esses casos haviam deixado de ser publicados. Diferentemente do jornal *A Reforma*, seu opositor, *O Conservador* continua publicando em suas páginas anúncios de escravos fugidos até, praticamente, a abolição. Um exemplo é o de preto Luiz, “africano, baixo, delgado de corpo, com alguns cabelos brancos. Gratifica-se com 50\$000 a quem o levar á rua Silva Tavares n.14”¹⁹⁷. Nesse exemplo, não é mencionado o nome do senhor a quem Luiz estava vinculado, também não fica claro se era escravo ou contratado com prestação de serviços. Outro exemplo interessante que aparece em *O Conservador*, referente a escravos fugidos, já no ano de 1888, é de um protesto feito por Anibal da Silva Freitas, ameaçando os responsáveis por esconder os seus três escravos. Nesse protesto, consta que,

O abaixo-assinado, proprietario dos escravos Victorino, Brazilio e Jeronymo, recorre á imprensa para protestar contra áquelles que criminosamente conservão occultos em suas casas estes seus escravos, privando-o assim de seus serviços e do direito que tem sobre os mesmos em virtude da faculdade que lhe concede a lei que regula o direito de propriedade.

E assim protesto proceder contra áqueles que se acham de posse destes seus escravos, e haver dos mesmos os prejuízos que tem tido com o descaminho criminoso que lhes deram.

E fazer que este protesto produza seus effeitos e seja por todos conhecido mandou publicar no jornal “Conservador”.

Porto Alegre 7 de Dezembro de 1887

Anibal da Silva Freitas¹⁹⁸.

¹⁹⁷ *O Conservador*, Porto Alegre, 29/04/1886.

¹⁹⁸ *O Conservador*, Porto Alegre, 14/01/1888.

A diferença dos tipos de publicações entre esses dois jornais nos anos finais da escravidão é muito evidente. No jornal *O Conservador*, as publicações continuam voltadas para anúncios individuais, também nas páginas finais, juntamente com anúncios de outra natureza, em que senhores e ex-senhores continuam oferecendo recompensas pelos escravos e contratados que fossem apreendidos. Já no jornal *A Reforma*, esse tipo de anúncio já havia deixado de ser publicado nesse período.

Embora deixe de publicar os anúncios de recompensas a quem encontrar os escravos fugidos, *A Reforma* continua publicando em suas páginas anúncios de compra, venda e aluguéis de escravos até o ano de 1886. Ainda que aparecessem, eventualmente, em sua parte comercial, mesmo assim continuavam a ser publicados. Era a parte comercial do jornal que, em geral, o sustentava, sendo esses anúncios sempre pagos. Nesse sentido, fica a indagação sobre qual a relação entre a não publicação das fugas com oferecimento de recompensas e a permanência das outras publicações mencionadas. Poderia ser uma política editorial do jornal, relacionada à sua crítica a escravidão? Pode-se acreditar que sim.

2.3.2 *Revoltas e tentativas de insurreição*

Sobre os aspectos que são apresentados no jornal relacionados à ordem e à tranquilidade pública, o caso das revoltas ou das tentativas de insurreição demonstram que havia uma preocupação com as possíveis ações coletivas dos cativos contra seus senhores. O primeiro caso apresentado pelo jornal de uma insurreição é de 1879, que teria sido incitada pelo “pardo José”. Nessa notícia, consta que,

Insurreição de escravos. – O “Jornal do Commercio” da Corte noticia nos seguintes termos um facto de insurreição de escravo, que alli tivera lugar ha dias.

Sciende do occorrido, a autoridade local deu ordem para seguir em socorro dos aggredidos, o tenente Salles, acompanhado de diversos guardas urbanos, que penetrando no interior do prédio indicado, por um corredor estreito, foram atacados pelos escravos, os quaes eram incitados pelo pardo José, pertencente a Bernardino Capella¹⁹⁹.

¹⁹⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/11/1879, p.2.

Diferente de outras notícias que são transcritas pelo jornal, cujo texto vai aparecer entre aspas, nesse parece que o jornal está narrando aquilo que foi contado pelo jornal da Corte. A forma como inicialmente é narrado esse caso da insurreição de escravos não deixa evidente a postura do jornal quanto ao ocorrido. No entanto, no restante da notícia, vai apresentar essa insurreição de forma pormenorizada, indicando a violência como essa se desenvolveu e o papel do pardo José nesse conflito.

Esse pardo, cabeça de motim, estava armado de punhal e, sem perda de um instante, atirou-se sobre a força e, sedento de sangue, feriu mortalmente com 12 punhaladas o guarda urbano Mariano Domingos.

Cahindo por terra esta victima, a féra humana passou a offender outro urbano de nome Cicero Augusto de Lara Horta, em quem deu, entre outros golpes, um no lado direito do peito, deixando-o tambem em estado grave; em seguida aggreديو um terceiro urbano, João Antonio de Sant'Anna, e atirou-lhe algumas punhaladas, entre outras uma profunda na mão direita²⁰⁰.

O pardo José é apresentado como “féra humana”, dada a forma violenta com que acaba agindo nesse conflito, ferindo aqueles que tentavam enfrentá-lo, demonstrando a sua periculosidade. Nessa notícia, não são apresentadas, em nenhum momento, as razões pelas quais esses escravos acabaram se insurgindo contra seus senhores, necessitando de auxílio das forças policiais. A notícia finaliza indicando o destino dos presos e dos feridos nesse episódio,

Foi terrivel a luta que então travou José com os urbanos, e, só depois de vencidas grandes dificuldades, puderam elles desarmar o assassino e prendel-o.

Nessa ocasião, tambem foram presos Barnabé, Bento e Ignacio, escravos de Antonio Vicente de Magalhães.

Os feridos foram logo transportados para uma pharmacia da rua do Visconde do Rio Branco e, depois de examinados pelo Dr. Neves, convenientemente medicados.

Os escravos presos, que tomaram parte na luta, seguiram á presença da autoridade local que mandou lavar auto de flagrante²⁰¹.

²⁰⁰ *Idem.*

²⁰¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/11/1879, p.2.

A notícia vai demonstrar que, mesmo após a dificuldade da força policial em controlar o conflito, este foi solucionado, e seus responsáveis, presos e mandados à presença da autoridade. Os adjetivos utilizados nessa publicação para qualificar a ação dos escravos e as dificuldades da força policial buscam demonstrar que a possibilidade de revoltas desse tipo representariam perigo real para os senhores e para a sociedade. Em 1886, encontra-se outra notícia sobre uma rebelião que estaria sendo organizada na cidade de Campinas.

Os jornaes de Campinas dão noticia de insistentes boatos, que corriam naquella cidade e em Mogymirim, de que preparava-se para o dia 25 uma revolta de escravos em algumas fazendas. Da capital de S. Paulo já haviam seguido forças para aquelles dous pontos²⁰².

Essa notícia demonstra a preocupação das autoridades com a possibilidade de ocorrência de rebelião, indicando o papel do Estado, por meio de suas forças policiais, assim como no caso tratado anteriormente. *A Reforma* traz uma transcrição da notícia que foi publicada no *Diário de Campinas*, informando que, mesmo com todas as autoridades e senhores tendo sido avisados, ainda assim não conseguiram evitar que a rebelião fosse iniciada. Segundo a notícia, os escravos de fazendas vizinhas iriam reunir-se na fazenda Jequitibás, pertencente ao Barão de Parnaíba, a fim de iniciar a rebelião. A notícia finaliza informando que,

O barão de Parnahyba immediatamente deu conhecimento desse telegramma ao Sr. delegado em exercício, nesta cidade, o qual fez partir em um trem especial, que d'aqui sahio as 10 horas da noite, a força de 15 praças de infantaria e 5 de cavallaria de linha, que havia chegado hontem mesmo da capital. Naturalmente a presença da força fará abortar a combinação²⁰³.

Diferentemente do caso do pardo José, *A Reforma* apenas transcreve o caso de Campinas, sem fazer considerações a respeito do episódio. Nesse sentido, vale refletir sobre a intenção desse jornal ao transcrever tal episódio, podendo estar relacionada a sua preocupação com a ação dos escravos contra

²⁰² *A Reforma*, Porto Alegre, 13/01/1886, p.2.

²⁰³ *A Reforma*, Porto Alegre, 13/01/1886, p.2.

os senhores. Contudo, o fato de não comentar as transcrições era algo comum em suas publicações.

Outro caso apresentado por esse jornal, cuja autora do crime é uma mulher, ocorreu em Batatais, e foi transcrito do *Diário Popular* de São Paulo. Esse fato ocorreu em 1887 e se trata de uma espécie de “vingança” da escrava ao filho do dono da fazenda. Segundo a transcrição,

No Porto dos Camargos, localidade do municipio de Batataes, uma preta, de 30 annos de idade, assassinou instantaneamente, com duas faccadas na fonte a Eloy Franco, filho do fazendeiro João Franco de Moraes Octavio.

O assassinado era alli fazendeiro, ha pouco tempo, distando sua fazenda 2 e meia legoas do Ribeirão Preto, e tendo nella escravos novos que comprára, entre elles a criminosa.

Consta que Eloy Franco era muito severo para com seus escravos.

A auctora do assassinato o confessou dizendo:

- Matei meu senhor para livrar meus filhos e marido dos castigos barbaros que soffriam e não me arrependo.

Foi encontrado na fazenda, amarrado como Christo, um escravo que estava nessa posição havia mais de oito dias, constando ser elle o marido da criminosa.

O cadáver de Eloy foi transportando em trem especial para Ribeirão Preto²⁰⁴.

Conforme a notícia publicada, a preta havia cometido tal assassinato para livrar sua família do severo senhor. Na notícia, a mulher é tratada por “criminosa”, não havendo por parte do jornal *A Reforma* nenhum comentário a respeito do caso retratado. Da mesma forma que no caso anterior, tal publicação requer uma reflexão. É possível perceber, conforme destacado por Célia Azevedo, a preocupação com a ação desses sujeitos nesse período. Portanto, ao publicar em suas páginas tais episódios, mesmo que não esteja comentando, o jornal acaba informando e fazendo com que as essas notícias circulem por toda a Província, demonstrando que havia instabilidade e dificuldade de conter aquela parcela da população.

Outro caso noticiado pelo jornal ocorreu em Santo Antônio da Patrulha, em 1887, em que um preto escravo chamado Pedro cometeu vários crimes e ainda assim conseguiu obter sua alforria. Esse caso é diretamente uma crítica à atuação das autoridades daquela localidade, deixando *A Reforma* isso bem claro com a própria manchete da notícia, que foi intitulada “autoridades

²⁰⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/10/1887, p.2.

criminosas”²⁰⁵. Segundo consta, Pedro era escravo do subdelegado de polícia de Santo Antônio da Patrulha, Antônio José Gonçalves e seu primeiro ato criminoso foi tentar matar um companheiro de cativo, chamado Manoel; depois, teria tentado contra uma moça e, para que tivesse êxito, agrediu sua mãe, que tentou defendê-la²⁰⁶. Segundo o jornal,

Sabendo o senhor do escravo d’estes factos, mandou vender o seu criminoso escravo Pedro, em Cima da Serra; este porém não querendo ser ali vendido fugio para a villa de Santo Antonio e apresentou-se ao delegado José Portal, confessando os crimes, e esta autoridade o mandou recolher á cadeia. Tres dias depois apresentou-se na villa o subdelegado, senhor do escravo, e sem que se procedesse o corpo de delicto, nas victmas, e que fosse o escravo sugeito a processo, obteve do delegado a soltura de seu escravo e trouxe-os para casa²⁰⁷.

O jornal não informa se o escravo recebeu algum castigo de seu senhor após suas ações. Após ser liberado da prisão, Pedro acaba cometendo outros crimes. Segundo o jornal, nem a tentativa de venda e nem a prisão fizeram com que ele mudasse o seu comportamento, tendo, ainda, entrado em uma casa e matado um casal de idosos. Segundo *A Reforma*,

Os moradores aterrados com o bandido e assassino, protegido pelas autoridades, tomaram a deliberação de capturarem o criminoso ainda que fosse preciso mata-lo, assim é que no dia 20 do passado prenderam o criminoso que se acha hoje entregue á justiça. O subdelegado, senhor do escravo, não podendo desta vez occultar os crimes de seu escravo, como o fez por duas vezes, deu-lhe liberdade. Que autoridades! Chamamos a atenção de S. Ex. o Sr. desembargador presidente da provincia para tão escandalosos factos practicados pelo delegado e subdelegado, agentes da segurança publica²⁰⁸.

A crítica que esse jornal faz da atuação das autoridades policiais daquela Vila e a cobrança ao presidente da Província, que nesse período era Joaquim Jacinto de Mendonça, que substituiu Rodrigo Azambuja Villanova por três meses, fica evidente nesse caso que é narrado como uma questão política. Mendonça era do Partido Conservador (ANEXO 1). Não há uma preocupação no jornal *A Reforma* com as motivações que levaram Pedro a cometer tais

²⁰⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 12/12/1887, p.2.

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ *Idem*.

²⁰⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 12/12/1887, p.2.

crimes. Há apenas uma crítica a forma como as autoridades agiram nesse caso, não o punindo e, posteriormente, concedendo-lhe a liberdade. Em período próximo a abolição, em que o debate sobre a extinção da escravidão no Brasil estava em foco, *A Reforma* vai apresentar a situação do município de Campos, informando que,

Tem continuado a fugir grande número de escravos e hoje desapareceram mais de cem de diversas fazendas, Está designado até o dia 31 deste mez para a libertação total do municipio.
Hontem á noite houve manifestações de regosijo pela queda do gabinete, e passeiata com musica, durante a qual foi saudado O Paiz²⁰⁹.

Essa notícia demonstra a preocupação com o grande número de escravos que estavam fugindo, entendendo os senhores daquela localidade que a melhor maneira de resolver a questão, seria a emancipação definitiva de todos os cativos. Nesse mesmo período, *A Reforma* publicava, quase que diariamente, a movimentação das alforrias por toda a Província, havendo municípios que já haviam alcançado a emancipação total conforme as suas notícias²¹⁰. Nesse sentido, a relação entre a liberdade dos escravos e a tranquilidade pública parece que estavam diretamente associadas.

A última publicação a ser analisada é bastante breve; trata-se de um episódio ocorrido em Mogi Mirim, em São Paulo, em março de 1888. A notícia informa que um bando de escravos e camaradas teria assaltado uma fazenda, sendo esse bando repellido e um dos escravos morto pelo feitor da fazenda. Ainda, consta que foi solicitado força policial porque havia receio de que novos assaltos como esse ocorressem naquela fazenda²¹¹.

Retomando todas as notícias de fugas e rebeliões aqui analisadas, nesse item, é possível identificar um ponto em comum entre todas elas. Nenhuma das notícias apresentadas pelo jornal trata da Província do Rio

²⁰⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/03/1888, p.2.

²¹⁰ "Libertação da provincia. - Telegrammas que recebemos hontem de D. Pedrito dão-nos a agradável noticia de não haver mais escravos n'aquelle municipio. Entre o grande numero de liberdades, muitas foram concedidas incondicionalmente. É digno dos mais sinceros applausos o povo de d. Pedrito, que acaba de expurgar de seu seio a negra instituição. Que factos identicos continuem a reproduzir-se em toda a provincia, é o quanto desejamos." *A Reforma*, 02/03/1888, p.2.

²¹¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 03/04/1888, p.2.

Grande do Sul, sendo essa uma importante questão a ser pensada. Por um lado, pode não ter ocorrido fugas em massa nem rebeliões nessa província durante o período tratado. Por outro lado, pode ter sido uma opção do jornal não narrar eventos dessa natureza em solo rio-grandense, apenas crimes individuais. A questão do medo e a tensão que essas ações coletivas de escravos geravam em boa parte da sociedade, naquele período, não pode ser negligenciada. A respeito da década de 1880, em relação à situação dos escravos, fazendo referência à São Paulo, Maria Helena Machado vai apontar que,

Por seu turno, a agitação da escravaria, o eclodir de confrontos cada vez mais diretos entre escravos, senhores e seus prepostos, o abandono das fazendas e a perda da valiosa mão-de-obra tornaram-se, no decorrer da década, algo mais que uma mera fantasia da classe senhorial, que, colocada desde sempre na retaguarda, enxergava nos menores atos de seus cativos prenúncios da concretização da tão temida revolta geral dos escravos ²¹².

A autora vai falar em “desgoverno dos escravos” e a preocupação que isso gerava, tanto nos senhores quanto nas forças policiais, por medo de não conseguirem controlar situações de rebeliões e fugas, em que a sua própria vida poderia estar em risco. Notícias como essas que foram tratadas nesse item demonstram que a questão da ação de escravos, livres e libertos, contra os senhores ou as autoridades policiais eram, sim, uma preocupação constante da sociedade. Ainda que as questões políticas estivessem inseridas nas cobranças por uma conduta mais eficiente das autoridades policiais, os motivos pelos quais esses sujeitos agem dessa forma - contra as camadas dominantes - não é posto em discussão.

Dessa forma, a partir dos casos aqui retratados é possível pensar em duas questões importantes, mesmo que o jornal se posicionasse a favor do fim da escravidão. A primeira está na preocupação com uma manutenção da ordem, em que esses sujeitos ligados ao cativeiro fossem mantidos sob controle; a segunda está relacionada a uma questão política de cobrança de um serviço eficiente por parte das autoridades policiais. Nesse sentido, embora fosse favorável à emancipação dos cativos, essa preocupação comparecia nas páginas no jornal. A esse respeito, tratando dos abolicionistas, principalmente

²¹² MACHADO, 1994, p.85.

na década de 1880, Célia Azevedo vai indicar que seu posicionamento, muitas vezes, não divergia dos emancipacionistas, mostrando uma postura muito mais reformista do que revolucionária. Segundo Azevedo,

Preocupados com a possibilidade de que a obra da abolição escapasse dos quadros estritamente parlamentares, fazendo-se “cegamente” e à margem da “estrada larga da experiência dos povos e do direito positivo”, eles procuravam manter o movimento dentro da legalidade institucional, muito embora às vezes tivessem de transgredi-la por força das circunstâncias de um tempo de conflitos de classe e interclasses generalizados²¹³.

Nesse sentido, embora se apresentasse como abolicionista, o jornal *A Reforma* e aqueles que eram responsáveis por sua publicação não se posicionaram favoráveis a essas ações de escravos, em situações em que os mesmos participaram de revoltas ou eram autores de crimes contra seus senhores ou forças policiais. Assim, embora indicassem o seu posicionamento favorável à liberdade dos cativos, como é retratado na introdução deste trabalho, também estavam inseridos em um contexto em que havia uma preocupação real com o controle e domínio sobre esses sujeitos, ficando isso evidente por meio das notícias aqui indicadas.

* * *

Esse capítulo teve como objetivo principal demonstrar algumas questões importantes para a compreensão dos temas relacionados à escravidão e liberdade que são apresentados no jornal. Buscou-se demonstrar a trajetória política de alguns dos principais personagens que formavam o Partido Liberal na Província do Rio Grande do Sul, que participaram como membros do jornal *A Reforma*, compreendendo que, embora as suas páginas não fossem exatamente o retrato do pensamento desses homens, não se pode negar a sua influência direta, dada a função que ocupava como órgão de propaganda. Pretendeu-se, também, demonstrar a forma como esse jornal se posicionava sobre alguns pontos importantes dentro de uma sociedade que estava questionando o sistema escravista e propondo alternativas para essa realidade, como a crítica à violência da escravidão e uma preocupação com a

²¹³ AZEVEDO, 2004, p.76.

manutenção da ordem com o crescimento do número de libertos, em seus anos finais. Nesse sentido, perceber esses dois aspectos possibilita uma maior compreensão tanto das questões políticas como das ideias que estavam em jogo nesse processo e a forma como isso estava sendo apresentado em suas publicações. Assim, a partir das questões que foram abordadas neste capítulo será possível analisar de forma mais pormenorizada o tratamento dispensado pelo jornal *A Reforma* aos debates e às discussões em torno da questão da liberdade na década de 1870; o que será tratado no próximo capítulo.

3. AS NOÇÕES DE LIBERDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL *A REFORMA*

Questões relacionadas à escravidão e à liberdade eram temas recorrentes nos debates na sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1850, com a extinção do tráfico. Muitos foram os projetos e as ideias que visavam a dar uma solução para a escravidão, tanto para a sua manutenção quanto para o seu fim. No entanto, nos últimos anos da década de 1860, com a reformulação dos quadros políticos do Império e o surgimento de novos projetos políticos, conforme mencionado no capítulo 1, esse passou a ser um assunto mais central e que acabou gerando importantes discussões, tanto entre os partidos como dentro dos próprios partidos, sendo desenhadas as propostas mais efetivas, então, como a própria Lei do Ventre Livre.

Como já foi mencionado na introdução, havia muitas propostas que, simultaneamente, e de acordo com os interesses individuais ou de certos grupos, estavam em disputa nesse momento em relação ao problema da escravidão. Contudo, não se pode esquecer que muitos dos debates que estavam sendo travados eram tensionados pelo contexto social e por um medo de possíveis rebeliões de escravos no Império, conforme já indicado por Célia Azevedo. Para essa autora,

A grande questão debatida tão longamente durante todo o século XIX – o que fazer com o negro livre ou quais os controles institucionais necessários para mantê-lo subordinado ao branco – estava a exigir agora uma premente resposta, qualquer coisa capaz de aliviar, mesmo que temporariamente, a angustiante tensão entre negros e brancos. Mas, antes que a lei de Abolição, [...] viesse sancionar uma situação já existente de fato, muitas lutas ainda seriam necessárias para que os negros conquistassem sua liberdade sem nenhuma restrição institucional [...]²¹⁴.

Pensando no contexto de São Paulo, nesse período, e na vitória do projeto imigrantista para aquela província, Azevedo entende que os projetos que foram pensados para a problemática da mão-de-obra escrava estavam baseados em premissas étnico racistas. A principal solução encontrada, após intensos debates, era a substituição por mão-de-obra do imigrante europeu. Observando os debates sobre a questão servil, Azevedo vai entender que

²¹⁴ AZEVEDO, 2004, p.179.

havia uma “associação direta entre os males da escravidão e a inferioridade racial”, em que o trabalho escravo era visto como irracional e o trabalho livre como racional. Segundo Célia Azevedo,

Para além desta argumentação puramente liberal, é preciso lembrar que os reformadores que nos século XIX se viram às voltas com uma tal questão bebiam de outras fontes recém-abertas pelos teóricos das raças humanas e das aptidões naturais. Portanto, argumentos liberais e raciais convergiam para que a suposta irracionalidade da escravidão fosse explicada tanto em termos de carácter compulsório de seu regime de trabalho quanto pela inferioridade racial dos escravos africanos²¹⁵.

De acordo com os argumentos apresentados por Célia Azevedo, esses projetos que foram sendo construídos não podem ser vistos apenas sobre o prisma político ou econômico, mas também estavam baseados na visão de mundo desses pensadores e na forma com a qual eles estavam querendo construir a sociedade, influenciados pelas teorias raciais que estavam em voga naquele período. Esses aspectos apresentados pela autora também foram levados em conta na análise do jornal *A Reforma*. As funções desempenhadas pelos homens que por ali circulavam e os objetivos pretendidos com a publicação do jornal e os conteúdos de suas páginas, principalmente relacionados à escravidão e à liberdade, estavam entrelaçados em diversas áreas da sociedade, não podendo ser enquadrados como algo fixo.

Nesse sentido, ao voltar o olhar para a forma como o jornal *A Reforma* foi apresentando, ao longo do tempo, os debates em relação às leis emancipacionistas e a sua aplicação, é importante analisar - também - as outras notícias diversas que vão sendo publicadas, a princípio de forma aleatória, mas que poderiam ter a intenção de compor, ainda que de forma indireta, aquele cenário marcado pela escravidão. Isso é exemplificado no capítulo 2, em que o jornal critica a violência dos senhores e policiais em relação aos escravos, mas que também demonstra preocupação com suas fugas e seus crimes cometidos.

Assim, esse capítulo tem como objetivo principal compreender como a questão da liberdade foi apresentada por esse jornal ao longo da década de 1870, em que a Guerra do Paraguai, a aprovação da Lei do Ventre Livre e as

²¹⁵ AZEVEDO, 2004, p.55.

possibilidades da conquista da liberdade eram temas em pauta naquele período. Ainda, pretende-se aqui perceber quais os argumentos e críticas que foram utilizados pelo jornal em relação à liberdade dos cativos, principalmente a partir de 1871, com a aprovação da lei, em que a possibilidade de alforria se tornou mais efetiva. Infelizmente, conforme já mencionado na introdução, não havia como consultar todos os números do jornal, estando no MCSHJC o ano de 1870 e depois somente de 1872, ou seja, perde-se aqui o ano principal de debates e aprovação da lei. Nesse sentido, a partir dessas publicações, de objetivos diversos como artigos, notícias de alforria ou crimes, etc., busca-se perceber a forma como o jornal está tratando da questão da liberdade e da propriedade, e quais os projetos que estão sendo propostos para esses libertos.

3.1 O final da Guerra do Paraguai e a sua influência no debate sobre escravidão e liberdade no jornal *A Reforma* no ano de 1870

No primeiro ano de circulação do jornal *A Reforma*, é possível verificar a importância que a Guerra do Paraguai e seu término tiveram em suas publicações. Esse aspecto vai marcar, principalmente, as notícias de alforrias que foram sendo concedidas nesse período e os debates em torno da questão servil. Algumas discussões sobre a escravidão, conforme apresentado no jornal, estavam relacionados ao final do conflito. Assim, pensar os debates sobre o projeto de lei que culminou na Lei do Ventre Livre desvinculados desse evento seria uma perda para a análise dessa fonte. Em 1870, a grande questão que estava em debate no jornal era o final da Guerra do Paraguai e a liberdade àqueles que aderiram ao exército imperial.

Assim, há dois pontos que merecem destaque em relação a esse tema apresentado no jornal. O primeiro é a crítica à atuação do governo nesse processo, tanto no episódio quanto após o seu término. O segundo está relacionado à crítica ao sistema escravista em si, mostrando a forma como os escravos - que voltaram da guerra - foram tratados pelos seus senhores, e a exaltação daqueles que concederam liberdade a seus escravos por motivo do término desse conflito. A crítica, em um primeiro momento, estava voltada à

situação dos voluntários da pátria, não especificando se livres ou escravos, o que, posteriormente, fica mais definido. Em notícia publicada em fevereiro de 1870, *A Reforma* vai informar que esses voluntários não tinham recursos nem ao menos para retornarem às suas casas. Consta na notícia que,

Dirigindo-se elles ao commando das armas para obterem passagem gratuita a bordo dos vapores da companhia Jacahy, foi-lhes declarado que tal passagem não lhes era concedida.

Não sabemos se o commando das armas n'este assumpto procede em conformidade com as ordens que se tem; sabemos, porém, que o governo, se tal ordem deu, fez muito mal porque esses pobres soldados, que voluntariamente serviram á pátria, acham-se agora na capital sem vintém e impossibilitados de procurar lares por falta de dinheiro para pagamento da passagem.

[...]

Se o Sr. João Sertório não puder remediar semelhante miseria, appellamos para os sentimentos philantropicos dos directores da companhia Jacuhy, para que concedam passagem gratuita a esses pobres, que a pátria tão mal remunera dos sacrificios que fizeram em prol da honra nacional!²¹⁶.

A crítica apresentada pelo jornal é contra as ações do governo da Província, que naquele momento era ocupado por João Sertório, um político do Partido Conservador (ANEXO 1). Assim, conforme já havia sido observado em outros temas relacionados à escravidão, como a crítica à violência de senhores e policiais, percebe-se que a desaprovação do jornal *A Reforma* em relação à situação desses voluntários está muito mais voltada para as querelas políticas, por direcionar suas insatisfações a determinados sujeitos ou medidas de governo, tanto provincial quanto imperial. Nesse sentido, é possível indicar que a preocupação com a situação dos voluntários, em seu regresso à pátria, não é a única intenção presente em sua publicação.

Por outro lado, ao fazer essa crítica, *A Reforma* recorre ao setor privado, solicitando à empresa responsável pelo transporte que demonstre “sentimentos philantropicos” para com os voluntários da pátria, deixando que o setor privado resolva questões que não foram solucionadas pelo setor público. Esse fato estará presente em boa parte dos anúncios de concessão de liberdade que tiveram como motivação os festejos pelo final da Guerra do Paraguai. No entanto, ao mesmo tempo, *A Reforma* mostrará que, devido à

²¹⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 15/02/1870, p.2.

situação em que esses voluntários se encontravam em seu retorno, não havia o que ser comemorado.

Em interessante trabalho sobre a Guerra do Paraguai, Marcelo Santos Rodrigues vai demonstrar como os debates sobre esse tema estavam presentes na imprensa do Império durante os anos de guerra. O autor vai indicar que os senhores de escravos viram como algo favorável mandar seus escravos para a guerra em seus lugares e de seus filhos, dadas as condições que estavam sendo apresentadas pelo governo imperial. No entanto, assim como está exposto no jornal *A Reforma*, esse autor também vai demonstrar a pouca importância dada pelo governo imperial à recepção das tropas vindas do Paraguai, indicando que havia uma crítica direta do Partido Liberal à atuação do governo no retorno desses voluntários, principalmente em relação aos cativos. Segundo Rodrigues,

[...] o escravizado entendeu também que ir à guerra era a esperança de dias melhores, de um pão menos amargo, da possibilidade de aventurar-se por lugares ignorados. Os escravos fugiam solitários ou em bandos e apresentavam-se aos recrutadores com nomes falsos, para despistar seus senhores. Eram os primeiros que desejavam o embarque imediato, a fim de não serem capturados. Com a demonstração de bravura, mesmo que em defesa de uma pátria que não lhes pertencia, esperavam retornar da guerra com a condecoração no peito e a carta de liberdade nas mãos. Encontraram sim, na volta ao Brasil, os velhos grilhões e a humilhação de serem detidos em meio às festividades, ainda vestidos com as fardas desbotadas pela prolongada campanha, depois da árdua tarefa cumprida²¹⁷.

Marcelo Rodrigues vai perceber, ao analisar vários jornais de cunho político - inclusive *A Reforma* do Rio de Janeiro e também a do Rio Grande do Sul - que havia uma preocupação muito maior em realizar uma crítica contra o governo do que com a situação desses voluntários. Analisando *A Reforma*, de Porto Alegre, e a sua posição em relação à necessidade de festejar o regresso dos voluntários, esse autor vai entender que,

Comemorar significaria exaltar o patriotismo e, na comemoração pela vitória, o abraço do imperador seria o sinal de gratidão que todos

²¹⁷ RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. 340f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo, 2009, p.15. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07122009-102220/pt-br.php> (acesso em 10 de março/2013).

queriam guardar na memória. Seria o ato de lembrar-se e de celebrar a memória daqueles que haviam caído mortos nos pântanos sombrios dos campos paraguaios e, assim, rememorar nos te-deuns a saudade, a dor e o sofrimento das famílias que representavam a nação brasileira através de soldados que, combatendo pela pátria, não retornaram para casa²¹⁸.

Essa mesma percepção de Rodrigues também pode ser encontrada para a forma como o jornal *A Reforma* está se posicionando em relação à Guerra do Paraguai e aos seus voluntários. Por mais que demonstre uma espécie de sensibilização com a situação dos escravos, é possível perceber uma crítica clara à atuação do governo. Esse aspecto pode ser creditado a um posicionamento mais amplo do Partido Liberal contra o governo imperial e/ou as disputas políticas dentro da própria província. Rodrigues vai perceber em sua pesquisa que tanto a imprensa liberal do Rio de Janeiro quanto a da Província do Rio Grande do Sul seguem o mesmo posicionamento em relação às críticas a essa situação.

Buscando perceber a forma como se deu a repercussão desse conflito não apenas no jornal, mas no governo provincial que estava sendo criticado por esse órgão de imprensa, foram analisados os relatórios de Presidente de Província desse período. Diferentemente do que *A Reforma* apresenta em relação ao final da Guerra, à volta de seus voluntários e à situação dos cativos, nos relatórios há um silêncio em relação à participação dos escravos como voluntários, como quaisquer outros aspectos referentes aos mesmos. Esse silenciamento nos relatórios é interessante visto que, nesse período, a questão da emancipação dos escravos e os debates em torno dos projetos de lei sobre a escravidão estavam em pauta, principalmente em relação à Lei do Ventre Livre²¹⁹.

Embora esse tema não tenha sido tratado pelo governo provincial em suas falas e relatórios, na imprensa o mesmo é recorrente. Conforme já mencionado anteriormente, as páginas do jornal *A Reforma* retratam mais do

²¹⁸ *Idem*, p.28.

²¹⁹ Embora a Lei do Ventre Livre tenha sido aprovada em 1871, o período de debates de projetos com finalidade parecida é muito anterior. Um exemplo disso é livro de Silva Netto publicado em 1866, dedicado aos fazendeiros. Nesse livro, seu autor já trazia entre algumas sugestões para o fim do trabalho escravo a liberdade de ventre das escravas. SILVA NETTO, A. Estudos sobre a emancipação dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1866. Disponível em Biblioteca digital do Senado, <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/174449/1/000093728.pdf>. (acesso em 27/02/12).

que festejos em relação ao final da Guerra do Paraguai; demonstram, também, a insatisfação de sua redação com a situação daqueles que defenderam o Império durante esse conflito. Um exemplo disso é o comentário feito em maio desse mesmo ano, sobre uma carta de Conde d'Eu referente ao final da escravidão no Paraguai, promovido pelo governo provisório, após o fim do conflito. Segundo o jornal,

No conteúdo d'essa carta não se eleva senão o generoso sentimento liberal que lavra por toda a parte, tudo avassalando ao direito, á justiça universal.

Exterminio da escravidão, - eis o assumpto d'essa preciosa carta!

S. A. diz que – romper solemnemente com a escravidão que infelizmente foi legada a alguns povos da livre America por seculos de despotismo e de deploravel ignorancia, é conduzir escravo á civilisação.

E o que é a civilisação?

Escusamos definil-a por mais uma.

Digamos somente que o Sr. conde d'Eu, por certo, fará igual petição a favor da sua patria adoptiva, levado pelos nobilissimos sentimentos que sabe expender em honra da livre America²²⁰.

O jornal vai ironizar a atuação do Conde d'Eu no Paraguai, demonstrando sua preocupação com o término da escravidão naquele país, indicando a necessidade de que esse tivesse um posicionamento parecido em relação ao império brasileiro. A questão da civilização aparece presente nesse artigo, indicando que não há mais necessidade de comentar sobre tal conceito, dando a entender que o tema já tenha sido muito discutido ou, ainda, que seja de conhecimento de todas as pessoas o seu significado. Após transcrever a carta que o Conde enviou ao governo provisório do Paraguai, *A Reforma* conclui o seu comentário sobre o assunto, ressaltando que,

A esta carta simples e nobre, respondeu o governo provisório, no dia 2 de outubro seguinte, com um decreto em quatro artigos ordenando a abolição immediata e completa da escravidão em todo o território da republica.

É uma victoria moral que a humanidade alcançou sobre a barbaria e que certamente não vale menos que as victorias obtidas pelo canhão.

Há n'ella alguma coisa mais.

É uma promessa feita ao Brasil que tem mais de 1.800,000 escravos, por cujo a manumissão o príncipe solemnemente se compromette.

Desejamos que elle tenha o melhor exito n'essa obra generosa que honrará sua patria adoptiva²²¹.

²²⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 01/05/1870, p.2.

²²¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 15/02/1870, p.2.

Ao fazer uma interessante relação em termos valorativos entre essa vitória obtida naquele território em relação à escravidão e às vitórias obtidas pelo Brasil na própria guerra, esse pensamento de que havia unanimidade sobre a necessidade do fim da escravidão no Paraguai fica claramente demonstrado. Por outro lado, fica também evidente que *A Reforma* dá ênfase à necessidade de se pensar sobre a questão do elemento servil para o Império. Porém, não faz uma relação mais detalhada sobre a escravidão no Paraguai e no Brasil. Mesmo que em suas publicações apresentassem como pauta a situação dos voluntários após sua chegada ao Império, esse texto não faz -em nenhum momento - uma relação entre os escravos paraguaios e os brasileiros.

Um exemplo disso é uma publicação ainda do mês de maio de 1870. Essa notícia vai narrar os eventos comemorativos que ocorreram em Porto Alegre em virtude do final da Guerra do Paraguai. Em suas linhas, ficava evidente a sua desaprovação em relação à postura do Império frente aos voluntários da Pátria, narrando a ação de uma comissão que organizou uma Cavalhada a fim de auxiliar esses soldados. Segundo *A Reforma*,

A justa homenagem devida aos bravos que destruíram as muralhas do inimigo, que o exterminaram no campo da batalha, vai ter allí uma modesta, mas sincera manifestação; e o que é mais, esse sentimento humanitário que se cultiva hoje no peito de todo o bom cidadão, - a libertação dos escravos - terá também o seu culto, uma digna consagração.

Emquanto o governo, procurando somente em uma apparatus a recepção mostrar respeito e consideração, pelos nossos heroicos voluntarios, deixando-os entretanto em jejum no dia da chegada, pouco se apressa em fazer cumprir os compromissos de honra que tomou o país para com esses filhos, o povo que não fez alaridos, vai pouco a pouco demonstrando que os aprecia e sabe devidamente consideral-os!²²².

Em texto publicado em junho desse mesmo ano, Aurélio Veríssimo de Bittencourt²²³, vai narrar todos os pontos principais desse evento promovido em prol dos soldados. Aurélio Veríssimo é apresentado por Lothar Hessel²²⁴ como revisor do jornal *A Reforma*, tendo trabalhado anteriormente como tipógrafo do

²²² *A Reforma*, Porto Alegre, 15/05/1870, p.2.

²²³ Em algumas das publicações, referentes a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Veríssimo vai assinar como A.V.B.

²²⁴ HESSEL, Lothar F. et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: FLAMA/Instituto Estadual do Livro, 1976, p.121.

jornal *O Mercantil*. Além dessa função que exercia no jornal e a sua filiação ao Partido Liberal, Aurélio também estava integrado a outras atividades da sociedade de sua época, tais como a sua participação como escrivão na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e no Partenon Literário.

Segundo Bittencourt, o evento contou - inclusive - com a participação do presidente da Província, João Sertório, que teria sido muito festejado na ocasião. Além de exaltar os soldados por meio de oferecimento de boa alimentação e cavalaria, essa comissão conseguiu obter, por meio dos fundos arrecadados no evento, a compra da liberdade de 11 crianças escravas²²⁵. Esse jornal vai demonstrar em sua crítica que, perante uma inapropriada atuação do governo da Corte em relação aos soldados que voltaram da guerra, coube à população, que será chamada de “povo”, organizar formas diversas de auxiliar esses sujeitos. Nesse sentido, conforme já mencionado, a preocupação com a situação desses soldados está sempre permeada por uma crítica à forma como o governo os estava tratando.

Ainda em relação aos debates gerados em torno do final da Guerra do Paraguai, uma importante questão apresentada nas páginas do jornal *A Reforma* é a disputa em torno da liberdade dos escravos que lutaram na guerra, demonstrando o quão frágil era o cumprimento das normas estabelecidas pelo governo quando se tratava de sua interferência na propriedade privada. Assim, em virtude dos embates que envolviam essa questão da liberdade, havia uma constante necessidade de manutenção dessas alforrias conquistadas.

Por outro lado, é possível perceber que, entre os principais temas de discussão no jornal nesse período, os debates em torno da emancipação do trabalho servil parecem ter ganhado um importante fôlego em virtude das questões relacionadas ao final da guerra e à situação daqueles que nela lutaram. Um exemplo disso é um artigo publicado em 17 de maio de 1870, em que o principal assunto é a emancipação, mas que trata sobre o conflito:

É extraordinario o desenvolvimento que tem tido no paiz a grande idéa da emancipação dos escravos. Nos jornaes da corte e provinciais encontramos grande numero de noticias de actos philanthropicos relativos á liberdade de escravos.

²²⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/06/1870, p.1.

A idéa caminha desassombradamente e o seu triumpho não pode ser mais duvidoso.

A terminação da guerra serviu de motivo para muitos actos nobres e generosos de emancipação.

E enquanto o paiz applaude actos d'esta ordem, o gabinete do Sr. Itaborahy risca da falla do trono a questão do elemento servil²²⁶.

Nesse artigo, ao realizar uma exaltação dos bons sentimentos e atos dos senhores que concederam liberdade aos seus cativos, esse jornal está apontando diretamente para a falta de ação do império em relação à escravidão, demonstrando que, embora não haja um posicionamento mais efetivo do governo frente a essa problemática, as ações individuais, pautadas por valores humanitários, tentam resolver a situação de modo ordenado. Nesse sentido, percebe-se que, se notícias como essa por um lado criticam o governo, por outro lado demonstram que a própria classe senhorial pode auxiliar na resolução da problemática da escravidão, de forma tranquila e gradual, conforme a sua própria vontade. Assim como esse artigo que prestigia a benfeitoria dos senhores, muitas outras notícias são publicadas em que escravos são libertados em homenagem ao final da guerra, como o exemplo abaixo:

Manumissão: - O Sr. Antonio José Gonçalves Bastos, honrado negociante d'esta praça, no dia 4 do corrente concedeu liberdade na pia baptismal á uma escravinha sua de idade de tres mezes.

Por ocasião da noticia da terminação da guerra com o Paraguay, o mesmo Sr. concedeu tambem liberdade a um outro escravo seu²²⁷.

Além dessa notícia, que se refere a Porto Alegre, são citadas alforrias do mesmo caráter em todo o Império nesse mesmo ano, ressaltando a alegria com o final da Guerra e homenageando esse episódio por meio das concessões de liberdade, como a notícia que no Pará e no Ceará, alguns escravos também foram alforriados por seus senhores²²⁸.

Em novembro de 1870, *A Reforma* vai transcrever uma crítica de um jornal conservador de Rio Grande sobre a forma como o Império tem se posicionado frente à situação dos voluntários. Mesmo sendo um jornal de um

²²⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 17/05/1870, p.2.

²²⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 06/11/1870, p.1.

²²⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 18/11/1870, p.1.

partido opositor, vai concordar, ao que parece, com os termos apresentados, pois não tece nenhum comentário posterior. Segundo a transcrição,

Sobre os escravos que serviram na guerra: - Em uma folha conservadora da cidade do Rio Grande encontramos a seguinte censura feita ao ministro da justiça do gabinete S.Vicente: O ministro da justiça do ministerio de 29 de Setembro, o Sr. barão das Tres Barras, consultado pelo presidente da provincia da Bahia, se os individuos de condição servil que fizeram parte do exercito e armada na guerra que sustentou o Imperio com o governo da republica do Paraguay, embora se alistassem occultando sua verdadeira condicção, devem ser restituídos a liberdade, ficando salvo á seus senhores O direito de reclamar indemnisação do governo imperial com a prova de domínio; respondeu em aviso de 11 de Outubro proximo passado:

Que o facto de terem tido praça esses individuos no exercito ou na armada, constitue em seu favor uma presumpção de liberdade, e sem que esta seja illudida em juizo competente, não só não podem ser entregues como escravos, pois que como homens livres serviram á nação, como devem ser immediatamente soltos, caso estejam presos, cumprindo aos pretensos senhores intentar a acção, á que tiverem direito²²⁹.

Essa preocupação sobre a situação desses voluntários, demonstrada pelo jornal em um momento inicial, parece configurar uma crítica direta ao tratamento que o governo deu a eles. A questão apresentada pelo ministério de uma “presumpção de liberdade” parece gerar um sério descontentamento. Nesse sentido, tanto o que havia sido apresentado no jornal liberal como no conservador estão em consonância, podendo indicar que havia, nesse período, um descontentamento no Império a esse respeito. Por outro lado, no decorrer da transcrição, também vai comparecer uma preocupação em relação à propriedade, sobre o ressarcimento desses senhores que libertariam seus escravos que atuaram como soldados, como pode ser percebido no trecho a seguir:

A doutrina do aviso póde ser encarada por duas faces, ambas odiosas e revoltantes.

A primeira infama, fere os brios dos defensores da patria, que vêm um companheiro d’armas julgado por sentença escravo; a segunda, vislumbra uma idéa de extorsão por parte do governo, procurando affastar os senhores de reclamarem a indemnisação ao valor de sua propriedade, ante as difficuldades e despezas de um processo ordinario, em juizo contencioso, com o qual sómente poderão requerer essa indemnisação²³⁰.

²²⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 18/11/1870, p.1.

²³⁰ *Idem*.

Assim, por um lado o jornal demonstrava uma preocupação com a situação desses homens e com seu direito a liberdade que não estava sendo cumprido, mas por outro a questão da propriedade e dos direitos dos senhores sobre ela estavam sempre presentes, mesmo que de forma indireta ou que não aparecesse como eixo central em suas críticas. Assim, tanto a crítica realizada ao governo e aos senhores - pela forma como estavam tratando esse cativo -, como as publicações - homenageando aqueles que concediam liberdade aos seus escravos - indicam a forma como *A Reforma*, nesse ano inicial de suas publicações, estava apresentando as questão da liberdade. Nesse sentido, embora cobrasse um posicionamento do governo imperial em relação à situação dos voluntários da pátria, esse jornal apresenta, em suas páginas, uma noção de liberdade ainda atrelada a vontade senhorial.

3.2 A liberdade e a propriedade em debate

A concessão ou conquista da liberdade em contextos diversos não pode ser descolada das questões que estão em debate no momento, principalmente em se tratando das últimas décadas da escravidão, em que o debate é mais acirrado e que, também, as leis passam a interferir mais diretamente na relação senhor-escravo, normatizando algumas questões como a possibilidade de obtenção da liberdade na Lei do Ventre Livre. No entanto, o processo de liberdade dos cativos é muito mais dinâmico do que a aprovação da lei e sua execução. Busca-se, aqui, perceber, dentro do debate que envolve a Lei do Ventre Livre, a forma como a sociedade estava se movimentando e como o jornal está percebendo e publicando essa movimentação.

Refletindo sobre essas questões, é possível identificar que a liberdade dos cativos, conforme aparece nas páginas do jornal, está sempre relacionada a uma forma de concessão e nunca a uma conquista. Assim, essa concessão é sempre apresentada por uma face privada e/ou por uma face pública. A face privada é composta pela ação individual, da vontade do senhor, e a ação coletiva se dá por meio de grupos de ajuda mútua ou de centros abolicionistas. E a face pública é a forma como o jornal estava retratando o papel do Estado, enquanto normatizador dessas relações, interferindo ou não nesse processo.

Analisando a partir do aspecto privado, o jornal *A Reforma* vai caracterizar a concessão da liberdade como uma ação individual do senhor. Pode-se perceber, diariamente, notícias de senhores que concediam liberdade aos seus escravos, sendo esses sempre exaltados por seus atos de filantropia e caridade. Nesse sentido, as alforrias, conforme apresentadas pelo jornal, são sempre a vontade dos senhores e nunca uma conquista dos cativos.

Retomando as publicações do ano de 1870, os debates em torno da liberdade de ventre das escravas já era um tema que estava sendo tratado na sociedade e por alguns pensadores, na medida em que possibilitava uma solução mais gradual para o processo de emancipação dos cativos e a substituição desse tipo de mão-de-obra. No entanto, antes da aprovação da Lei do Ventre Livre, uma notícia chama a atenção entre as muitas publicadas: o caso ocorreu em Pelotas em 1869, mas só foi publicado nesse jornal no ano seguinte. A notícia foi retirada do jornal *Diario de Pelotas* e transcrita no jornal *A Reforma* conforme segue:

VENTRE LIVRE E SERVIDÃO PERIODICA PARA AS CRIAS JÁ NASCIDAS.

Eu abaixo firmado declaro que d'esta data em diante, não quero que em minha casa nasça mais escravidão, e sim cidadãos brasileiros: e para robustecer essa minha resolução desde já fica livre o ventre das minhas escravas actuaes, e d'aquellas que ainda possa comprar para empregar em meu serviço.

Declaro mais que possuo duas crias, sendo uma de côr parda e de idade de quinze annos incompletos, de nome Constantina, outra de côr cabra de idade de tres annos, de nome Zeferina.

A primeira ficará livre na idade de vinte e quatro annos; e a segunda na idade de vinte annos. [...] Joaquim José Pereira Penna²³¹.

Em todo o período pesquisado, em geral as páginas do jornal *A Reforma* trazem apenas notícias de alforrias em que os senhores concederam a liberdade, sem mostrar casos em que os escravos, por meio de pecúlio, compraram sua liberdade ou em que ficaram obrigados ao contrato de prestação de serviços. Em outras notícias de concessão de liberdade, a alforria de crianças era comum, principalmente na hora do batismo, conforme já demonstrado anteriormente. Essa notícia apresentada é exceção entre as outras publicadas, visto que determina um tempo para que a liberdade seja realmente concedida às escravas Constantina e Zeferina por seu senhor José

²³¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 11/01/1870, p.2.

Penna. Ainda, fica fixada a liberdade do ventre das outras escravas ou as que esse senhor viesse a comprar. Em relação à futura liberdade de Constantina e Zeferina não é possível definir quais os tipos de negociações necessárias para que o senhor assim procedesse ou se foram apenas um ato de concessão do próprio senhor. Mas possibilita indicar que a liberdade de ventre e de crianças escravas, mesmo que não fosse comum, já estava ocorrendo ou ao menos sendo alvo de discussões.

Em relação às ações coletivas em prol da liberdade de escravos, o jornal *A Reforma* noticiará durante todo o período pesquisado muitas atividades como fundações de sociedades emancipadoras, quermesses ou festas para acumular fundos para a compra de liberdades etc., demonstrando como a sociedade estava se organizando a esse respeito. No período anterior a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, muitas são as notícias de fundação de sociedades emancipadoras por todo o Império. Elas são apresentadas no jornal na mesma página que traz as notícias de alforria em diversas partes do Império. A primeira publicação que traz a notícias dessas sociedades é de 21 de fevereiro de 1870, em Pernambuco,

Emancipação: - Com prazer damos publicidade ás seguintes notícias que mostram o desenvolvimento que tem tido no Imperio a grandiosa idéa da emancipação:

"No dia 1º do corrente grande numero de cidadãos da freguezia de Agua Preta, reunidos no paço da camara municipal e sob a presidencia provisoria do Dr. Antonio Rogerio Freire de Carvalho, installaram uma sociedade emancipadora dos escravos menores, cujos estatutos vão ser discutidos, para serem submettidos á aprovação do governo.

Obtiveram votos para presidentes protectores: [...] ²³².

Nesse mesmo tópico, *A Reforma* estará fazendo referência às libertações realizadas por uma sociedade maçônica do Ceará, chamada de Fraternidade Cearense, cujos beneficiados eram também crianças escravas²³³. Nesse sentido, percebe-se - pelas publicações do jornal *A Reforma* - que há uma preocupação maior dessas sociedades que estão sendo fundadas com a situação das crianças escravas, demonstrando uma maior sensibilização. Nesse sentido, esse aspecto pode ser observado a partir das considerações de

²³² *A Reforma*, Porto Alegre, 21/02/1870, p.2.

²³³ *Idem*.

Maria Helena Machado em que, nesse período, poderia haver uma maior sensibilização com a situação desses cativos. Por outro lado, poderia esse fato estar relacionado a um pensamento ou projeto sobre uma solução gradual para o final da escravidão. As ações individuais, com a concessão de liberdade, assim como coletivas, por meio dessas sociedades e de suas atividades para obter fundos para as alforrias, são apresentadas por esse jornal de forma positiva e humanitária, demonstrando a importância da benevolência do senhor ou dos cidadãos para amenizar essa problemática, ressaltando o seu poder.

Além dessas publicações em que o jornal irá apresentar as ações de cunho privado, sejam elas individuais ou coletivas, *A Reforma* vai apresentar alguns artigos e notícias que trazem a forma como o governo ou membros dessa elite política estavam pensando a situação da escravidão no Império e o rumo que esta iria tomar. O primeiro texto a esse respeito era do Conselheiro Peixoto de Brito, que foi analisado pelo jornal *A Reforma*, da Corte, e foi transcrito pelo jornal de Porto Alegre. Segundo aquele órgão de imprensa, mesmo que esse conselheiro se apresentasse como abolicionista, era contra uma abolição imediata, visto as condições econômicas do país, argumento comum para aqueles que queriam medidas em longo prazo²³⁴.

O texto transcrito do Conselheiro Peixoto de Brito busca demonstrar a importância do escravo para a economia do Império e vai levantar a questão da liberdade do ventre, indicando a importância da educação e do trabalho para os que seriam libertos ainda no ventre, propondo a criação de asilos para a assistência e educação desses libertos, sendo esses asilos providos pela "caridade publica". Segue o texto:

Ao Brasil dirijo as palavras de Boileau-Hâtez-vous lentement -. A emancipação lenta é a única que deve o Brasil adoptar, é ella que pôde diminuir e aligeirar os males em toda a organização social. A sua base fundamental é a liberdade de ventre acompanhada também de meios prudentes e demorados, que promovam a liberdade dos que existem.

Mas se a simples proclamação da liberdade do ventre não fôr acompanhada de medidas proprias para a criação e educação dos recém-nascidos, qual será a sua sorte?

Desde o momento e que se declarassem livres os recém-nascidos, ccessaria da parte dos senhores o dever de creal-os e alimental-os: pôde ser que para muitos se convertesse este dever no da

²³⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 24/05/1870, p.1.

compaixão e caridade: mas desde que ha possibilidade de abandono, torna-se necessaria a protecção dos recém nascidos²³⁵.

Após trazer números que justificavam, segundo Peixoto de Brito, a necessidade de manutenção da mão-de-obra escrava no Brasil, devido as suas dívidas, esse traz à tona a preocupação sobre o que fazer com esses sujeitos que não estarão mais presos ao cativo.

Os argumentos desse conselheiro sobre a possibilidade dos senhores que por "compaixão e caridade" resolverem criar e educar esses libertos mesmo sem ter essa obrigação, está de acordo com os adjetivos utilizados por esse jornal ao exaltar os senhores que libertam seus escravos. No pensamento desse conselheiro, antes que essa lei fosse colocada em prática, deveria haver uma preparação para poder criar e educar essas crianças, mas tira do Estado esse dever, deixando para o setor privado a solução para esse problema. Segundo Peixoto de Brito:

Estes orphãos, quando forem recolhidos serão acompanhados dos certificados de baptismo, e vaccina. N'esses asylos aprenderão a ler, escrever, contar, e a doutrina christã, de maneira que aos doze annos possam ser dados a serviços com contractos celebrados debaixo da protecção das administrações dos asylos, que exercerão sobre elles todos os direitos de tutela até a idade de 21 annos, na qual ficarão inteiramente emancipados.

O estabelecimento e sustentação d'esses aylos ficarão a cargo da caridade publica: as brasileiras serão as directoras e protectoras do sexo feminino. A piedade brasileira é immensa para que se possa negar-se a um fim tao caridoso e humanitario²³⁶.

Dentro desse projeto descrito pelo conselheiro Peixoto de Brito, há duas questões que parecem ser bem relevantes. A primeira está localizada nessa preocupação em manter o controle sobre esse liberto, sendo uma liberdade vigiada, regrada e com vistas a uma preparação para o mundo do trabalho. Ou seja, ele deixaria de ser escravo, mas seria moldado para o mundo do trabalho, não tendo opções nem escolhas, pelo menos até os 21 anos. A outra questão, que fica muito evidente, é que mesmo se tratando de um membro do governo, um conselheiro do Império, as medidas por ele construídas são pensadas para serem colocadas em prática pela sociedade e

²³⁵ *Idem.*

²³⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 24/05/1870, p.1.

não pelo Estado, recorrendo a esmolas e filantropia para que o seu projeto fosse colocado em prática e obtivesse êxito.

O conselheiro Peixoto de Brito vai citar o caso de Londres, em que estabelecimentos desse tipo eram muito comuns, assim como a renda de loterias com essa mesma finalidade, e que o Brasil devia usar esse exemplo para seguir nos mesmos moldes. Se por um lado, *A Reforma*, de Porto Alegre, transcreve um artigo com esse conteúdo, por outro lado publica uma crítica a forma como o Imperador está agindo em relação ao elemento servil. O autor da crítica fica oculto, assim como em tantas outras publicações do jornal, mas que expressa o descontentamento quanto a uma falta de posicionamento do Imperador. Segundo o texto,

Libertação de escravos: - Enquanto o ministerio força a coroa a guardar inteiro silencio sobre o elemento servil, deixando assim compromettida não só a coherencia do imperador, mas ainda e sobretudo uma questão da maior importancia na actualidade, o povo, em cujo coração a idéa calou e há de fazel-a triumphar quando sua opinião puder prevalecer, quando não houverem representantes da policia e sim da nação, o povo, vai todos os dias fazendo prevalecer o grande principio do direito, de liberdade²³⁷.

O jornal faz uma crítica em relação à postura do Imperador e do seu ministério frente à questão da escravidão, cobrando que o mesmo se posicionasse frente a essa situação, utilizando como argumento a vontade da população em ver solucionado tal problemática. A questão da liberdade aparece como sendo algo de fundamental importância para a população, mas não para o ministério. Nesse sentido, essa crítica pode ser relacionada às notícias de concessão de liberdade, como se a solução para esse problema fosse apenas do governo, sendo a abolição apoiada pelo restante da sociedade.

No entanto, assim, como em outras notícias em que casos de violência contra escravos são denunciados pelo jornal, como por exemplo o caso de Virgínia, narrado na introdução, assim como a crítica à atuação em relação aos voluntários da pátria, essa crítica dirigida ao ministério e ao Imperador deve também ser observada dentro de um contexto de disputas políticas, em que o tema da escravidão é fator de intenso debate nesse período.

²³⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/06/1870, p.2.

Essas críticas em relação à atuação do ministério, no que se refere ao problema do elemento servil, são constantes nas publicações desse jornal. Nos dias 21 e 22 de julho desse mesmo ano, *A Reforma*, de Porto Alegre, fez a transcrição de um artigo publicado no jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro, não sendo o mesmo assinado²³⁸. Na primeira parte desse artigo, fica evidente, da mesma forma que no trecho acima citado, uma crítica a atuação do Imperador nesse processo. Ainda indicará a formação de comissão, nomeada pelo Imperador para tratar desse assunto, e vai demonstrar descontentamento com a forma com que os políticos estão tratando esse tema:

A comissão nomeada, longe de inspirar confiança, pareceu a todos um d'esses expedientes, de que lançam mão os governos fracos para adiarem indefinidamente os negocios que são incapazes de resolver. Entretanto estavam dispostos a esperar que ella apresentasse o seu trabalho, mas somos provocados a romper o silencio. A serie de artigos que tem publicado o "Diario do Rio" sob a assignatura do Sr. Tristão Alencar Araripe, revelam o pensamento de minar a opinião, e de predispor os animos para as medidas protelatorias. [...]
Protestamos contra essas falsas doutrinas, e demonstramos como, sem offensa da propriedade, e sem abalo social, póde ser decretada a liberdade do ventre, desde que o governo do Brasil não fôr escravocrata²³⁹.

A crítica realizada por aquele jornal da Corte parece ser endossada pelo jornal de Porto Alegre, visto que, após a sua transcrição, não há nenhum comentário ou outro artigo que retome essa mesma questão. Apenas aparece um pequeno texto em que *A Reforma*, de Porto Alegre, avisa a seus leitores que, a partir daquela data, estará publicando os escritos sobre emancipação daquele jornal. O jornal do Rio de Janeiro vai indicar, que havia sim a possibilidade de aprovar a liberdade de ventre, retomando a questão da ofensa a propriedade, sendo esse um dos grandes temas do debate sobre esse assunto. Ao transcrever esse texto, *A Reforma* de Porto Alegre colocava seus leitores a par das discussões que estavam sendo travadas no centro do Império sobre esse assunto de grande importância. Por outro lado, é necessário indicar que ao transcrever essa informação, ainda mais por se tratar

²³⁸ Em sua transcrição, *A Reforma* de Porto Alegre informa que esse artigo foi publicado na Corte nos dias 22 e 24 de junho de 1870.

²³⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/07/1870, p.1.

de um jornal que era órgão do Partido Liberal na Corte, *A Reforma* poderia estar indicando o seu alinhamento a essa proposta²⁴⁰.

No segundo dia de transcrição, o trecho publicado traz uma crítica severa à própria atuação do Partido Liberal em relação ao tema em debate. O artigo indicava sua admiração pela prudência com o que os liberais estavam tratando desse assunto no Brasil. Ainda pontuava que - a partir dos sentimentos que influenciam os liberais - o problema da escravidão já era para ter sido concluído. Nesse sentido, fica evidente que havia divergências internas no Partido Liberal, estando o tema da escravidão entre aqueles que causavam conflitos. Em seu texto, *A Reforma* da Corte declara que:

Estes principios levariam o partido a propugnar pela emancipação immediata, invocando contra os abusos da força as leis da natureza humana, que já dizia Cicero - nem o príncipe, nem o povo póde abrogar no todo ou em parte.

Mas a razão politica tem contrabalançado no espirito dos liberaes os impulsos da sensibilidade, de que lhes tem feito carga os homens de calculo frio e egoistico. Estes, só preocupados do interesse material do momento, não querem reconhecer a moderação dos adversarios, e ousam até desafial-os para o terreno do direito e da justiça.

Mas não queremos aproveitar-nos das armas que nos offerecem Por Honra do Brasil, não admittimos discussão sobre a illegitimidade da escravidão. Quem não vê que o homem não póde arrogar-se dominio sobre o homem, sem destruir todo o direito de propriedade, que se funda na liberdade humana e no destino das coisas? ²⁴¹.

Esse é apenas um pequeno trecho do longo artigo que tem como objetivo discutir os encaminhamentos que estavam sendo dados para a questão do elemento servil no Império. Conforme fica evidente, o jornal da Corte demonstra a sua insatisfação com a atuação dos mais diversos personagens que estão atuando naquele palco de debates, tanto o Imperador e os membros de seu governo como os políticos conservadores, sobrando críticas até mesmo para o partido para o qual esse jornal funcionava como órgão de propaganda. Em suas palavras, as ações dos membros do Partido Liberal não estavam de acordo com as linhas do próprio partido, discutindo e retomando uma das questões mais debatidas naquele momento: o direito a propriedade. No entanto, mais adiante, em seu texto, fica evidente que aquilo que a princípio parece ser uma defesa da abolição imediata não é tão imediato

²⁴⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/07/1870, p.2.

²⁴¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 21/07/1870, p.1.

assim, tratando da questão do direito que os senhores tem a indenização sobre a propriedade e a preocupação com a ordem pública:

Mas não é possível operar essa revolução de chofre, porque haveria perigo para a ordem social: a agricultura e a riqueza pública soffreriam, os proprietarios ficariam arruinados, e os libertos mal aproveitariam o beneficio da lei. Ainda de accordo. Também não se deve pensar na libertação dos escravos existentes sem a indemnisação dos possuidores²⁴².

Esse artigo retoma, então, os argumentos que são utilizados em muitos debates do período, a preocupação com a ordem, a indenização aos senhores e a falta de capacidade desses libertos de viverem em liberdade. Em sua parte final, contrapõe o caso do Brasil, trazendo o exemplo da França, em que a abolição em suas colônias foi decretada sem que houvesse a indenização dos senhores. Percebe-se, aqui, a indicação de que havia a necessidade de soluções graduais para que não houvesse mudanças bruscas no quadro social e econômico que havia se estabelecido no Império.

No dia quatro de agosto de 1870, foi publicado no jornal um "Projecto de emancipação", do senhor José de Alencar, cujos artigos trouxeram algumas questões importantes como a possibilidade de acúmulo de pecúlio, possibilidade de contrato de prestação de serviços, liberdade para os escravos do governo e uma regulamentação para os favores do governo as sociedades emancipadoras. Porém, não trazia nenhum artigo que tratasse da liberdade de ventre²⁴³.

Projecto de emancipação: - É do Sr. José de Alencar o que damos em seguida:

"A assemblea geral resolve:

Art. 1º As sociedades de emancipação já organizadas e que de futuro se organisarem são concedidos os seguintes favores:

§1º Isenção de meia siza e taxa dos comprados para serem libertados.

§2º Privilegio sobre os serviços do escravo libertado para indemnisação do preço da compra.

Só gozarão d'estes favores as sociedades que se obrigarem a libertar no prazo de cinco annos.

Art. 2ª O governo applicará annualmente mil contos de réis á manumissão dos escravos, dando preferencia:

§1º Aos do sexo feminino até 40 annos.

§2º Aos que souberem ler e escrever.

²⁴² *Idem.*

²⁴³ *A Reforma*, Porto Alegre, 04/08/1870, p.2.

Art. 3º Dois annos depois da promulgação d'esta lei fica prohibido o serviço escravo na côrte, capitaes e cidades maritimas, quanto ás seguintes industrias:

§1º Conducção de vehiculos publicos de qualquer natureza.

§2º Tripolação de navios e embarcações grandes ou pequenas.

§3º Venda em quitanda fixa ou volante.

§4º Serviço de ganho para carroto ou outro fim.

§5º Serviços em lojas de alfaiate, sapateiro, costureiras, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, ourives, caldeireiro, fanoeiro, açougueiro, padeiro e pintor.

Os donos dos vehiculos, embarcações e lojas que contratarem taes serviços escravos soffrerão a multa de 100 a 500\$00. [...]”²⁴⁴.

Nesse projeto, proposto por José de Alencar, em seu artigo inicial procure estabelecer uma forma de regular e organizar as sociedades emancipadoras. Mas é o seu terceiro artigo que traz questões importantes quanto a sua posição para a questão da mão-de-obra escrava. Nesse artigo, o seu autor vai definir a proibição de uso desse tipo de mão-de-obra em ocupações específicas, após dois anos após a sua promulgação, nos principais centros do Império. No entanto, o mesmo não especifica o que seria feito com esses sujeitos que ainda estivessem presos ao cativeiro. No restante dos artigos, José de Alencar vai estabelecer a possibilidade de alforria com cláusula de prestação de serviços (artigo 4º), formação de pecúlio, com ciência do senhor, para a compra da alforria (artigo 5º), e as regras relativas a heranças (artigos 6º e 7º), o último artigo previa a liberdade para todos os escravos pertencentes à fazenda pública (artigo 8º) ²⁴⁵. Em relação ao posicionamento político de Alencar, David Soares Simões, em artigo que trata sobre as suas ideias políticas, identifica-o como um político conservador. Para esse autor, na década de 1870 ele havia se distanciado de seus partidários por discordar de alguns aspectos como o debate em torno da Constituição, defendida por Alencar. Porém, esse não teria rompido totalmente com o partido nesse período²⁴⁶.

²⁴⁴ *Idem*.

²⁴⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 04/08/1870, p.2.

²⁴⁶ SIMÕES, David Soares. *O lugar das ideias de José de Alencar*. 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia – SP/2012. p.26 Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8260&Itemid=217 (acesso em 17 de maio de 2014).

Outros textos que são publicados ainda durante esse ano de 1870 tratam sobre algumas propostas lançadas pelos senadores liberais, na tentativa de incluir possibilidades dentro do orçamento que beneficiassem os escravos, visto que o ministério não estava aceitando os projetos que estavam sendo propostos para a questão do elemento servil. Nesse sentido, as publicações relativas a esse ano anterior à aprovação da Lei do Ventre do Livre no jornal *A Reforma* acabam apresentando os conflitos que estavam presentes nessas discussões. Por outro lado, havia uma crítica ao Partido Conservador em relação à escravidão. Na publicação do dia 3 de setembro desse mesmo ano, vai informar sobre a dificuldade do governo em conseguir resolver a questão da emancipação, direcionando a sua crítica para Cotegipe e Itaboraí e cobrando soluções para tal problema. Logo após, no mesmo artigo, o jornal vai indicar o nome de alguns senhores que concederam liberdade a seus cativos, indicando que a ideia da emancipação estaria ganhando força por todo o Império²⁴⁷.

Por um lado, o jornal tende a indicar que as ações individuais e coletivas não amenizavam a situação da escravidão no Brasil, mas a consciência de alguns de seus senhores que o faziam por generosidade e benevolência. Por outro lado, apresenta a dificuldade que esse tema teve na arena política, em que não havia consenso sobre a sua solução, sendo complicado até mesmo dentro dos próprios partidos, em que as divergências eram constantes, conforme indica a crítica do jornal.

3.3 A Lei do Ventre Livre: sua execução e possibilidades

O ano de 1871 foi de intensa discussão e também da aprovação da Lei do Ventre Livre, no entanto, não se tem disponível *A Reforma* nesse ano, para o acompanhamento desse debate. Porém, a partir das publicações de 1872, ainda é possível perceber o quanto o debate sobre esse tema estava em evidência.

²⁴⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 03/09/1870, p.1.

Assim, continuam sendo noticiadas muitas concessões de liberdade, bem como denúncias envolvendo casos de violência. O ano de 1872 foi importante para o Partido Liberal, que obteve um grande triunfo nas eleições na Província do Rio Grande do Sul. Também, boa parte das alforrias que foram noticiadas eram em homenagem as vitórias obtidas por esse partido, fazendo parte das comemorações, como abaixo pode ser observado:

Triunpho liberal: - Em signal de regosio pela victoria do partido liberal, a Exma. Sra. D. Camila Soares da Silva, residente em Sant'Anna do Livramento, deu liberdade a 4 escravos; e a Exma. Sra. D. Rita Ribeiro Pinto, pelo mesmo motivo, libertou uma escrava de menor idade.

As Distinctas rio-grandenses demonstraram por estes actos de philantropia o amor que consagram á honra e á liberdade de sua terra nata²⁴⁸l.

Além de publicações como essa em que a liberdade é concedida em função da vitória política, muitas outras tem como motivação eventos, tais como batizado, aniversários e casamentos, que continuam aparecendo nas publicações do jornal *A Reforma* como justificativa da concessão da liberdade, ressaltando aspectos humanitários dos senhores ao praticarem tais ações. Nesse sentido, a forma como essas notícias são apresentadas pelo jornal merecem atenção. Analisando as cartas de liberdade, Paulo Moreira alerta para a forma como os textos são apresentados, principalmente em relação às alforrias sem ônus ou sem condição. Segundo o autor,

Documentos redigidos, na imensa maioria dos casos, pelos senhores, as cartas de alforria devem ser lidas com muito cuidado. Nelas, salvo em algumas maravilhosas exceções, não encontramos a tensão da relação entre desiguais, mas discursos enaltecedores de atos de senhores bondosos que reconheciam e recompensavam seus bons trabalhadores. Se aceitarmos passivamente, por meio de uma análise superficial dos textos das alforrias, a visão que os senhores de escravos queriam veicular, então veremos a realidade histórica do escravismo unicamente através da janela da casa-grande²⁴⁹.

²⁴⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 18/10/1872, p.1

²⁴⁹ MOREIRA; TASSONI, 2007, p.25.

Nesse sentido, esse mesmo cuidado que esse o indica quanto à leitura das cartas de alforria deve-se ter ao ler essas notícias de liberdade que estão sendo publicadas no jornal, percebendo que as mesmas estão cumprindo uma função em suas publicações, tanto ao exaltar os senhores como ao apontar a postura do próprio jornal frente a essas questões. Assim como no caso de denúncias de violência - em que o nome do senhor ou de autoridades policiais muitas vezes são citados - com a finalidade de confrontar adversários políticos, no caso das concessões de liberdade, a finalidade é de exaltar os sentimentos humanitários desses aliados políticos, ainda mais quando o motivos de tal concessão é a de festejar uma vitória como a obtida pelo Partido Liberal em 1872.

Além das publicações sobre alforrias, fundação de sociedades emancipadoras e casos de violências, poucas são as notícias em que os cativos ou libertos estão presentes nesse ano, indicando que a aprovação da lei foi suficiente para abrandar o debate ao menos dentro da redação do jornal.

Porém, outras questões entram na pauta do dia como a necessidade de realizar a matrículas dos escravos, a fim de cumprir o que havia sido estabelecido pela nova lei. A partir dessa legislação, a matrícula de escravos passava a ser realizada com o objetivo principal de realizar a arrecadação de taxas, que deveriam também ser destinadas para o fundo de emancipação. Esse jornal publica um aviso em sua primeira página:

Matrícula de escravos: - Previnimos a nossos leitores, possuidores de escravos, que a nova matricula mandada organizar depois da promulgação da lei de 28 de Setembro do anno passado deve terminar no fim do corrente mez.
É conveniente, pois, que não se esqueçam de ir á alfandega dal-os á matricula, para não ficarem sujeitos ás multas da lei²⁵⁰.

Embora demonstrasse, por meio das notícias de alforria, o seu contentamento com os senhores que libertavam os seus cativos, aqui o jornal estava informando para seus leitores que possuíam escravos a necessidade de realizar a matrícula. A partir dos artigos e das notícias que são publicadas no jornal, fica evidente uma preocupação com a questão da escravidão e a necessidade de uma solução imediata para tal problema. No entanto, é

²⁵⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 19/09/1872, p.1.

possível identificar que, conforme o que é apresentado no jornal, o gradualismo do processo seria o meio indicado para o fim do cativo.

Nesse sentido, ao publicar e alertar seus leitores para a matrícula de escravos, *A Reforma* estava apresentando a sua postura frente ao que vinha sendo discutido sobre essa temática, posicionando-se a favor da propriedade privada e do poder do senhor em decidir sobre seus escravos, e frente ao papel importante do governo como mediador dessa relação, a partir do estabelecimento de uma legislação.

Finalizando as publicações sobre essa temática nesse ano de 1872, em 5 de dezembro foi publicado, nesse jornal, o início do extenso decreto que regulamentava a Lei de 28 de setembro de 1871, regulamento esse que possuía dez capítulos, e que foi publicado ao longo de sete dias pelo jornal, sendo apenas transcrito, não havendo comentários²⁵¹. Esse regulamento trazia em seus artigos o estabelecimento de regras para a aplicação da Lei do Ventre Livre. Embora em seu artigo primeiro, assim como no texto da lei de 28 de setembro, ficasse estabelecido que a partir daquela data todos os que nascessem de ventre escravo seriam considerados livres, em seus artigos posteriores ficam estabelecidas as condições para que isso realmente seja efetivado. Esse regulamento traz, inclusive, as normas relativas ao batismo e aos registros dos mesmos pelos párocos, assim como multas e punições caso não o fizessem conforme descrito.

O capítulo II desse regulamento trata do fundo de emancipação, que estava previsto no artigo 3 da Lei do Ventre Livre²⁵². Esse regulamento vai descrever o papel dos presidentes de província na arrecadação desses fundos e uma classificação para os que seriam beneficiados, estando em primeiro lugar as famílias e depois os indivíduos²⁵³. Em relação ao papel do presidente de pProvíncia, no artigo 26 ficava estabelecido que:

²⁵¹ *A Reforma*, Porto Alegre. Regulamento a que se refere o decreto n.5135 de 13 de Novembro de 1872. *Approva o regulamento geral para a execução da lei n.2040 de 28 de setembro de 1871*. De 05/12/1872 a 11/12/1872.

²⁵² Artigo 3º: Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação. Texto completo, disponível em http://www.centroeste.com.br/noti/layout/mostra_noticia.asp?Id_Noti=23202, (acesso em 02/08/2012).

²⁵³ *A Reforma*, Porto Alegre, 06/12/1872, p.2.

Os presidentes de provincia reunindo a quota distribuida e as quantias destinadas pelas assembléas provinciaes e por particulares á emancipação nas respectivas provincias, sem designação de localidade, dividirão o total pelos municipios e freguezias na proporção da população escrava²⁵⁴.

Infelizmente, para esse ano de 1872 não aparece nenhum dado no jornal *A Reforma* sobre a arrecadação desse fundo. Só há números disponíveis para a análise do jornal para o ano de 1879, não sendo possível analisar o que foi publicado durante esse período. Sobre a Lei do Ventre Livre, no relatório da administração de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em 1872, há referência à questão da escravidão, tratando da Lei do Ventre. Ele aborda em sua fala a importância desse fato, da aprovação da lei em 1871, pelos “principios humanitarios e politicos”. Apresentando-a de forma favorável, vai identificar como consequências para o Império “prosperidade, grandeza e dignidade”²⁵⁵. Para Figueira de Mello, em relação aos que se opuseram à aprovação e à execução dessa lei,

Todos esses obstaculos cederão diante da razão nacional, preparada sufficientemente para aceitar as decretações de uma lei que, em tempos antes, excitaria a universal opposição, e diante de energica resolução, que as Camaras Legislativas e o Governo Imperial mostrarão na defeza e adopção de disposições, que unicas devião satisfazer os reclamos urgentes da opinião publica, e que quando adoptadas finalmente pela sabedoria de nossos legisladores, forão recebidas e proclamadas com satisfação e entusiasmo, de que compraso de dar, testemunho²⁵⁶.

Ao analisar as questões que envolveram a aprovação da Lei do Ventre Livre, Figueira de Mello mantém uma postura otimista, amenizando a oposição e os debates que ocorreram nesse contexto. Em sua visão sobre a aprovação da lei, esse presidente vai expressar a ideia de que essa era uma vontade do que ele chama de “opinião publica”, em que o Império apenas teria feito cumprir aquilo que vinha sendo almejado. Apesar de seu posicionamento nessa fala, em seu relatório de 23 páginas, apresentado no mesmo ano, não consta nenhuma referência à população escrava no Rio Grande do Sul.

²⁵⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 06/12/1872, p.2.

²⁵⁵ Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello em a segunda sessão da 14ª Legislatura. 1872. p.64.

²⁵⁶ Id.

No ano de 1879²⁵⁷, aparece nas páginas desse jornal um aviso que foi recebido pelo presidente da Província - tratando da aplicação do fundo de emancipação - que foi definido pela lei de 28 de setembro de 1871. Esse ofício vai tratar rapidamente sobre o número de municípios que foram beneficiados com esse fundo:

Elemento servil, - Em data de 11 do mez ultimo, foi expedida á presidencia desta provincia, o seguinte aviso:

Illm. e Exm. Sr. - Com o seu officio de 18 do mez findo, foi presente a este ministerio o quadro demonstrativo da applicação do fundo de emancipação nessa provincia, até um daquelle mez.

Do officio da thesouraria que, por cópia acompanhou o de V. Ex., se vê que além dos 30 municipios indicados naquelle quadro, ha 18 não incluídos na distribuição de outro, devendo conseguintemente entender-se que, emquanto no primeiro não estiver applicada a respectiva quota, não perdem tais escravos o direito a serem ahi classificados. Deus guarde a V. Ex. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú²⁵⁸.

Embora esse aviso tenha sido transcrito, *A Reforma* não traz em suas páginas nenhuma indicação nominal ou numérica de escravos que foram libertados por esse fundo, sendo que as alforrias noticiadas, nesse período, ainda eram fruto de ações individuais dos senhores ou de centros abolicionistas. No entanto, essa publicação traz uma pista sobre outra forma de libertação que estava em processo naquele momento, restando a dúvida se essa era realmente efetivada ou não.

Por serem esses fundos arrecadados pela Província e por ela divididos, buscou-se nos relatórios de Presidente de Província alguma referência sobre a forma como esses estavam sendo distribuídos. O relatório apresentado por Thompson Flores, político liberal, que foi presidente entre 1879 e 1880 - mesmo período indicado pela notícia - não traz muitos dados que permitam uma melhor visão sobre a forma com que esse fundo estava sendo utilizado. Traz apenas os impostos arrecadados para esse fim e a informação de que a quota para os municípios já estava esgotada para aquele ano. Em seu relatório, consta um item denominado "elemento servil" no qual o presidente Thompson Flores informa que,

²⁵⁷ Os números existentes para a consulta desse jornal terminam em 1872 e reiniciam em 1879.

²⁵⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 07/12/1879, p.2.

Acha-se esgotada em quasi todos os municipios a quota que lhes coube do credito distribuido a esta Provincia para a emancipação de escravos, e ainda não foi concedido novo credito para este fim. Na Secretaria de Governo encontrará V. Ex. as informações de que precisar sobre este ramo de serviço²⁵⁹.

No entanto, apesar de apontar esse item em seu relatório, o presidente não faz uma prestação de contas direta sobre as rendas destinadas para tal fundo, não sendo apresentado nem o valor total, nem quais municípios foram beneficiados com tal crédito, estando essa questão situada na mesma página em que está tratando dos matadouros públicos de Rio Grande e da iluminação pública na Província, sendo apenas mais um entre os expedientes do seu relatório. Em sua análise, parece que a aprovação da lei respondeu às demandas que vinham sendo solicitadas, restando fazer com que as determinações estabelecidas por essa legislação fossem cumpridas. Nesse sentido, a partir das considerações feitas por Thompson Flores, é possível perceber que esse fundo não tinha um papel fundamental no que diz respeito as possibilidades de obtenção da liberdade.

* * *

A partir da análise do jornal *A Reforma* e das questões abordadas nesse capítulo sobre as suas publicações é possível perceber, conforme já mencionado, as suas percepções a respeito dos debates que vinham sendo travado por todo Império a respeito da escravidão e das possibilidades de uma solução menos radical para tal problema. Assim, percebe-se que as questões que estavam em pauta no Império, como a Guerra do Paraguai, o tratamento dado aos voluntários da pátria e os debates em torno do elemento servil estavam comparecendo de forma efetiva nas publicações do jornal. Em suas páginas, é possível identificar que havia uma preocupação com a questão da propriedade privada, legando aos senhores e ao Estado o papel de decisão sobre os cativos, não havendo espaço para a atuação dos mesmos, por mais que *A Reforma* se colocasse como defensora dos mesmos, perfil que foi mantido durante toda a década de 1870. Na última década da escravidão, qual

²⁵⁹ *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração...*, 1869, p.35.

será a postura desse jornal frente aos novos quadros sociais que começam a ser desenhados? Essa questão será analisada de forma mais detalhada no próximo capítulo, buscando compreender as mudanças e continuidades na forma como *A Reforma* estava apresentando os debates e ações relacionadas à escravidão e à liberdade.

4. A DÉCADA DECISIVA: 1888

Tanto para o Império quanto para a Província do Rio Grande do Sul, entre os anos pesquisados, 1870-1888, certamente a última década de escravidão foi um período que apresentou uma maior dinâmica, dados os debates em torno dos projetos da Lei dos Sexagenários, a proibição da pena de açoites e a própria lei de 1888. Embora pareça que, nesses últimos anos, a solução do problema da escravidão já era algo definido pela sequência de leis que foram aprovadas em tão pouco tempo, não se pode esquecer a dinâmica e os conflitos que estavam envolvidos em cada processo de formulação, discussão e aprovação de tais leis, cujos objetivos estavam mais ligados a uma solução mais ponderada para essa problemática do que realmente a algo mais definitivo. Nesse sentido, aproximar-se de cada um desses debates possibilita compreender a forma como estava sendo configurada a sociedade a partir dessa nova realidade, ou seja, a presença cada vez maior de libertos e a possibilidade de uma solução mais definitiva para a questão da escravidão.

Assim, esse capítulo tem como objetivo compreender a forma como esses últimos anos de escravidão estavam comparecendo nas páginas do jornal *A Reforma*, identificando as principais questões que estavam sendo apresentadas por esse jornal em relação à situação da escravidão no Brasil e nessa Província e possibilidades de liberdade, percebendo o posicionamento do jornal frente a essa temática. Ainda, pretende analisar de que forma as disputas partidárias e as divergências políticas estavam sendo tratadas em suas publicações sobre o elemento servil. Infelizmente, não estão disponíveis no acervo todos os números referentes à década de 1880, sendo analisados então os anos de 1886, 1887 e 1888. Para a Província do Rio Grande do Sul, isso é uma grande perda, porque reduz a possibilidade de acompanhar, por meio do jornal, o período de maior intensidade do movimento abolicionista nessa Província (entre 1883 e 1884), com a tão festejada "abolição antecipada". No entanto, nesses anos pesquisados, sempre há referências, glorificando os anos de 1883 e 1884 como grandioso para a história da Província, pois é o período de maior movimentação em relação à campanha abolicionista, principalmente em Porto Alegre.

4.1 Abolição antecipada: eventos de 1883 e 1884 no Rio Grande do Sul

A questão da abolição antecipada na Província do Rio Grande do Sul é um tema que ainda merece pesquisas mais aprofundadas. Para os contemporâneos ao processo - como o presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros - e ao abolicionista e professor de história Torres Homem, assim como aquilo que foi apresentado nas páginas do jornal *A Reforma*, esse foi um grande feito para essa Província, tendo unido pessoas de diferentes posicionamentos políticos em prol de um objetivo comum. A movimentação em torno da questão servil que se deu nos anos de 1883 e 1884 é por eles entendida como um evento ou marco para a história da escravidão na Província. No entanto, a historiografia local traz críticas muito fortes a todo esse processo, buscando demonstrar que as consequências reais não foram assim tão benéficas aos cativos.

Nesse sentido, ao tratar sobre o tema do movimento abolicionista de 1883/1884 e das consequências de tal processo, busca-se perceber, por meio da visão de seus contemporâneos, a forma como esses estavam participando e apresentando aquele momento. O jornal *A Reforma* a partir do ano de 1886 traz em suas páginas referências a esse período, principalmente ao chamado "movimento abolicionista" dos anos de 1883 e 1884, esse "movimento" parece ser entendido pelo jornal como o número de liberdades que foram sendo concedidas²⁶⁰.

Conforme já mencionado na introdução, muitos são os autores que indicaram a necessidade de se ter cuidado quanto ao efetivo sucesso desse evento. Sandra Pesavento, em trabalho que busca retratar a história dos excluídos em Porto Alegre, nos finais do século XIX, vai caracterizar esse momento da história emancipacionista nessa cidade como sendo

[...] estratégia política, medida de efeito moral e recurso econômico para reter e controlar a mão-de-obra, o Rio Grande do Sul adotou a fórmula da abolição antecipada com a cláusula de prestação de

²⁶⁰ Em 13 de janeiro de 1888 o jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, publica um quadro sobre as alforrias em São Jerônimo, precedendo esse quadro o seguinte texto: "O movimento abolicionista em S. Jeronymo, segundo a comunicação feita pelo Rvm. vigario Luiz Pinto de Azevedo, foi o seguinte: [...]". *A Reforma*, 13/01/1888, p.2. Nesse sentido, parece que o conceito de movimento abolicionista apresentado pelo jornal está relacionado ao número de liberdades que estão sendo obtidas por toda a Província.

serviços. A fórmula baseava-se no artigo 4º da Lei de Rio Branco, que estabelecia que o negro escravo, para ganhar a liberdade, poderia alugar seu trabalho a uma terceira pessoa por um período que, contudo, não deveria ultrapassar o limite de sete anos²⁶¹.

Pesavento vai indicar a necessidade de ter-se cuidado ao analisar as fontes da época, principalmente os jornais, dada a importância e a forma como essas fontes estão descrevendo esse período. Da mesma forma que Pesavento, autores como Margareth Bakos²⁶² vão entender como sendo uma farsa pois, para Bakos, a maioria das alforrias concedidas entre 1883 e 1884, eram com cláusulas de prestação de serviços. Isso criaria apenas a sensação de que a Província estava livre da escravidão, não modificando as relações sociais vigentes, pois esses libertos com cláusulas de prestação de serviços ainda estariam atrelados por algum tempo a seus senhores, mantendo - a princípio - as mesmas condições de vida que tinham anteriormente.

Ainda na década de 1980, foi escrito um trabalho que buscava tratar apenas do tema da abolição antecipada. O trabalho de Verônica Monti traz alguns fatos principais de como esses eventos foram sendo articulados em Porto Alegre e, posteriormente, na Província do Rio Grande do Sul. Diferentemente dos outros autores citados, Verônica Monti vai entender, assim como os contemporâneos daquele processo, essa dita "abolição antecipada" como algo glorioso, exaltando os homens que participaram daquele movimento em prol da liberdade dos cativos, não realizando uma crítica sobre tais eventos²⁶³. Para a autora,

Está provado que o germen do abolicionismo andava latente desde há muito aqui, mas é o ano de 1883 que particularmente vai caracterizar como o do início de uma nova fase, esta então decisiva, na arrancada pró libertação do elemento negro, situação essa resultante de novo posicionamento sócio-político e econômico na estrutura da época. Prepara, assim, o terreno para os sucessos que vão celebrar o ano de 1884 como o decisivo no Estado em favor da redenção do elemento negro, pois foi nesse ano que toda a Província se inflamou como que num incêndio coletivo, rompendo aqui,

²⁶¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos Subalternos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

²⁶² BAKOS, 1982.

²⁶³ Em seu trabalho, essa autora vai apresentar a mesma visão sobre esse processo que Torres Homem, chegando a trazer em seu texto trechos inteiros do trabalho daquele autor. No entanto, Monti não faz referência a essa obra em seu livro. MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

praticamente, as cadeias da escravidão. Essa afirmação se cristaliza se compararmos as estatísticas oficiais²⁶⁴.

Embora essas duas formas de análise sejam contemporâneas entre si, elas apresentam posições opostas em relação a esse momento. No entanto, conforme já mencionado, o trabalho de Bakos traz uma importante contribuição devido a sua crítica mais rigorosa sobre esse processo, sendo seus argumentos mais próximos a análise aqui realizada. Da mesma forma, essa autora utiliza - entre as suas fontes - o jornal *A Reforma*, que é fonte principal dessa pesquisa, possibilitando uma mediação com o que está sendo analisado.

Na tentativa de compensar essa falta dos exemplares do jornal para tal período, serão utilizados dois documentos que tratam sobre o *meeting* abolicionista: a ata da sessão extraordinária da Câmara de Porto Alegre, do ano de 1884 e o relatório do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros. Ainda, serão analisados os números do jornal, a partir do ano de 1886, que fazem referência a tais eventos.

A ata, datada de 7 de setembro de 1884, traz em seu texto o seu principal objetivo, que era a solenidade realizada na Câmara de Porto Alegre, cuja finalidade era comemorar a liberdade de todos os escravos da cidade de Porto Alegre e para comemorar tal acontecimento modificar o nome do Campo do Bonfim para "Redempção"²⁶⁵. Participaram de tal solenidade muitas autoridades como o presidente da Província da época, Albuquerque, assim como integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, como Joaquim Pedro Salgado e Joaquim de Salles Torres Homem, entre outros que estão citados em tal documento (ANEXO 5). O secretário do Centro Abolicionista, Torres Homem, entregou a Câmara, segundo a ata, uma bandeira desse centro, assim como o chamado "Livro de Ouro", em que essa ata foi escrita, a fim de festejar tais eventos em Porto Alegre.

²⁶⁴ *Idem*, p.164.

²⁶⁵ ATA da sessão extraordinária comemorativa da redempção dos escravos do município de Porto Alegre. Presidência do Sr. Luiz Affonso de Azambuja. Disponível em: <http://www.aredencao.com.br/ata.htm> (acesso em 2 de março de 2012).

Essa ata parece ser a culminância do processo que teve seu auge entre 1883 e 1884, tendo como principal função homenagear não os cativos, mas os abolicionistas que se consideravam os verdadeiros protagonistas desse grande feito para Porto Alegre, e, posteriormente, para toda a Província. Segundo Maria Angélica Zubaran, a respeito das homenagens:

Entre esses símbolos abolicionistas destacam-se: a criação de uma bandeira, de um hino abolicionista e de um “Livro de Ouro”, exemplos do que Jacques Le Goff chamou de “documento/monumento”, produzidos para perpetuar a versão dos vencedores às futuras gerações, neste caso, para assegurar a produção de uma memória social oficial da abolição em Porto Alegre²⁶⁶.

Nessa ata, destaca-se, então, a participação de importantes nomes da vida política e intelectual de Porto Alegre, como os protagonistas de tal processo²⁶⁷, sendo aqui importante a crítica tanto de Zubaran quanto de Paulo Moreira. Conforme já mencionado, esses autores percebem, o que fica evidente nesse documento, a exclusão da participação daqueles que eram os principais interessados, ou seja, os cativos. Nesse sentido, essa ata exemplifica a visão que aqueles homens queriam construir a respeito de tais fatos. A forma como apresentavam o processo como harmonioso e digno de ser festejado e glorificado, fazia com que se diluísse os conflitos que pudessem ter ocorrido.

Uma questão importante e que merece reflexão está relacionada aos diferentes sujeitos que estavam presentes naquela cerimônia em 1884. Embora essa ata procure demonstrar harmonia entre esses sujeitos, Zubaran vai indicar que os conflitos políticos permaneceram, principalmente porque a liderança ou a partida para tais eventos estava sempre nas mãos dos liberais. Para Zubaran,

²⁶⁶ ZUBARAN, 2009, p. 2.

²⁶⁷ São apresentados como protagonistas nessa ata sujeitos como o Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros, Coronel Joaquim Pedro Salgado, Damasceno Vieira, José Caetano Ferraz Teixeira, Luiz Affonso de Azambuja, Felizardo José Rodrigues Furtado, Francisco de Paula da Silva Rangel, Domingos de Souza Brito, Antonio Soares Amaya de Gusmão, Philippe B. de Freitas Noronha, Ignacio Antonio da Silva, José Pereira de Barbedo, Augusto Cesar da Silva, commandante das armas; Salustiano Jeronymo dos Reis, inspector dos corpos; Carlos Resin, Hellwig, consul allemão; P. Corte, consul da Italia, Edmund Telstschler, consul da Austria; A. Archer Junior, vice-consul britannico; João Pinto Ribeiro, vice-consul portuguez; Augusto Barbosa de Castro Silva, Joaquim de Salles Torres Homem, entre outros.

Em 1883, os partidos políticos da Província, o Conservador, o Liberal e Republicano, reconheciam a necessidade de abolir “a instituição maligna”, mas discordavam no modo de conduzi-la. Nessa época, o líder liberal Silveira Martins passou a defender a abolição da escravidão através de contratos de serviço entre os senhores e seus ex-escravos. Os conservadores, através do jornal, O Conservador, atacavam a posição abolicionista dos Liberais e os acusavam de ameaçar a ordem social e de provocar a “erupção do vulcão”. Para a maioria dos conservadores, era suficiente esperar os efeitos da Lei do Ventre Livre e as emancipações voluntárias de particulares. Já o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sob a liderança de Júlio de Castilhos, apesar de inicialmente defender a liberdade imediata sem indenização, terminou apoiando a estratégia política dos Liberais de abolição condicional com cláusulas de prestação de serviço²⁶⁸.

Assim, aquela cerimônia harmoniosa era o encerramento de um período marcado por conflitos políticos entre os diferentes partidos e até mesmo internamente. Muito mais do que seus feitos gloriosos, cujo discurso construído por seus contemporâneos conseguiu o apresentar de forma positiva, foi essa a solução encontrada para que o processo ocorresse de forma mais segura e ordeira, ou seja, a liberdade mediante o contrato com cláusula de prestação de serviços.

Outro documento que traz uma narrativa sobre esse período é o relatório do presidente de Província José Júlio de Albuquerque Barros²⁶⁹. Em seu último ano no cargo, em seu relatório²⁷⁰, vai festejar os resultados obtidos pelo Centro Abolicionista em Porto Alegre, libertando 1500 escravos, em grande solenidade. Traz ainda, dados das libertações em alguns municípios da Província, além de apresentar quadros com números de escravos matriculados e a arrecadação de impostos sobre esses escravos. Sobre a escravidão, Barros, assim como outros presidentes que apresentaram em seus relatórios assuntos referentes a escravidão, vai tratar desse assunto no item denominado “elemento servil”, informando que,

Felicitto-me de haver sido durante a minha administração que se operou na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul esse brilhante movimento abolicionista que dentro de poucos mezes restituiu á liberdade cerca de quarenta mil escravos. A leal e valorosa cidade de

²⁶⁸ ZUBARAN, 2009, p. 6.

²⁶⁹ Conforme já mencionado ele ocupou esse cargo entre 1883 e 1885. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial> (acesso em 10/01/2012).

²⁷⁰ Relatório apresentado a S. Exc. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exm. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a presidencia da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial> (acesso em 10/01/2012).

Porto Alegre e á patriotica cidade de Pelotas cahem a gloria da iniciativa;mas a nobre idéa não tardou a circular por toda a Provincia, penetrando o coração rio-grandense, sempre aberto aos sentimentos philantropicos. Não contribui para tão notavel e auspicioso acontecimento senão demonstrando a conveniencia e praticabilidade do systema de emancipação por meio da locação ou clausula de serviços, explicando as disposições da lei de 28 de setembro de 1871 e varias outras relativas á forma e garantia do contracto ou da condição da alforria, applaudindo a espontaneidade do movimento, e assegurando os direitos adquiridos pelo patrono e pelo liberto²⁷¹.

José Júlio de Albuquerque Barros indica a importância do movimento abolicionista nessa Província, mas aborda também a forma como essas alforrias foram obtidas, estando o contrato de prestação de serviços presente em boa parte delas. Ele vai seguir seu relatório apontando as questões relativas ao governo provincial e a sua participação nesse processo, como a cobrança de taxas sobre a matrícula de escravos, assim como a contagem do número de escravos ainda existente em cada município²⁷². Barros traz em seu relatório a questão dos sentimentos filantrópicos como responsáveis por tais acontecimentos, buscando demonstrar que houve uma vitória para ambos os lados, tanto senhores quanto cativos. Nesse sentido, seu relatório é um pouco mais elucidativo sobre aquele processo do que a ata citada, pois traz a sua própria análise sobre tais eventos, colocando-se como participante desse movimento.

A partir de 1886, no jornal *A Reforma*, além de trazer notícias sobre a lei dos sexagenários e as discussões a respeito da possibilidade da proibição dos açoites, encontra-se também algumas referências aos anos de 1883 e 1884. No mesmo mês em que está tratando do caso da escrava Virgínia, propriedade do Senhor Primavera, que após ser vítima de maus tratos acabou falecendo, notícia mencionada na introdução desse trabalho, o jornal traz uma referência aos eventos do *meeting* abolicionista de Porto Alegre. Em uma dessas publicações vai ser transcrita uma ata do Centro Abolicionista de Porto Alegre, em que estão organizando as comemorações relativas a esses eventos. Conforme a ata,

Centro Abolicionista
Acta da sessão em 30 de Julho de 1886.

²⁷¹ *Idem.* p.177.

²⁷² *Relatorio apresentado a S. Exc. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos...*, p.178.

- A mesa apresenta as seguintes propostas, que são aprovadas:
1º O Directorio resolve comemorar o dia 12 de Agosto.
2º Fica autorizado o secretario do Centro Abolicionista, a dirigir-se em circular e, em nome do Directorio, a todos os chefes abolicionistas, aos órgãos de imprensa, e aos cidadãos influentes, nas varias localidades da provincia, convidando-os a commemorarem as datas de 12 de Agosto, 7 ou 28 de Setembro, promovendo á liberdade dos ultimos escravos que restam nas mesmas localidades.
3º Na vaga de membro do Directorio, deixada pelo benemerito Dr. Antonio Lara da Fontoura Palmeiro, a mesma indica para substituil-o o cidadão Emilio da Silva Ferreira. - Joaquim Pedro Salgado - Joaquim de Salles Torres Homem.
Nada mais se tratou.
1º secretario,
Joaquim de Salles Torres Homem²⁷³.

Nessa ata é possível perceber que, por meio das comemorações em homenagem as libertações ocorridas em setembro de 1884, havia uma convocação para que os centros abolicionistas se unissem novamente com a finalidade de libertar aqueles que ainda estavam ligados ao cativeiro. Essa ata apresenta dois aspectos que merecem reflexão. A primeira questão é a pensar qual a necessidade de permanência e participação desse Centro Abolicionista, visto que o discurso construído indicava que já não haviam mais escravos. A outra questão vai nesse mesmo sentido, ao propor as comemorações dos eventos de 1883 e 1884 como estímulo para que sejam libertados os "ultimos escravos" que ainda restavam, indica que o sucesso daqueles anos não foi tão glorioso assim, visto que já havia se passado dois anos e ainda havia escravos a serem libertados. Por fim, aqui novamente aparece a questão das instituições sociais não ligadas de forma direta ao governo, buscando se organizar a fim de solucionar de forma ordeira uma questão tão importante como era a do cativeiro. Além disso, esses homens ilustrados se colocam como protagonistas principais nesse palco, excluindo a participação daqueles a quem eles queriam beneficiar.

Entre esses homens ilustrados, Joaquim de Salles Torres Homem foi um dos grandes nomes desse movimento em Porto Alegre, chegando a ser secretário do Centro Abolicionista. Em 12 de agosto, o jornal *A Reforma* publica um artigo, assinado por ele, tratando da importância dessa data para o movimento abolicionista nessa cidade e indicando a importância do Partido Liberal nesse processo, fazendo referência ao ano de 1884. Torres Homem

²⁷³ *A Reforma*, Porto Alegre, 31/07/1886, p.3.

inicia o seu texto enaltecendo o papel desse partido para as discussões a respeito da questão servil e da aprovação da Lei do Visconde do Rio Branco,

O maior desprendimento possível das paixões partidárias não nos inibe, contudo, de fazer estrita justiça, em reconhecer o partido liberal brasileiro, como tendo impellido a causa da libertação dos escravos deste paiz, a dar seu passo mais decisivo.

[...]

Antes do advento da situação liberal em 1878, nada mais se adiantara a essa questão.

No domínio do partido liberal, a própria sociedade tomou uma iniciativa definida e continua na causa abolicionista, e os mesmos chefes do governo promoveram, ainda que mal, a reforma legislativa correspondente²⁷⁴.

Para Torres Homem, o Partido Liberal havia tido um papel fundamental para aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871 e para a causa abolicionista que passou a ser bandeira em todo o Império, apontando a importância da participação dos líderes e membros desse partido em centros abolicionistas, como Joaquim Pedro Salgado, por exemplo. Ele também vai apontar a importância que as ideias abolicionistas na Província do Rio Grande do Sul, trazendo o número de 40 mil escravos que foram beneficiados com a concessão de liberdade, sendo o espírito do povo rio-grandense o responsável por tais vitórias. Em seu artigo, Torres Homem reserva espaço também para homenagear membros do Partido Conservador e Republicano, que contribuíram e participaram desse processo. Depois dos festejos, esse autor vai trazer uma crítica sobre os reais resultados obtidos por tal campanha, admitindo que não atingiram aquilo que havia sido idealizado,

O exemplo de patriotismo e humanidade, dado pela capital, foi evidentemente decisivo, para a abolição da escravatura, no resto da província.

Já dissemos os resultados alcançados.

Infelizmente, cabe-nos também declarar, com profunda mágoa, que a causa da liberdade e da justiça não pôde completar os seus efeitos, vendo-se obrigada a deixar permanecer, na hediondez da escravidão doméstica, alguns milhares de brasileiros, habitantes da província.

Para alforriarem seus escravos, diversos senhores esperaram, da parte do governo, uma lei organizando o trabalho²⁷⁵.

²⁷⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 12/08/1886, p.2.

²⁷⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 12/08/1886, p.2.

Na parte final de seu artigo, então, Torres Homem vai tratar de forma mais precisa os resultados que foram realmente obtidos. Para esse abolicionista, não foram alcançados os resultados esperados. Assim, aquela ata do Centro de Abolicionista, publicada em julho, fica mais compreensível, assim como a permanência de funcionamento desse centro, visto que, mesmo com os contratos de prestação de serviços, havia ainda escravos por toda a Província. Esse autor termina seu texto dizendo acreditar no papel do Partido Liberal para a obtenção da liberdade individual de todos os escravos brasileiros, assim como na colaboração dos Partidos Conservador e Liberal para que esse intuito tivesse êxito.

Além de ser membro do centro abolicionista, Torres Homem era professor de história da Escola Militar, e ligado ao Partido Liberal. Nesse sentido, o seu artigo, publicado no órgão de propaganda desse partido, demonstrando a sua participação de forma tão positiva nos eventos retratados, necessita ser visto com muita cautela, da mesma forma que outros textos e notícias publicadas nesse jornal. O texto de Torres Homem parece estar muito mais próximo a sua identificação partidária do que com uma preocupação com as ações humanitárias.

Nas publicações posteriores, *A Reforma* continua trazendo assuntos variados, porém, não apresenta mais nenhum ligado diretamente aos eventos analisados. Conforme já mencionado anteriormente, traz em suas páginas notícias de alforrias, de escravos que são vítimas da polícia ou de seus senhores, de escravos e libertos que cometem crimes e desordens pelas ruas da cidade. E ainda, traz pedidos como o publicado em 18 de maio de 1887, solicitando o aluguel de uma ama de leite, sem filhos, demonstrando que muitas das relações cotidianas permaneciam da mesma forma que antes, indiferente daquilo que se procurava construir sobre o humanitarismo e filantropia dos homens de bem de Porto Alegre e da Província do Rio Grande do Sul²⁷⁶.

Assim, conforme indicado por Bakos, Moreira e Zubaran, a respeito dos eventos dos anos de 1883 e 1884, é possível perceber, por meio das fontes aqui analisadas, que houve uma forte mobilização para que se construísse uma

²⁷⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 18/05/1887, p.3.

história oficial a esse respeito. Esses homens, ligados aos centros abolicionistas, muitos membros também do Partido Liberal como Joaquim Salgado e Torres Homem, pretendiam a partir dessas ações citadas direcionar os rumos da questão da emancipação na Província, e principalmente em Porto Alegre. Como protagonistas desse processo, coube a eles construírem um discurso oficial sobre o seu papel, sempre enaltecendo os feitos dos grandes homens por suas raras virtudes de humanitarismo e filantropia. As suas ações individuais e coletivas, nesse sentido, solucionariam aquilo que o governo imperial não estava resolvendo.

Por outro lado, a partir das falas de Torres Homem, também é possível identificar que, mesmo que houvesse esse discurso glorioso sobre esses eventos, havia dentro do próprio grupo a percepção de que não haviam alcançado todos os seus objetivos, mesmo que a maioria dos cativos houvesse obtido um contrato com cláusulas de prestação de serviços, dois anos depois do *meeting* abolicionista de 1884, havia aqueles cativos que nem isso haviam conseguido, permanecendo presos ao cativeiro.

Nesse sentido, os itens posteriores que tratarão sobre a Lei dos Sexagenários, Lei da Abolição da Pena de Açoites e a Lei do Ventre Livre, mostrarão a forma como o debate e a aprovação desses leis causaram repercussões positivas e negativas, assim como a sua aplicação, demonstrando que a questão da escravidão não era uma problema tão bem resolvido ainda, mesmo que houvesse uma porcentagem muito menor de escravos nesse período, do que em períodos anteriores.

4.2 Lei dos Sexagenários

Da mesma forma que no item anterior, infelizmente, não é possível acompanhar as discussões anteriores à aprovação da Lei dos Sexagenários no jornal *A Reforma*. No entanto, a repercussão que se dá posteriormente a sua aprovação é muito interessante para uma aproximação com a situação da escravidão naquele período - no Império e nessa Província. Em um importante trabalho sobre essa lei e os encaminhamentos que levaram a sua aprovação, Joseli Mendonça vai salientar a importância da análise sobre os debates em torno da aprovação da Lei dos Sexagenários e a sua aplicação - fundamentais

para a compreensão de como eram as relações sociais entre senhores e escravos naquele período²⁷⁷. Para Joseli Mendonça,

Procurou, ao longo desses capítulos, encaminhar a idéia de que o significado histórico das leis referentes à escravidão e à emancipação não pode ser resumido a um artefato descolado ou pairando acima das relações sociais. Ao contrário, os conflitos nas relações entre senhores, escravo e libertos foram decisivos nas opções feitas durante a avaliação dos projetos Dantas e Saraiva. Estes conflitos, por sua vez, eram definidos também pela utilização que esses agentes, cada qual a seu favor, faziam dos elementos da Lei de 1871²⁷⁸.

De acordo com o que aponta a autora, é importante perceber a forma como esses conflitos ficavam evidenciados durante esses processos, como o da aprovação dessa lei. Nesse sentido, embora só tenha no jornal a repercussão da forma como a Lei dos Sexagenários estava sendo aplicada, é interessante perceber que, mesmo em uma Província em que esse problema parecia quase que solucionado, a sua aplicação mereceu destaque em suas páginas.

Para se ter uma aproximação com o ano da aprovação dessa lei, optou-se aqui por analisar, inicialmente, o relatório do presidente que ocupou o cargo entre outubro de 1885 e maio de 1886, Barão de Lucena²⁷⁹, membro do Partido Conservador (ANEXO 1). O relatório do Barão de Lucena apresentará dados referentes aos escravos que seriam beneficiados com a aprovação da Lei de 28 de setembro de 1885, informando o número de escravos, 60 anos ou mais, distribuídos por municípios. Vai apresentar, também, uma preocupação com a forma de distribuição e prestação de contas do fundo de emancipação. Tratará dessa lei em questão somente o aspecto administrativo, indicando o envio de ofícios necessários para a sua aplicação e não emitindo a sua opinião sobre a referida lei.

Os relatórios a partir da Lei de 1885 demonstram preocupação com a sua execução, trazendo informações sobre as ações administrativas que foram executadas pelo governo provincial e pelos municípios, como a matrícula de

²⁷⁷ MENDONÇA, 2008.

²⁷⁸ *Idem*, p.35.

²⁷⁹ Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul a S. Exc. O Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca 1º vice-presidente ao passar-lhe a administração da mesma Provincia em 8 de maio de 1886, p.58.

escravos, por exemplo. No entanto, em relatório apresentado em 1887 por Rodrigo de Azambuja Villanova, além da prestação de contas e resultados que era peculiar aos relatórios, esse presidente vai apresentar, também, indícios de sua visão pessimista sobre o momento em que a Província se encontrava, em virtude do grande número de libertos, demonstrando a sua preocupação com a ordem²⁸⁰.

[...] é de esperar que a Província, em curto prazo, por quaesquer meios, terá emancipado toda a sua população servil sem abalo das suas condições economicas. Esta, porém, não deve ser a unica preocupação daquelles a quem o futuro attribuirá o bem e o mal sociaes que de tal facto poderão resultar. Já é certamente de grande merito ao mesmo tempo lavar a pátria da velha macula e resituir á liberdade milhares de seus filhos; mas não basta ser politico e philantropo: cumpre tambem ser previdente. Deixar o liberto entregue ás suas inclinações, formadas e desenvolvidas em uma condição que rebaixa o nível moral, é um perigo e deshumanidade: perigo, porque a ociosidade é uma tentação das más paixões; deshumanidade, porque ficarão os sujeitos á mais horrorosa das escravidões que é a da miseria²⁸¹.

Assim, embora os presidentes tenham tratado da Lei dos Sexagenários de formas diferentes, fica evidenciado a preocupação em cumprir a lei ou demonstrar que a estavam cumprindo. Por outro lado, a forma como Villanova apresenta sua preocupação com a situação em que se encontra a Província nesse período (com o aumento de libertos) era compartilhada por uma parcela da sociedade ligada as elites políticas e intelectuais, conforme já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

Retornando para a análise do jornal *A Reforma*, embora em suas páginas fossem tratados temas diversos, no ano de 1886, o que estava em maior evidência no jornal eram questões relacionadas à Lei dos Sexagenários, que foi aprovada no ano anterior, em 28 de setembro. Da mesma forma que aparecem alguns esclarecimentos sobre a aplicação dessa nova lei, também são publicadas muitas notícias de liberdade, em sua grande maioria de escravos que foram por ela beneficiados. Ainda, são publicados textos em que

²⁸⁰ Relatório apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça 3º vice-presidente ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887, p.65. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u765/000002.html> (acesso em 24 de maio de 2010).

²⁸¹ *Idem*, p.69.

a questão da extinção da escravidão é a principal preocupação, demonstrando o tom dos debates dos anos anteriores à Abolição, como no exemplo a seguir,

Elemento servil. – Será boato? Inquire o Diario do Brazil que o barão de Cotegipe pretende renovar a questão do elemento servil, apresentando na proxima reunião do parlamento projecto para a extincção definitiva do elemento servil, no período de cinco annos?

É facil de comprehender que semelhante boato, atirado inopinadamente na circulação, é bastante, para causar grande abalo não só no espirito dos lavradores, mas no de todos aquelles que empenharam seus capitais em auxilio dos estabelecimentos agricolas; além de difficultar qualquer transacção ou expediente que o governo tenha de tomar para fazer face ao temeroso estado actual das nossas finanças.

Será boato? ²⁸².

A preocupação presente nesse texto que *A Reforma* publica no início de 1886 parece estar centrada na ideia de uma nova lei que abolisse definitivamente a escravidão no Império. Por outro lado, a Lei dos Sexagenários havia sido aprovada a menos de um ano. Nesse sentido, parece que essa não havia sido eficaz na tentativa de cessar os debates em torno do elemento servil. Comparando as publicações posteriores à aprovação da Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários, após 1871 houve uma redução dos debates em relação a esse tema no jornal, indicando que, naquele momento, a Lei do Ventre Livre havia servido como mediadora de conflitos. O mesmo não parece ter ocorrido com a Lei dos Sexagenários, em que os debates em torno de uma solução para essa questão estavam em seu auge.

Esse texto não é uma transcrição do que foi publicado no jornal citado, mas sim um comentário do próprio jornal *A Reforma* sobre o assunto, demonstrando que a sua preocupação era muito próxima daqueles que queriam um fim gradual e ordenado dessa instituição, negando uma solução imediata devido ao “estado actual” das finanças do Império, e demonstrando a sua preocupação com a colocação em pauta para a discussão de uma solução para tal problema.

Em fevereiro de 1886, o jornal *A Reforma* publicou um mapa, organizado pela tesouraria da fazenda, informando a situação da escravidão nessa Província, trazendo dados sobre a população escrava entre 1873 e 1885, pela obrigatoriedade de matrícula da Lei do Ventre Livre. Segundo esse

²⁸² *A Reforma*, Porto Alegre, 11/02/1886, p.2.

mapa, em 1885 o número de escravos na Província era de, aproximadamente, 20 mil, trazendo dados de que haveria 14.603 homens e 12.639 mulheres, números dos quais deveriam ser excluídos os sexagenários, beneficiados pela nova lei²⁸³.

Esse mapa publicado, baseado nas matrículas, traz importantes dados sobre o movimento das libertações no Rio Grande do Sul. No entanto, esses números não podem ser vistos como absolutos, mas apenas servem como indicativos. Segundo a publicação:

Compreende-se que estes dados não serão rigorosamente exactos, mas servem para poder calcular-se a população escrava ainda existente na provincia.

Sabido, como está, que grande numero de libertações, fallecimentos e mudanças não tem diso averbados nas estações fiscaes [...] ²⁸⁴.

Ainda, essa publicação vai informar que foram libertados ao todo 46.787 escravos, sendo 22 mil sem ônus, 23.617 com ônus e apenas 1.170 escravos beneficiados pelo fundo de emancipação. Mesmo que houvesse na Província do Rio Grande do Sul em torno de 20 mil escravos apenas, conforme os dados do mapa publicado, ainda assim fica evidente que a tão comemorada Abolição antecipada de 1884, nessa Província, não foi tão definitiva como se pretendia.

A respeito da aplicação da Lei dos Sexagenários no Rio Grande do Sul, em maio de 1886, *A Reforma* publica a relação do número de escravos que deveriam ser imediatamente libertados em cumprimento da nova lei (ANEXO 3). Para essa Província, segundo esses dados, seriam 1.124 escravos, sendo que em Porto Alegre havia o maior número de beneficiados (321 escravos), seguido de Pelotas (288) e Rio Grande (142) ²⁸⁵. Assim, retomando a questão apresentada nos dados publicados por esse mesmo jornal - em fevereiro de 1886 - e considerando que a população escrava nessa Província era em torno de 20 mil, é bastante significativo ter esse número de escravos a serem libertados pela lei de 1885, representando uma parcela importante dessa população cativa. Alguns dias depois, o jornal complementa esses dados,

²⁸³ *A Reforma*, Porto Alegre, 23/02/1886, p.2.

²⁸⁴ *Idem*.

²⁸⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 16/05/1886, p.3.

informando sobre a situação dos sexagenários em outros locais do Rio Grande do Sul, elevando o número total para 1.369 escravos²⁸⁶.

Em julho de 1886, *A Reforma* publicou a fala do senador Silveira Martins, no senado, defendendo a Lei dos Sexagenários. Nessa publicação, o senador fez uma reflexão sobre a situação da escravidão no Império e as legislações que foram sendo aprovadas sobre esse tema, assim como seus efetivos resultados para a extinção do uso da mão-de-obra escrava no Brasil. Segundo Silveira Martins,

Para a interpretação da lei não póde ser aproveitado o elemento grammatical; e o elemento logico, isto é, o espirito da lei, bem como o historico, a que se soccorreu o honrado presidente do conselho, são de todo contrarios ao pensamento consignado no regulamento de 12 de Junho.

O elemento histórico de uma lei não é apenas o debate que se suscitou ao ser elaborada. Elle deve começar de mais longe, e é preciso apreciar-o em toda a legislação referente á materia. [...]

Uma lei em 1831 acabou com o trafico; outra em 1850, considerou-o pirataria; em 1871 foram os naciuros declarados livres; em 1885 indirectamente se estabelece o prazo para a extincção do elemento servil. O que sempre se quiz, foi, portanto, accelarar o movimento de emancipação; - como, pois, em vez acompanhar o espirito da lei, estende o governo o prazo por sua conta e risco?²⁸⁷.

Além de centrar seu texto na ideia de demonstrar o quadro de evolução dessas leis no Império, Silveira Martins tece uma crítica ao governo que buscava uma tentativa de mediar os interesses dos escravocratas com a nova lei, prorrogando os prazos e fazendo interpretações daquilo que já havia sido aprovado no parlamento (Anexo 4). Esse jornal apenas transcreve esse texto, não fazendo comentários a esse respeito - nem nesse dia, nem em dias posteriores. Nesse sentido, deve-se observar que Silveira Martins era o grande nome do Partido Liberal na Província do Rio Grande do Sul. Assim, uma transcrição de seu texto poderia estar relacionado a um alinhamento mais direto desse jornal às ideias desse importante político.

Embora já houvesse passado um ano da aprovação dessa lei, em outubro de 1886 *A Reforma* vai publicar um artigo que transcreve do *Jornal do Comércio*, trazendo as normas estabelecidas na Lei dos Sexagenários, explicando que "nunca será em demasia recordar". Assim, comparando essa

²⁸⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 03/06/1886, p.2.

²⁸⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 25/07/1886, p.1.

publicação com as considerações que Silveira Martins havia feito em sua fala, é possível perceber que a aplicação dessa lei não era tão tranquila assim, havendo dificuldades e debates em torno de sua execução²⁸⁸.

A Reforma vai indicar que, nesse mesmo mês, o Senado havia votado contra o governo em relação ao orçamento do ministério da agricultura, e contra a emenda proposta pelo Barão de Cotegipe em relação ao elemento servil. O Senado não havia aceitado esse orçamento, pois a emenda proposta por José Bonifácio em relação ao elemento servil havia sido recusada pela Câmara e pelo Ministério²⁸⁹. Esses senadores entendiam que havia um recuo do governo em relação à aplicação da Lei dos Sexagenários. Silveira Martins estava entre os senadores que votaram contra tal proposta. Segundo o jornal, essa votação acabou enfraquecendo o gabinete do Barão de Cotegipe e também o governo. Segundo sua publicação,

O voto de hontem era de grande importancia, tanto mais quanto sabia que alguns amigos dedicados do governo d'elle se separaram, porque nunca procederam, em suas deliberações, senão com a maior cherencia e isenção de espirito partidario.

Procedendo-se á votação das varias emendas apresentadas ao orçamento da agricultura, foi posta a votos a emenda do Sr. presidente do conselho, supprimindo os additivos do Sr. José Bonifácio, relativos ao elemento servil²⁹⁰.

Nesse artigo, o jornal vai informar que a votação encerrou com a rejeição do orçamento do governo, por 21 votos a 18²⁹¹. Embora tenha sido

²⁸⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 02/10/1886, p.2.

²⁸⁹ As emendas propostas por José Bonifácio eram: "Aditivos 1.º - a dedução anual do valor primitivo do escravo nos termos do § 1.º art.º 3.º da lei 3.270 de 28 de setembro de 1885 contar-se-á da data da mesma lei. — 2.º - na proibição do § 19 do art.º 3.º da lei 3.270 de 28 de setembro de 1885, compreende-se o município neutro como divisão administrativa separada. — 3.º - o valor do escravo declarado pelo Senhor conforme o § 2.º do art.º 1.º da lei de 28 de setembro de 1885, antes de encerrada a matrícula, pode ser impugnado pelo coletor, e, se não houver acordo, proceder-se-á nos termos do § 7.º do art.º 3.º " PINHO, José Wanderley de Araújo. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 284. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/cartas-do-imperador-pedro-ii-ao-barao-de-cotegipe/pagina/284/texto> (Acesso em 02 de junho de 2014).

²⁹⁰ *A Reforma*, 05/10/1886, p.2.

²⁹¹ Conforme *A Reforma*, os senadores que votaram contra foram: Saraiva, Leão Velloso, Visconde de Paranaguá, Luiz Felipe, Soares Brandão, José Bonifácio, Silveira Martins, Daantas, Henrique d'Ávila, Viriato de Medeiros, Affonso Celso, Castro Carreira, Christiano Ottoni, de Lamare, Ignacio Martins, Meira de Vasconcellos, e os conservadores Vieira da Silva, Correia, Escragnolle Taunay, Jaguaribe e Teixeira Junior. Votaram a favor: Barão de Cotegipe, Barão de Mamoré, Ribeiro da Luz, Barros Barreto, Fausto de Aguiar, Paes de Mendonça, Paulino de Souza, Diogo Velho, Visconde de Muritiba, José Bento da Cunha e Figueiredo, Luiz

equilibrada, o seu resultado foi importante para criar um problema político nesse gabinete. *A Reforma* publica, no dia seguinte, um artigo sobre a situação de Cotegipe e do governo que, após essa derrota, teria ficado enfraquecido. Assim, como tantos outros, esse artigo não é assinado.

É difícil a situação do gabinete Cotegipe.

Pelas últimas notícias se verifica que enquanto na câmara grande número de deputados conspiram e procuram derrubar-o sem combate no parlamento, no senado, uma oposição tão poderosa pelo número como pela capacidade de seus membros, desfere-lhe certeiros e profundos golpes.

A guerra na câmara e pelos corredores, em reuniões reservadas, em conferências, em que se profliga a política do ministério e se condena a obstinação do presidente do conselho em não passar o governo ao Sr. João Alfredo.

O presidente do conselho, de tudo sabedor, declara que se manterá no seu posto, que resistirá aos seus amigos, e fará a política que entender²⁹².

A partir desse artigo, é possível perceber que o posicionamento do jornal *A Reforma* frente a essa questão acompanha em sua crítica o voto contrário de seu grande líder, Silveira Martins. Nessa publicação, irá criticar a postura apresentada tanto por Cotegipe quanto pelo governo, buscando demonstrar a insatisfação da grande maioria dos políticos com essa situação. É interessante que, após esse artigo, o jornal vai transcrever o ponto de vista do jornal *Gazeta de Notícias*, que é muito próximo ao seu. Essa transcrição indica, da mesma forma que havia sido apresentado no artigo anterior, que o ministério estava em desacordo com a maioria dos senadores, inclusive membros do Partido Conservador²⁹³.

Esses artigos demonstram que, mesmo após a aprovação da Lei dos Sexagenários, os debates em torno do elemento servil continuavam intensos, demonstrando que, mesmo com a redução do número de escravos nesse período, havia uma preocupação com um fim definitivo e imediato para a escravidão. Se por um lado o jornal *A Reforma* continua apresentando a seus leitores o debate que estava ocorrendo no centro do Império, por outro vai

Carlos da Fonseca, Godoy, Barão de Mamanguape, Fernandes da Cunha, João Alfredo, cônego Siqueira Mendes, Nunes Gonçalves e Sinimbu. *A Reforma*, 05/10/1886, p.2.

²⁹² *A Reforma*, Porto Alegre, 06/10/1886, p.1.

²⁹³ "Se acrescentarmos a isto, que não foi o espírito partidário que ditou a votação do Senado, porque entre os que condenaram o governo há partidários seus, e até amigos dedicados como Sr. Correia, teremos a idéia aproximada do alcance da censura que o ministério acaba de receber." *A Reforma*, Porto Alegre, 06/10/1886, p.1.

indicar - por meio de suas notícias - que a questão da escravidão era, também, uma preocupação local. Por intermédio de suas publicações, continuam sendo noticiadas as alforrias concedidas pelos senhores e os eventos dos centros abolicionistas que tinham como objetivos obter recursos para a libertação dos escravos que ainda restavam. Em relação a esses centros abolicionistas, ao analisar o caso de Porto Alegre, Zubaran vai indicar que, na década de 1880, houve um aumento no número dessas associações. Segundo a autora, em 1881 foi fundada a Sociedade Emancipadora Rio Branco, e, em 1883, a Seção Abolicionista do Partenon Literário, a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade, a Libertadora Mercantil e o Centro Abolicionista de Porto Alegre²⁹⁴.

Em relação a esses eventos promovidos com a finalidade de obter fundos para as alforrias, em outubro desse mesmo ano, *A Reforma* publica um artigo falando sobre um espetáculo dramático que havia sido encenado pela "Sociedade Progresso Dramático" de Porto Alegre. Esse espetáculo, que tinha como tema "a luta entre a aristocracia e a democracia e a revolta do espírito liberal contra a escravidão", chamava-se "Cecília" e tinha como seu autor Aureliano de Abreu. Segundo o jornal, esse era um importante trabalho que foi muito aplaudido pelo público presente²⁹⁵.

Embora esse espetáculo trate do tema da escravidão, não consta na publicação o destino dado para aquilo que foi arrecadado. Por outro lado, demonstra que esse era um assunto que estava em pauta, não apenas no plano político e nas ações cotidianas - tais como as alforrias, violências e crimes - mas era representado também nas artes, como se pode verificar na literatura do século XIX no Brasil. O que aqui parece interessante é o fato de esse espetáculo ter merecido destaque nas páginas do jornal, o que não acontecia frequentemente, pois não era comum que fossem noticiados ou que houvesse comentários sobre outros eventos desse tipo.

Em relação à execução da Lei dos Sexagenários, no final de 1886, *A Reforma* vai publicar uma notícia, informando que, conforme havia sido solicitado pelo governo imperial, cada província deveria enviar para a Corte um quadro com aqueles escravos que deveriam ser beneficiados por essa lei.

²⁹⁴ ZUBARAN, 2009, p.6.

²⁹⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 19/10/1886, p.2.

Ainda informava que era esperado que no final dessa contagem o número de escravos ainda existentes no país fosse bem menor do que se imaginara, em virtude dos óbitos que não foram registrados. *A Reforma* tece uma crítica quanto aos números que existiam, chamando a estatística existente de "imperfeitíssima".²⁹⁶ No início de 1887, esse jornal traz um artigo, transcrito do *Jornal da Côrte*, cujo objetivo era demonstrar a importância dessa lei para a libertação de um número grande de escravos, que por ela foram beneficiados. Segundo o artigo,

É até agora conhecida a existencia de cerca de 80,000 libertos sexagenarios, podendo estimar-se que, revista a matricula de todos os municipios do Imperio, não será inferior de 110,000 o numero de escravos beneficiados em razão da idade, pela ultima lei de 28 de setembro. É para presumir, entretanto, que taes algarismos não correspondam á realidade dos factos, por se acharem inscriptos como escravos, e relacionados como libertos em razão da idade, numerosos individuos cujo fallecimento não tem sido communicado ás estações encarregadas da matricula²⁹⁷.

Nesse artigo, fica muito evidente a preocupação em saber o número exato daqueles que foram atingidos por essa lei, indicando que - a partir dessa estatística, e desde que fosse feita de forma correta - seria possível estabelecer o número de escravos ainda existentes e que, possivelmente, "as proporções do problema do estado servil" seriam bem menores do que se estava imaginando.

A Reforma apenas transcreve esse artigo, sem tecer nenhum comentário a respeito. No entanto, esse jornal havia publicado, no mês de dezembro do ano anterior, um artigo com o mesmo conteúdo, que indicava que os números relativos aos que deveriam obter liberdade a partir dessa lei, eram bem menores do que aqueles que estavam sendo mencionados. Nesse sentido, ao transcrever um texto de um jornal publicado na Corte, além de trazer informações sobre a situação desse processo em todo o Império, esse jornal também estava respaldando a sua posição sobre a situação do problema da escravidão no Brasil.

²⁹⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 10/12/1886, p.2.

²⁹⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 12/01/1887, p.2.

A partir dessas publicações do jornal *A Reforma* sobre a Lei dos Sexagenários, é possível perceber que não foi um processo tão consensual, havendo divergências entre políticos e senhores quanto a sua real aplicação. Por um lado o jornal demonstrava que havia uma cobrança quanto à falta de ações do governo imperial sobre tal problema. Mas, por outro lado, indicava que a aprovação das leis de caráter gradualista, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, pareciam atender à necessidade de controle sobre o processo que levaria à abolição. A necessidade de um fim gradual e seguro para a escravidão era um dos argumentos utilizados em boa parte dos textos analisados nesse jornal. A esse respeito, Joseli Mendonça vai perceber em relação aos debates em torno da Lei do Ventre Livre que,

As discussões que acompanhamos até aqui acerca do encaminhamento que o legislativo procurava dar à 'questão servil', um outro aspecto não menos crucial: a necessidade de manutenção da escravidão ainda por algum tempo. Não apressar-se 'a solução' da questão servil – este era um dos grandes temas defendidos no Parlamento durante a passagem dos projetos dos quais resultou a lei de 1885²⁹⁸.

Nesse mesmo sentido indicado por Joseli Mendonça, ainda que a questão de uma solução mais imediata para tal problema comparecesse nas páginas do jornal em um ou outro momento - por meio de seus artigos ou congratulações as alforrias concedidas por senhores ou obtidas por meio de sociedades libertadores - a questão da propriedade e a preocupação com a situação econômica do Império sempre apareciam como atenuantes para que tais medidas fossem realmente implementadas.

4.3 A abolição da Pena de Açoites

Além dos debates em torno da Lei dos Sexagenários, nos últimos meses do ano de 1886, outra discussão entra em evidência em relação à questão escravista. São os debates em torno da abolição da pena de açoites, lei que é aprovada em outubro de 1886. Embora nesse período houvesse muitas críticas em relação à forma com que os escravos eram punidos, os

²⁹⁸ MENDONÇA, 2008, p.120.

debates sobre essa proposta de lei e sua aprovação foram significativos. Embora as discussões sobre a Abolição da Pena de Açoites estivessem ocorrendo de forma concomitante com as da Lei dos Sexagenários, optou-se por tratar em tópico separado para uma melhor compreensão desse outro momento de debates em relação ao elemento servil no Império.

Conforme já abordado neste trabalho, o jornal *A Reforma* sempre foi crítico em relação aos casos em que os escravos eram vítimas de violência por parte de seus senhores ou autoridades policiais. Essa defesa dos escravos pareceu estar condicionada não apenas por um sentimento humanitário, mas também por disputas políticas, locais ou não. A partir dessas considerações, busca-se aqui perceber a forma como esse jornal vai tratar - em suas publicações - sobre os debates em torno da lei que tinha como objetivo proibir que os escravos fossem castigados com açoites. Uma das primeiras publicações nesse sentido é a do dia 14 de agosto de 1886, em que é apresentado o projeto do senador Ignacio Martins, que pretendia abolir a pena de açoites, buscando revogar as leis que estavam em vigor²⁹⁹. Nesse projeto, havia apenas dois artigos:

A assembléa geral resolve:

Artigo 1º - Ficam revogados o artigo 60 do código criminal e a lei de n.4 de 10 de Junho de 1835.

²⁹⁹ O artigo 60 do código criminal de 1830 previa que: "Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoutes, e depois de os soffrer, -será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designa". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm (acesso em 25 de maio de 2014). A lei n.4 de 1835 estabelecia que: Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem. Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoutes a proporção das circunstancias mais ou menos aggravantes. Art. 2º Acontecendo algum dos delictos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro commettido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do Jury do Termo (caso não esteja em exercicio) convocada pelo Juiz de Direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente comunicados. Art. 3º Os Juizes de Paz terão jurisdicção cumulativa em todo o Municipio para processarem taes delictos até a pronuncia com as diligencias legaes posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluido que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito para este apresenta-lo no Jury, logo que esteja reunido e seguir-se os mais termos. Art. 4º Em taes delictos a imposição da pena de morte será vencida por dous terços do numero de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se fôr condemnatoria, se executará sem recurso algum. Art. 5º Ficão revogadas todas as Leis, Decretos e mais disposições em contrario. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104059/lei-4-35> (acesso em 25 de maio/14).

Parapho unico. - O réo escravo que incorrer em pena que não seja a capital, será condemnado na de galés pelo tempo que lhe devia ser imposta,
Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário³⁰⁰.

Seguindo a citação dessa proposta do senador Ignacio Martins, esse jornal vai trazer o que escreveu o jornal *Gazeta de Notícias*, informando que o mesmo entendia a aprovação dessa lei como um ato digno, tanto para Câmara quanto para o Senado. A proposta desse senador, transcrita pelo jornal *A Reforma*, parece estar de acordo com as preocupações que havia demonstrado em suas publicações com a situação dos cativos e o tratamento punitivo a eles dispensado. Em relação à questão da violência, nesse mesmo mês, esse jornal publica a fala de Silveira Martins no Senado, em que este - entre tantos assuntos tratados em seu discurso - fará referência ao caso dos escravos castigados em Paraíba do Sul, caso que foi noticiado nesse jornal e que teve repercussão por todo o Império³⁰¹.

Em sua fala, o tribuno do Partido Liberal na Província vai indicar seu descontentamento com tal acontecimento, inferindo que a pena aplicada àqueles escravos foi muito excessiva, solicitando que o Ministro da Justiça tomasse providências para que tal episódio fosse investigado³⁰². Esse caso dos escravos de Paraíba do Sul teve grande repercussão na Corte e foi tema integrante das discussões sobre a abolição dos açoites, principalmente por José Bonifácio, Ribeiro da Luz e Dantas³⁰³.

Ao tratar desse caso de Paraíba do Sul, Silveira Martins também questiona sobre as condições em que se encontram os africanos que entraram

³⁰⁰ *A Reforma*, 14/08/1886, p.2.

³⁰¹ *A Reforma* transcreve a carta que o juiz de direito escreveu dando explicações ao Ministro da Justiça sobre esse episódio: "Parahyba do Sul, 31 de julho de 1886 – Ao segundo telelgramma de V. Ex. respondo: «A cada um dos escravos condemnados a 300 açoites foram applicados 50 de cada vez, nos dias em que se acharam em condições de soffrel-os sem perigo. Segundo opinião dos dous medicos, estes açoites não concorreram absolutamente para a morte dos dous escravos; tal é tambem o juízo das pessoas que viram o bom estado delles antes e por accasião de serem entregues a enviados de Valle. Todavia recommendei exhumação e novo exame. «Os escravos seguiram a pé; proximo a Entre Rios foram mettidos em carroça e os dous que vieram acham-se em poder do senhor.«Um dos escravos havia 26 dias que tinha soffrido os ultimos açoites. Os outros havia mais tempo. Recommendei instantaneamente ao delegado me subdelegado o maior interesse e actividade no procedimento do inquerito – o *juiz de direito*» Com esse facto occuparam-se a imprensa da côrte e o senador Dantas no Senado". *A Reforma*, 13/08/1886, p.2.

³⁰² *A Reforma*, Porto Alegre, 05/09/1886, p.2.

³⁰³ SENADO FEDERAL. *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823-1888*. Brasília: Subsecretaria de Arquivo, 1988, p.324.

no Brasil após 1831, ressaltando que, mesmo que seus senhores tenham documentos que comprovem a sua propriedade, pela legislação eles deveriam ser colocados imediatamente em liberdade, demonstrando que, mesmo tanto tempo depois, a situação para alguns desses africanos ainda permanece sem solução efetiva.

Em outubro desse mesmo ano, *A Reforma* vai transcrever em sua primeira página um artigo de Silveira Martins, publicado no *Jornal do Comércio* da Corte, que trata do projeto de lei de Ignacio Martins, que visava a extinguir a pena de açoites. Em seu texto, o grande líder do Partido Liberal vai assegurar que:

Realmente a pena de açoites não tem por fundamento as razões que se lhe têm querido dar; é, em regra, uma penalidade de excepção, porque também excepcional é o regimen da escravidão e por ser a unica pena possivel para os casos ordinarios, visto que na pessoa do escravo se acham interessados de um lado o senhor, que é o proprietario, e do outro lado os principios da justiça, que querem que a pena produza o melhoramento moral do paciente.

Consequencia fatao do regimen da escravidão é essa feição especial que assumem as penalidades applicaveis aos escravos. A prisão para o escravo é a liberdade e para o senhor a perda dos serviços e onus da sustentação, de maneira que a sociedade se acha interessada em que a correcção dos escravos se faça por meio diversos dos que se empregam para homens livres. D'ahi a commutação da prisão em açoites, pena que póde não ser tão cruel, mas que é sempre infamante³⁰⁴.

Ao realizar sua crítica sobre a pena se açoites, o senador vai indicar porque os senhores preferem utilizar esse tipo de punição ao invés da prisão, que é a utilizada para homens livres, assinalando que a perda da força de trabalho desse escravo, enquanto esse estivesse detido, seria a principal causa dessa escolha. Silveira Martins, ao tratar sobre a questão da punição dos escravos, aproveita para criticar a atuação do governo imperial sobre outro aspecto relacionado aos cativos: a Lei dos Sexagenários; indicando as dificuldades que o governo tinha em fazer com que tal lei fosse imediatamente cumprida. Silveira Martins, nessa sua fala, traz um ponto muito importante para a compreensão dos debates em torno dessa lei de 1886. Para esse senador, ao deixar de ter o poder de punir o seu escravo com açoite, o senhor perderia o domínio sobre sua propriedade, praticamente igualando senhores e escravos, o

³⁰⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 09/10/1886, p.1.

que iria acarretar na antecipação da abolição. Para o senador, era o recurso à violência que possibilitava que os senhores mantivessem seus escravos no cativeiro. A esse respeito Joseli Mendonça vai pontuar sobre os parâmetros que definiam as relações sociais entre senhores e escravos. Para essa autora,

Para que as relações de escravidão se mantivessem, era, portanto, necessário que os senhores dispensassem aos seus escravos não só os cuidados a que estes estavam obrigados, mas também, e acima de tudo, o castigo que os corrigisse nas suas faltas. Para cumprir a sua função, o castigo deveria ser reconhecido – pelos próprios escravos – como legítimo³⁰⁵.

No entanto, para Joseli Mendonça, nessa última década da escravidão, mesmo aqueles que defendiam o regime escravista tinham a percepção de que seu término estaria próximo, havendo intensos debates, nesse período, sobre o direito à propriedade. Em seu texto, o senador Silveira Martins vai indicar que a aprovação de uma lei como essa acabaria em pouco tempo com o regime escravista no Império, sendo por isso muito mais "nobre" que houvesse por parte do governo um posicionamento sobre o fim efetivo dessa instituição, por meio da formulação de um projeto que emancipasse todos os escravos. Parece aqui que Silveira Martins não se coloca favorável a que os escravos continuem sendo punidos por açoites, mas que busca uma solução mais definitiva. No entanto, mesmo que a sua postura liberal fosse favorável a uma extinção total da escravidão, essa mesma postura não demonstra que o senador estava muito preocupado com a situação dos escravos que estão sendo punidos, mas sim com o controle ou não que esses senhores teriam sobre seus escravos. Porém, em pouco mais de um mês depois da transcrição desse discurso, *A Reforma* publica que o Imperador sancionou a lei que abolia a pena de açoites no Brasil, tendo sido vencidos os conselhos e argumentos apresentados pelo nobre tribuno liberal³⁰⁶.

Ainda em relação à aprovação dessa lei, *A Reforma* vai transcrever um artigo publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, da Corte, que mostrava as discussões ocorridas na Câmara. Alguns deputados criticavam aos que votaram pela aprovação da lei, insistindo que a manutenção da pena de açoites

³⁰⁵ MENDONÇA, 2008, p.139.

³⁰⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 24/10/1886, p.3.

era necessária para a manutenção da ordem. Segundo o artigo, entre os deputados contrários a aprovação da lei,

Um quer que os açoites subsistam, não para serem applicados mas como uma ameaça. Outro acha que a manutenção dos estabelecimentos ruraes depende da pena de açoites!
Parece impossivel que no fim deste seculo de lutas pela liberdade, ainda haja no parlamente de um paiz que já não é inteiramente selvagem quem se levante a pedir a pena de açoites³⁰⁷.

Aproximando esse texto publicado no jornal da Corte com o discurso de Silveira Martins e com as publicações sobre as relações entre senhores e escravos, em que a violência aparecia como uma situação cotidiana, é possível perceber que os argumentos relacionados à civilidade estão sempre presentes, assim como a preocupação com o controle e com a ordem sobre esses sujeitos provenientes do cativeiro, mantendo a segurança dos senhores.

Porém, esse artigo é um pouco mais ácido em sua crítica sobre essa questão, chegando mesmo a inferir que, se para ter segurança nas fazendas era necessário que houvesse esse tipo de controle, era preferível ao Império que essas fazendas não existissem mais. Da mesma forma que em outras transcrições, *A Reforma* não comenta aquilo que foi transcrito em suas páginas posteriormente.

No entanto, essa transcrição foi nomeada de "considerações sensatas", podendo ser um título que já veio pronto da Corte, ou que foi nomeado por esse jornal de Porto Alegre para indicar o caráter do tema aos seus leitores. Como esse título vem antes da explicação que *A Reforma* dá sobre o que será transcrito, é possível acreditar que o jornal está se posicionando de forma favorável àquilo que estava sendo publicado, levando-se em conta, também, todos os casos publicados em que esse jornal condenou o abuso do uso da violência. Nesse sentido, buscou-se aqui demonstrar que, de forma concomitante com os debates para a execução da Lei dos Sexagenários, havia também uma forte discussão sobre o direito desses senhores sobre suas propriedades, aparecendo mais uma vez a interferência do Estado sobre as relações existentes entre esses dois polos, ao impedir que o senhor punisse seus escravos com açoites. Nessas discussões, parece

³⁰⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 29/10/1886, p.2.

evidente que não há uma referência tão direta à situação concreta de vida desses escravos, nem mesmo com as condições em que os mesmos se encontram em sua vida em cativeiro. O debate em torno dessa questão está diretamente ligado ao direito de propriedade e à preocupação com a ordem que, nesses últimos anos da década de 1880, estava cada vez mais acirrada.

4.4 O último ano de escravidão no Império e a aprovação da Lei Áurea

A situação da escravidão nesse ano de 1888 era certamente muito diferente daquela encontrada no período inicial desta pesquisa, em 1870. O quadro social do Império e também da Província foi sendo construído e alterado a partir dos conflitos provenientes das relações sociais que nesse contexto se desenvolveram e do estabelecimento de novas leis que acabaram regulando ou tentando conduzir o processo de emancipação no Brasil, de acordo com os interesses que estavam em disputa naquele momento.

Analisando o ano de 1888, no período anterior à aprovação da Lei Áurea, é possível perceber nas páginas do jornal *A Reforma* três questões importantes. A primeira está relacionada, conforme já tratado nos capítulos anteriores, à face privada da questão da emancipação, em que as notícias de alforrias, assim como da fundação de sociedades libertadoras por todo o Império, indicam que havia, ainda naquele período, uma movimentação da sociedade com objetivo de amenizar ou solucionar esse problema por seu espírito humanitário e filantrópico. A segunda está relacionada à forma como alguns artigos estavam tratando a questão da Abolição e os debates que estavam em curso na Corte, naquele momento, indicando que, mesmo que houvesse articulações por parte da sociedade, ainda assim era um caso de governo, ou seja, que seria a legislação que colocaria um ponto final ou que daria o norte para que houvesse uma solução definitiva. A última questão, que comparece nas páginas do jornal, está relacionada às disputas políticas entre os partidos, tanto no Império quanto na Província, pelo papel de cada um nesse processo.

No último ano de escravidão, as notícias de alforrias no jornal *A Reforma* são menos frequentes, comparando com as de 1886 e 1887. Nesse ano de 1888, foram publicados com mais regularidade casos de fora dessa Província, cujos senhores libertam grande número de escravos. Em relação ao Rio Grande do Sul, eram publicadas listas de senhores por cidades que alforriavam seus cativos ou desistiam da prestação de serviços a que estes estavam obrigados. O jornal indica, em suas publicações, que faltava pouco para que essa Província fosse considerada totalmente livre, ideia que já vinha sendo construída desde 1884. Um exemplo disso é essa publicação de março de 1888:

Libertação da provincia. – Acha-se totalmente livre o municipio de Cacimbinhas, segundo communicou hontem por telegrapha a commissão abolicionista ao Exm. Monsenhor Pinheiro. Tem havido ali grandes festejos em commemoração de tão alegre facto³⁰⁸.

Assim, conforme indicado por essa notícia, fatos como esse eram comemorados pelo jornal *A Reforma* como sendo de grande importância, demonstrando o êxito que os abolicionistas estavam obtendo no Rio Grande do Sul³⁰⁹. De acordo com o que foi tratado anteriormente, a campanha abolicionista intensificada nos anos de 1883 e 1884 visava a ter extinguido com todo trabalho escravo nessa província. Mas como é possível perceber, o mesmo ainda não tinha ocorrido, mesmo em 1888. Em abril desse mesmo ano, esse jornal vai trazer alguns dados sobre a situação da escravidão no Brasil, relativos a todo Império:

Elemento servil. - Segundo uma estatistica official, publicada na côrte, o numero de escravizados dados á matricula até 30 de Março foi de 723.419, sendo 384.615 do sexo masculino e 33.804 do feminino. Daquella data, porém, até hoje o número de manumissões condicionaes e incondicionaes tem sido tal que podemos, sem temeridade, reduzir aquella totalidade de cerca de 200.000. De facto a população escravizada do imperio não deve exceder de 500.000 individuos³¹⁰.

³⁰⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 01/03/1888, p.2.

³⁰⁹ Entre as cidades que são citadas nas publicações do jornal que libertaram todos os seus escravos estão: Taquara (03/01/1888, p.2); São Francisco de Assis (20/01/1888, p.2); Santa Cristina do Pinhal e Palmeira (14/02/1888, p.2); Cacimbinhas (01/03/1888, p.2); Dom Pedrito (02/03/1888, p.2); Viamão (04/03/1888, p.2) e Santo Angêlo (01/04/1888, p.2)

³¹⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 03/04/1888, p.2.

Esses dados apresentados pelo jornal em relação ao número de sujeitos ainda ligados ao cativo podem indicar que o problema sobre o qual se estava discutindo já não era tão grande assim. Isso se deve ao fato de que o jornal ressaltava a necessidade de ser subtraído daquele total indicado uma parte relativa às alforrias concedidas com ou sem ônus. Nesse sentido, os esforços empregados em prol da liberdade, por meio de ações individuais ou coletivas, teriam sido eficientes e atingido quase que totalmente os seus objetivos. Por outro lado, ao trazer em suas páginas notícias de cidades que estavam totalmente livres, mesmo antes da definição da lei, pode indicar que, mesmo com a aprovação da lei que estava em debate naquele momento, essa não alteraria muito o quadro da Província em relação à população cativa.

No mês de abril de 1888, mesmo com os debates sobre o projeto de lei sobre a abolição já em fase decisiva, *A Reforma* vai noticiar a fundação de uma Confederação abolicionista em Curitiba, com a finalidade de libertar o maior número possível de escravos em toda a Província³¹¹. Nesse sentido, mesmo com a aproximação de uma possível solução para o problema da escravidão, a publicação no jornal de uma notícia como essa pode indicar dois aspectos. O primeiro, relacionado a uma crítica ao governo que não definia a questão. O segundo, referente a uma exaltação ao movimento abolicionista e às suas ações, que não cessou de agir em prol da liberdade.

Em conjunto com essas notícias de que muitos municípios por toda a Província e Império estavam livres de escravos, estão sendo publicados os debates em torno de uma solução definitiva para a questão do elemento servil no Brasil. Nesse mesmo mês, *A Reforma* publica um artigo, sem autoria, sobre a ideia da abolição e a situação do governo. Segundo o artigo,

Proxima queda

Terminavamos o precedente artigo, interrogando si o nobre barão de Cotegipe disporia de elementos necesarios para enfrentar a medonha tempestade prestes a desencadear-se sobre sua cabeça, antepondo-se á marcha progressiva do espirito liberal, e refreando a desordenada ambição dos Srs. João Alfredo e Antonio Prado.

Elaborada lenta e pacificamente, no seio do organismo social, e ramificada a todos os seus membros, a idéa abolicionista explodio nos ímpetos de um movimento geral e irresistivel.

³¹¹ *A Reforma*, Porto Alegre, 10/04/1888, p.2.

Possuisse muito embora o illustre estadista bahiano a imponente estatura política de um Richelieu ou de um Bismarck, e inuteis seriam os esforços para desviar a torrente que avoluma-se dia a dia e sustentar a sua política reaccionaria³¹².

A crítica ao Barão de Cotegipe estava direcionada às suas atitudes conservadoras, que o impediriam de levar adiante um projeto de tamanha importância - como a questão da abolição - indicando que as suas ideias eram antagônicas à maioria da sociedade brasileira. A partir dessas publicações, é possível indicar que, mesmo em período tão próximo da aprovação da Lei do Ventre Livre, a abolição não era vista como definido. *A Reforma* continua apresentando, da mesma forma que em todos os anos analisados, que havia dois aspectos fundamentais nos debates em torno da escravidão e da solução para esse problema. Por um lado, os senhores, influenciados ou não pelas ideias abolicionistas que alforriavam seus escravos, e o movimento abolicionista que atuava com esse mesmo objetivo. Por outro lado, o papel do Estado ao definir os rumos para essa situação, por meio de seu quadro político e das pressões exercidas pela sociedade. A questão da liberdade, mesmo nesse período, estava sempre relacionada às decisões que seriam tomadas sobre os escravos e suas vidas. Não havia espaço, nas páginas do jornal, para indicar a participação mais efetiva dos cativos e libertos na conquista de sua liberdade.

Nesse sentido, ao situar a realidade da Província em relação às libertações e os debates que estavam ocorrendo na Corte, *A Reforma* indica que havia um distanciamento entre as duas realidades, identificando que o Rio Grande do Sul já tinha solucionado quase que totalmente essa problemática da escravidão, por meio de ações individuais e coletivas. Por outro lado, mesmo que, conforme o jornal, a situação nessa Província tivesse as suas especificidades, o debate que vinha sendo travado no centro do Império - como no trecho citado - demonstrava ser de interesse para *A Reforma*, principalmente quando estava relacionado ao papel desempenhado pelos diferentes partidos nesse processo. Em relação ao debates sobre a emancipação dos cativos na década de 1880, Joseli Mendonça vai assinalar que:

³¹² *A Reforma*, Porto Alegre, 03/03/1888, p.1.

O encaminhamento do processo de abolição pela via legislativa foi repleto de tensões. Até mesmo a simples introdução do debate na esfera parlamentar gerava graves apreensões nos emancipacionistas mais prudentes, ou nos escravagistas costumazes³¹³.

Para a autora, esse debates estavam marcados pela cautela por parte dos emancipacionistas e também dos escravocratas, havendo uma preocupação em não romper totalmente as relações provenientes do regime escravista entre senhor e escravo. *A Reforma* vai publicar parte do que estava acontecendo na Corte em relação à questão da abolição, nesse ano de 1888. Voltando àquela crítica à atuação do Barão de Cotegipe, em quatro de março, esse jornal publica outro artigo com o mesmo tema:

Posto á margem o conselheiro Paulino de Soares de Souza, colhido pelos desastres do Sr. cotegipe, com cuja politica identificou-se, inpirando-a até certo ponto, resta o Sr. João Alfredo, para quem convergem de preferencia as tristes esperanças de uma parte do partido da ordem, anciosas antes de tudo, pela conservação do poder.

Si ardiloso estadista bahiano tem de recuar, abandonando o governo dos negocios publicos, em presença do movimento abolicionista, accentuado com a firmeza na consciencia nacional, e exigindo uma reforma decisiva do regimen escravocrata - é claro, argumentam os entusiastas do Sr. João Alfredo, pertencer ao senador pernambucano a tarefa de completar a campanha com tanto brilhantismo iniciada em 1871, indigitado para semelhante missão pela natureza de seus precedentes e convicções políticas³¹⁴.

Em relação a essa postura que o artigo do jornal apresenta frente à atuação do Barão de Cotegipe sobre a questão servil, é possível inferir que tal atuação estava relacionada às próprias disputas que estavam ocorrendo no palco político nesse momento. Embora não tenha especificado o autor, esse texto não era transcrito, foi redigido dentro do próprio jornal, que tinha como redator nesse ano de 1888 Antonio Eleuthério de Camargo³¹⁵. Conforme observado nesse artigo, parece haver um alinhamento entre aquilo que o Partido Liberal estava defendendo na Corte e a forma com que o artigo se posicionava frente à situação. Em relação a esse aspecto, Margareth Bakos vai assinalar que o Partido Liberal no Rio Grande do Sul não teria uma autonomia

³¹³ MENDONÇA, op. cit. p.252.

³¹⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 04/03/1888, p.1.

³¹⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 20/05/1888, p.1.

em relação ao Partido Liberal da Corte, estando as ações e os posicionamentos direcionados por um poder central. Para Bakos,

Os liberais gaúchos, desunidos pela divergência ocorrida entre Silveira Martins e Osório, no momento em que eram membros do Ministério Sinimbu, buscaram fazer do movimento antiescravagista um elo de união entre os correligionários.

No entanto, os liberais revelavam-se incapazes de propor soluções próprias e radicais, repetindo na Província, o pensamento dos liberais na Corte³¹⁶.

Nesse sentido, conforme indicado na análise de Margareth Bakos, é possível que esses artigos, em que a crítica à forma com que o Barão de Cotegipe estava tentando impedir o progresso dos debates em relação à aprovação da abolição, estejam relacionados a essa posição do Partido Liberal na Corte. Ainda, em relação a essas disputas políticas que ocorreram naquele período em torno da questão servil, *A Reforma* vai criticar os jornais dos partidos opositores, *A Federação* e *O Conservador*. Uma das brigas com o jornal *A Federação*, iniciada em 19 de fevereiro e findada no dia 26 do mesmo mês, foi publicada em sua primeira página. Esse atrito tem com foco uma crítica da folha republicana a uma festa oferecida em Petrópolis pela princesa Isabel, cujo objetivo era arredar fundos em benefício da libertação de escravos. Segundo *A Reforma*, o jornal do Partido Republicano vai qualificar o Império como estando no período do "regabofe e do can-can"³¹⁷. *A Reforma* vai criticar a forma como *A Federação* tratou a iniciativa da princesa Isabel. Para a folha liberal, esses atos deveriam ser festejados, ressaltando a nobreza dos atos da princesa em prol da causa abolicionista.

As disputas entre liberais e conservadores são comuns ao longo desse período pesquisado. Muitos dos sujeitos que formaram o Partido Republicano na Província saíram dos quadros do Partido Liberal, como por exemplo Ramiro Barcelos e Wenceslao Escobar. Em relação à escravidão, havia uma crítica de ambos os partidos a esse respeito. Porém, cada um tinha suas propostas para tal problemática, o que não eram unanimidades nem mesmo dentro dos próprios partidos. Para Bakos, os republicanos eram favoráveis a uma

³¹⁶ BAKOS, 1982, p156.

³¹⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 19/02/1888, p.1.

libertação incondicional, sem indenização para os senhores³¹⁸. Enquanto a proposta vitoriosa, posta em prática na Província, foi a do Partido Liberal, definindo a alforria mediante cláusulas de prestação de serviços, a partir da qual o senhor seria indenizado com o trabalho por tempo determinado por ele próprio no contrato. Esse atrito entre *A Reforma* e *A Federação* a respeito do jantar tem seu ato final no dia 26 de fevereiro. Nessa publicação, o jornal vai apontar que, diferente do que queriam os republicanos, a reforma em relação o elemento servil se daria a partir de "meios legais, mansa e pacificamente"³¹⁹. Esse último trecho está de acordo com aquilo que vinha sendo publicado durante todo o período que foi analisado.

Em relação às disputas com a folha conservadora, no período anterior à abolição, *A Reforma* comenta uma publicação em que *O Conservador* exalta os esforços do Sr. Tavares em prol da libertação de toda a Província. O jornal liberal vai ironizar tal texto, lembrando que restam poucos escravos no Rio Grande do Sul, e que o mesmo Sr. Tavares havia votado contra a proposta da Assembleia Provincial que visava a aumentar o imposto sobre a propriedade escrava³²⁰. A crítica a Joaquim da Silva Tavares³²¹ e ao jornal conservador seguiu no dia 12 do mesmo mês. Nesse artigo, *A Reforma* vai indicar que *O Conservador* respondeu à sua crítica, diminuindo o movimento de 1884:

Um abolicionista: - A despeito de todos os esforços empregados pelo Conservador, não será capaz de convencer a alguém de que a provincia será toda emancipada brevemente devido á influencia do seu illustre chefe, o Sr. Silva Tavares.
Sem aborfar o ponto capital do assumpto de que nos occupamos em nosso numero de ante-hontem, aproveita o ensejo o orgão do Sr. Tavares para derramar sua bilis sobre os chefes liberaes e denominar palhaçada o movimento patriotico de 84³²².

³¹⁸ BAKOS, op. cit. p.157.

³¹⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 26/02/1888, p.1.

³²⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 10/04/1888, p.1.

³²¹ Joaquim da Silva Tavares foi presidente da Província do Rio Grande do Sul entre 09/08/1888 e 08/12/1888. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>, acesso em 10/01/2012.

³²² *A Reforma*, Porto Alegre, 12/04/1888, p.1.

Utilizando um tom irônico, *A Reforma* vai denominar o Sr. Tavares como um "novo abolicionista", indicando que este só teria iniciado a sua participação no movimento quando a questão já estava praticamente solucionada em toda a Província. Nesse sentido, é possível perceber que, se havia no centro do Império um debate sobre uma solução para a escravidão, na Província do Rio Grande do Sul havia uma disputa entre os três partidos, a partir de seus órgãos de imprensa, a respeito do papel de cada um nesse processo.

No final de abril desse ano, Torres Homem, um dos grandes nomes do abolicionismo em Porto Alegre, publicou nesse jornal um artigo sobre a crítica que o jornal *O Conservador* havia feito ao movimento de 1884. Em um longo artigo, publicado na primeira página, esse sujeito vai tratar dos participantes daquele movimento, indicando que dele fizeram parte tanto liberais quanto conservadores. Por outro lado, vai salientar que não poderia ser amenizada a participação de Joaquim Pedro Salgado, presidente do Centro Abolicionista, e grande líder liberal na Província. Para Torres Homem, em relação aos efeitos de 1884:

Finalmente, a attitude do Rio Grande, embora imperfeita e censuravel, si quizerem, foi quem firmou definitivamente a questão no dominio da opinião e nos conselhos da corôa: por ser a primeira provincia de primeira orfem que se pronunciava francamente em favor do abolicionismo.

Sem duvida as precedentes restrições não serão proprias para abalar os juizos absolutos da inveja e da maledicencia.

Da nossa parte, olhamos com indifferença ainda maior para os louvores antecipados aos heroes da proxima futura libertação da provincia, annunciada para o anno de 1888³²³.

Esse texto de Torres Homem demonstra o quão acirrada estava a disputa em torno da questão servil na Província. Nesse sentido, é possível perceber, conforme indicado por Bakos, que nessa fase final a questão da abolição vai ganhar um contorno político, em que cada partido reivindica para si o protagonismo de tal processo, e seus órgãos de imprensa acabam se tornando o palco de tais conflitos.

³²³ *A Reforma*, Porto Alegre, 25/04/1888, p.1.

No início do mês em que foi assinada a Lei Áurea, *A Reforma* publica uma notícia de que o conselheiro Rodrigo Augusto da Silva apresentaria um projeto sobre a questão servil³²⁴. Seis dias depois, reproduz um telegrama do *Jornal do Comércio*, da Corte, informando que o tal projeto já havia sido apresentado e que trazia apenas dois artigos extinguindo a escravidão do Brasil, tendo sido aprovado pela Câmara e festejado pela população³²⁵. No dia 16 de maio de 1888, *A Reforma* publica em sua primeira página um artigo, sem autoria, denominado "Abolicionismo":

Está extincta a escravidão no Brazil.

Não foi o brilho refulgente de uma victoria politica nem o clamor estrepitante de vencedores que percorreu o Imperio, congraçando a sociedade brasileira nos espasmos de delirante entusiasmo.

As convicções politicas e os interesses partidarios que nos collocam em campos oppostos e de escopeta em punha, desapparecerem em presença da imagem gloriosa da patria, dignificada aos olhos do estrangeiro.

Liberaes, conservadores e republicanos, esquecidos das lutas passadas, abraçaram-se, impelligos pelos mesmos sentimentos - o amor da patria e a da liberdade, identificados na victoria abolicionista³²⁶.

Nesse artigo comemorativo à aprovação da Lei Áurea, o jornal apresenta um tom conciliador desse jornal em relação a todos os partidos, buscando os integrar dentro de uma vitória comum a todos. Por outro lado, da mesma forma que apresentou os fatos ocorridos na campanha abolicionista de 1883/1884, nesse artigo *A Reforma* exaltou o protagonismo dos políticos - mesmo os de oposição - e a mobilização da sociedade por meio de centros abolicionistas e de campanhas organizados com essa finalidade. No entanto, ao mencionar aquele que havia sido favorecido por tal lei, esse jornal vai inferiorizar a sua condição, apontando que a eles "faltou até mesmo ânimo de desembainhar a espada".

³²⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, 04/05/1888, p.1.

³²⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 10/05/1888, p.2.

³²⁶ *A Reforma*, Porto Alegre, 16/05/1888, p.1.

Assim, foi possível perceber que nesse período final da escravidão os debates e discussões apresentadas no jornal estavam apenas relacionados à liberdade dos cativos. Não houve, em suas publicações, nenhuma proposta que indicasse uma preocupação com a situação desses cativos, caso a abolição fosse realmente aprovada. Nesse sentido, aquela crítica destinada ao sistema escravista e ao tratamento dispensado aos escravos parecia estar solucionado com a aprovação da lei. As comemorações após a abolição foram noticiadas durante todo o mês de maio e junho pelo jornal *A Reforma*, indicando que era um desejo de povo brasileiro que tal lei fosse aprovada. Entre essas publicações, uma do Centro Abolicionista fazia referência aos festejos que houveram em Porto Alegre após a notícia de que Lei Áurea havia sido aprovada:

Cumprimos um dever muito grato, testemunhando ao povo desta capital os nossos cordiaes agradecimentos pela maneira imponente e brilhante com que lhe approuve acompanhar as manifestações promovidas na noite de 14 do corrente pelo Centro Abolicionista. Propuzemo-nos apenas saudar as redacções dos jornaes e alguns companheiros do movimento abolicionista de 1884. Por isso, faltando-nos o tempo, não fomos também cumprimentar algumas associações, como o distincto Club Militar, por exemplo, que tinha brilhantemente ornado a sala de suas sessões. Ficamos reconhecidos, em nosso nome e no do povo desta capital, pela cooperação que todas as classes e o nosso nobre exercito prestaram á abolição da escravatura³²⁷.

Esse agradecimento do Centro Abolicionista, assim como o artigo que tratava sobre a aprovação da Lei Áurea, indicam um clima de cooperação e apaziguamento das tensões, buscando diluir as tensões que haviam ocorrido até então. Assim, conforme mostra esse artigo, foram muitos os festejos em Porto Alegre e por todo o Império. No entanto, passado esse clima inicial de comemoração, apresentado pelo jornal, as disputas políticas acabam voltando à cena. No final de maio, esse jornal vai publicar um artigo criticando *A Federação*:

Um povo sem vontade, sem saber querer, é o phenomeno mais estupendo que tem apparecido n'este mundo, e só a Federação teria a felicidade de descobri um tal portento!

³²⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, 16/05/1888, p.1.

E depois de uma maravilha d'esta ordem, ainda existirá quem falle de Schopenhauer, o tresloucado que andou por ahi a proclamar a existencia da vontade até no mundo inorganico!³²⁸.

Esse artigo vai apontar que as disputas políticas em torno da questão da abolição e do movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul estavam no centro das discussões daquele momento. *A Reforma* vai buscar demonstrar, em suas publicações - tanto as contra o Partido Conservador como as contra o Republicano - que o Partido Liberal teve a iniciativa e a maior participação dentro desse movimento. Muito mais que em períodos anteriores, nessa fase final da análise, é possível perceber uma aproximação maior entre as ideias que estão sendo apresentadas e a sua relação com o partido. Por outro lado, em suas publicações não aparecem referências à situação dos libertos ou a forma como esses festejaram a conquista de sua liberdade, nem mesmo algum tipo de preocupação com a sua situação em relação a trabalho ou moradia, demonstrando que o problema da escravidão estava, enfim, solucionado por meio da aprovação da Lei Áurea.

Ainda em relação à forma com que a questão da abolição estava sendo tratada nesse período, foram analisados os relatórios de presidente de Província do Rio Grande do Sul, correspondente ao período posterior à aprovação da lei. No entanto, esses relatórios não trazem referências a quaisquer questões que pudessem estar relacionadas à abolição ou aos sujeitos que por ela foram beneficiados (ANEXO 1). Os políticos que ocuparam esses cargos na Província, durante o ano de 1888, eram todos conservadores. O fato de um assunto - que era o principal tema daquele período - não comparecer nesses relatórios é muito significativo, podendo estar relacionado a questões partidárias.

* * *

³²⁸ *A Reforma*, Porto Alegre, 30/05/1888, p.2.

A partir da análise do jornal, foi possível perceber que, no período em que os projetos a respeito da abolição estavam em debate, houve uma intensa disputa política entre os diferentes partidos, buscando demonstrar a liderança do Partido Liberal nesse processo. Após a aprovação da lei, houve um período de euforia e de comemorações, direcionando os créditos de tal contexto aos participantes do movimento abolicionista de 1884, do qual muitos membros do jornal *A Reforma* e do Partido Liberal eram integrantes. Por fim, passadas as notícias dos festejos que demonstravam euforia com a grande conquista, o jornal entra em um período de disputas com os outros jornais, marcando e defendendo o posicionamento do Partido Liberal em relação à abolição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou perceber a forma como o jornal *A Reforma* de Porto Alegre apresentou em suas páginas questões relacionadas à escravidão e liberdade, entre 1870 e 1888. Em geral, em seus artigos e notícias, esse jornal indicava a necessidade de haver uma solução para a escravidão, defendendo o direito à liberdade de todos os homens. O mesmo se colocava ao lado dos cativos, caracterizando-os como "oprimidos", repudiando o tratamento a eles dispensado por senhores e policiais, tratando as punições como "deshumanas" e "violentas". Da mesma forma, exaltava, ao longo desse período pesquisado, 1870 a 1888, aqueles senhores que concediam liberdade aos seus escravos, reforçando a filantropia e benevolência de seus atos. A escravidão, para o jornal, não poderia fazer parte de uma sociedade que pretendia ser vista como civilizada. Por outro lado, *A Reforma* cobrava constantemente do governo imperial uma solução para tal problema.

Embora esse jornal fosse órgão de propaganda do partido da liberal, o que estava nele publicado não pode ser diretamente creditado a uma postura do partido frente a esse tema, visto que o jornal não era apenas político. O mesmo trazia em sua parte superior as funções que desempenhava, indicando ser "político, noticioso e comercial". Em seus artigos e notícias demonstrava a sua preocupação com o regime escravista e se mostrava favorável a uma solução para o problema, desde que fosse lenta e gradual. Porém, também trazia em sua parte comercial anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. Os anúncios de fugas foram publicados apenas no início de sua circulação, mas continuaram a ser publicados por outros jornais como *O Conservador*, demonstrando que as fugas continuavam na Província do Rio Grande do Sul e que havia uma opção do mesmo por não publicar tais fatos.

Mesmo que *A Reforma* não fosse apenas uma folha do partido liberal, a sua ligação a esse contexto político não pode ser ignorada. Muitos nomes importantes dentro do quadro político da partido participaram da fundação desse jornal, em 1869, e com ele colaboram durante algum tempo como Carlos Thompson Flores, Antonio Eleuthério de Camargo, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Apolinário Porto Alegre e o seu grande líder Gaspar Silveira Martins. Alguns desses sujeitos tiveram grande expressão política dentro e fora

da Província, ocupando inclusive cargos de senadores e dentro dos ministérios, como Silveira Martins. Através dessa pesquisa foi possível perceber que muitos desses sujeitos, que participaram do jornal, iniciaram os seus primeiros contatos em seu período de formação, na em São Paulo e no Rio de Janeiro, como Gaspar da Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Antonio Eleuthério de Camargo, constituindo laços e vínculos que iriam permanecer em suas trajetórias políticas. Ainda, é preciso retomar que o partido liberal foi o primeiro a trazer entre as suas propostas a questão da emancipação do elemento servil, o que acabou acarretando conflitos, disputas e rupturas dentro do próprio partido.

Por ser analisado por um período longo, foi possível perceber nesse jornal algumas mudanças e continuidades. Entre as mudanças identificadas se destaca uma ênfase maior em suas publicações em assuntos relacionados a escravos e libertos em períodos em que estava em debate algumas propostas de lei sobre a emancipação do elemento servil, como a Lei do Ventre Livre ou dos Sexagenários. O mesmo não foi identificado em outros momentos, como em 1879, que os debates políticos apresentados pelo jornal giravam em torno de mudanças nos ministérios e a disputa que isso gerava entre partidos, ou ainda questões locais como obras públicas e limpeza das ruas. Nesse sentido, a aprovação dessas leis parecia atender as demandas que eram mais urgentes naquele momento.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1880, os debates ficaram mais acirrados. Mesmo com a aprovação da Leis dos Sexagenários, havia reivindicações por uma lei mais efetiva, que resolvesse definitivamente o problema do elemento servil. A abolição ainda não era algo certo, nesse período, porém, devido as leis emancipacionistas em vigor, houve uma redução considerável no número de cativos em todo o Império. A Província do Rio Grande do Sul, por sua vez, tendo como centro irradiador a sua capital, Porto Alegre, buscou ter um pioneirismo em relação ao restante do Império, ao desenvolver uma intensa campanha abolicionista nos anos de 1883 e 1884. Esse grupo, formado por indivíduos com filiações partidárias diversas, mas com maioria de liberais e republicanos, uniram-se com o objetivo de emancipar todos os escravos da Província. Os resultados foram festejados com grande festa em sete de setembro de 1884, em Porto Alegre. No entanto, a

maioria das alforrias concedidas foi mediante contrato com cláusula de prestação de serviços, o que para a maioria dos críticos apenas mascarou a situação, visto que as relações escravistas, em sua grande maioria, permaneceram inalteradas. Os contemporâneos a esse processo, principalmente o abolicionista e professor de história Torres Homem, buscaram construir narrativas oficiais sobre o grupo, exaltando os feitos tanto desses membros quanto dos senhores que concederam a liberdade. O jornal *A Reforma* não faz referência a conquista da liberdade por parte dos cativos e nem as diferentes estratégias que os mesmos utilizavam para obter sua alforria. Nesse sentido, a liberdade é sempre apresentada pelo jornal como uma concessão senhorial e nunca uma conquista. Embora as disputas partidárias fossem constantes, assim como as dissidências dentro dos próprios partidos, nesse momento parece haver uma concordância em torno dessa questão. Por outro lado, com o aumento da população liberta, a preocupação com a manutenção da ordem, tranquilidade pública e o uso da força policial se destacam de forma significativa. *A Reforma* vai apontar em alguns momentos a essa preocupação, publicando casos de desordens e crimes, mas por outro lado vai criticar as ações policiais e de alguns senhores, identificando o nome dos sujeitos envolvidos. Assim, a sua crítica a esse aspecto demonstra estar sempre relacionado a disputas e conflitos locais, a preocupação com o controle dessa população era permeado por atritos políticos ou desafetos pessoais.

Em relação as discussões em torno da abolição, entre 1887 e 1888, a postura do jornal vai ser de exaltar os feitos de 1883 e 1884, visando demonstrar que, mesmo que não houvesse sido libertados todos os escravos da Província, praticamente poderia ser considerada livre. Por outro lado, apresenta aos seus leitores o intenso debate que se dava na Corte a respeito dos projetos que entravam em discussão. O debate girava entre o direito a propriedade e o direito a liberdade. Ainda, aquela ideia de união entre os partidos que houve em 1884 já não comparecia mais nas páginas do jornal nesse momento. As disputas e brigas entre os adversários políticos eram publicadas quase que diariamente, estando ou não relacionadas à escravidão. Sobre esse aspecto, *A Reforma* buscava demonstrar o papel de liderança do Partido Liberal, criticando a atuação do partido conservador nesse processo. Nesse sentido, foi possível perceber, ao longo dessa pesquisa, que as

questões relacionadas a escravidão e liberdade defendidas pelo jornal estavam também relacionados com as disputas políticas, tanto no âmbito local quanto no Império. Assim, em geral, esses debates estavam presentes em suas páginas, de modo mais efetivo, nos períodos em que projetos em torno dessa questão estavam em discussão.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

JORNAL A REFORMA (PORTO ALEGRE)

11/01/1870, p.2

21/01/1870, p.2

28/01/1870, p.2

15/02/1870, p.2

21/02/1870, p.2

27/03/1870, p.2

20/04/1870, p.2

21/04/1870, p.1

01/05/1870, p.2

15/05/1870, p.2

17/05/1870, p.2

24/05/1870, p.1

03/06/1870, p.2

08/06/1870, p.1

20/07/1870, p.1

21/07/1870, p.1

04/08/1870, p.2

05/08/1870, p.2

12/08/1870, p.2

03/09/1870, p.1

27/09/1870, p.1

05/10/1870, p.1

04/11/1870, p.1

06/11/1870, p.1

18/11/1870, p.1

01/12/1870, p.1

20/07/1872, p.1

26/07/1872, p.1

19/09/1872, p.1

18/10/1872, p.1
06/12/1872, p.2
08/11/1879, p.2
07/12/1879, p.2
13/01/1886, p.2
11/02/1886, p.2
23/02/1886, p.2
04/05/1886, p.1
16/05/1886, p.3
03/06/1886, p.2
21/07/1886, p.3
24/07/1886, p.1
25/07/1886, p.1
31/07/1886, p.3
12/08/1886, p.2
14/08/1886, p.2
13/08/1886, p.2
05/09/1886, p.2
02/10/1886, p.2
05/10/1886, p.2
06/10/1886, p.1
09/10/1886, p.1
19/10/1886, p.2
24/10/1886, p.3
29/10/1886, p.2
10/12/1886, p.2
22/12/1886, p.2
23/12/1886, p.2
12/01/1887, p.2
05/03/1887, p.2
18/05/1887, p.3
20/10/1887, p.2
12/12/1887, p.2
13/01/1888, p.2

01/03/1888, p.2
02/03/1888, p.2
03/03/1888, p.1
20/03/1888, p.2
03/04/1888, p.2
08/06/1888, p.2
24/08/1888, p.2
29/08/1888, p.2

JORNAL O CONSERVADOR (PORTO ALEGRE)

29/04/1886
14/01/1888

APERS. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

APERS. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo das cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. 2.v.

APERS, Livro processos-crime, ano de 1876, processo nº 1316, p.134.

APERS, Livro Processos-crime, ano de 1848, processo nº 235, p.197.

FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística /Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986.

Fé de Ofício de Joaquim de Salles Torres Homem. Pasta v-18-102. Arquivo Histórico do Exército - AHEx / Rio de Janeiro

FONTES EM BASE ELETRÔNICA

ATA da sessão extraordinaria commemorativa da redempção dos escravos do municipio de Porto Alegre. Presidencia do Sr. Luiz Affonso de Azambuja. Disponível em: <http://www.aredencao.com.br/ata.htm> (acesso em 2 de março de 2012).

Relatórios e falas de presidente da Província do Rio Grande do Sul, no período entre 20/05/1869 e 25/06/1889. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>, (acesso em 10/01/2012).

1. Relatório com que o Exm^o Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm^o Sr. Dr. João Sertorio. 14/06/1869.
2. Relatório com que o Excellentissimo Senhor Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1^a sessão da 14^a legislatura da Assembleia legislativa provincial em 14 de Março de 1871
3. Relatório com que o Exm^o. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta Província ao Exm^o. Sr. Coronel João Simões Lopes no dia 24 de maio de 1871.
4. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Pedro de Carvalho Moraes. 1872.
5. Falla dirigida á Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello em a segunda sessão da 14^a Legislatura. 1872.
6. Falla com o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes presidente da Província abriu a 1^a sessão da 15^a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial 1873.
7. Relatório com que o Excellentissimo Senhor Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1^a sessão da 14^a legislatura da Assembleia legislativa provincial em 14 de Março de 1871.
8. Falla com que o Exm.^o Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros presidente da Província do Ceará abriu a 1^a sessão da 24^a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878.

9. Relatório apresentado a S. Exc. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exm. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a presidência da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885.

10. Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena Presidente da Província do Rio Grande do Sul a S. Exc. O Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca 1º vice-presidente ao passar-lhe a administração da mesma Província em 8 de maio de 1886.

11. Relatório apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça 3º vice-presidente ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 27 de outubro de 1887.

12. Falla que o exm. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimental, presidente da província, dirigio á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por ocasião de ser installada a 1ª sessão da 23ª legislatura, em 10 de março de 1889.

PINHO, José Wanderley de Araújo. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 284. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/cartas-do-imperador-pedro-ii-ao-barao-de-cotegipe/pagina/284/texto> (Acesso em 02 de junho de 2014).

TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Apontamentos para a História do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Typografia da Reforma, 1888. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/179442> (Acesso em 18/12/2011).

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Ângela. A apropriação das ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e conflito discursivo no alvorecer do discurso rio-grandino. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Política e Imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007.

_____. Carlos Reverbel e as tendências do jornalismo gaúcho. In: ALVES, Francisco das Neves; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Imprensa, literatura e história no Rio Grande do Sul: escritores gaúchos*. Rio Grande: FURG, 2005.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (Província de São Pedro, segunda metade do século XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. 2008. 333f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/17528> (acesso em 29/03/2012).

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravismo e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de almas negras: Escravos, libertos e republicanos no Rio*. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, mar.88/ago.88, p.83-105. Disponível em www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3676 (acesso em 14/novembro de 2013).

CHARLE, Cristophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites: Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal; considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, 13, 1995.

FACCIN, Daniela. *Seguindo os trilhos do trem: a influência da estruturação urbana de Santa Maria*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2992> (acesso em 18 de fevereiro/2014).

FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do sul: 1821-1937*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FREITAS, Décio. *O Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: Escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/72751> (acesso em 12/11/13).

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HESSEL, Lothar F. et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: FLAMA/Instituto Estadual do Livro, 1976.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Os partidos políticos e a abolição. In: WEHLING, Arno. *A abolição do cativo: os grupos dominantes*. Rio de Janeiro: IHGB, 1988.

LOPES, Theodorico; TORRES, Gentil. *Ministros de Guerra no Brasil: 1808-1950*. Rio de Janeiro, 1950.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

MAESTRI FILHO, Mario. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

MATEO, José. *Población, parentesco y red social en La frontera*. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar Del Plata: Universidad Nacional de Mar Del Plata, 2001.

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____ ; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

PESAVENTO, Sandra. *Crime, violência e sociabilidades urbanas: As fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/497?lang=en> (acesso em 30 de outubro de 2013)

_____. A invenção da sociedade gaúcha. *Ensaio FEE*, Ano 2, n.14, 1993.

_____. *Emergência dos Subalternos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

PICOLLO, Helga Iracema Landgraf (org). *Coletânea Discursos Parlamentares: Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:1835-1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998. Volume I e II.

_____. *A política Rio-grandense no Segundo Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PINHO, José Wanderley de Araújo. *Cartas do Imperador D.Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 284. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/cartas-do-imperador-pedro-ii-ao-barao-de-cotegipe/pagina/284/texto> (Acesso em 02 de junho de 2014).

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. 340f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07122009-102220/pt-br.php> (acesso em 10 de março/2013).

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. *Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

SENADO FEDERAL. *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823-1888*. Brasília: Subsecretaria de Arquivo, 1988.

SIMÕES, David Soares. *O lugar das ideias de José de Alencar*. 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia – SP/2012. p.26. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8260&Itemid=217(Acesso em 17 de maio de 2014).

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo et BARBOSA, Eni - *Breve histórico da imprensa sul- rio-grandense*. Porto Alegre, CORAG. 1986.

SILVA NETTO, A. Estudos sobre a emancipação dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1866. Disponível em Biblioteca digital do Senado, <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/174449/1/000093728.pdf>. (Acesso em 27/02/12).

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois prá cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre a literatura e a política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. 276f. Dissertação (Mestrado em História) -Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/13085> (Acesso em 10/12/2011).

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação doconvívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Revista de História e Estudos Culturais*

Fênix. Ano 6, n.3, 2009. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf (Acesso em 07/12/2011).

ANEXOS

ANEXO 1			
LISTA DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL 1869-888			
Nome	Início e fim do mandato		Partido
Israel Rodrigues Barcelos	20/05/1869	14/06/1869	Conservador
João Sertório, Barão de Sertório	14/06/1869	29/08/1870	Conservador
João Capistrano de Miranda e Castro	29/08/1870	04/11/1870	Conservador
Francisco Xavier Pinto de Lima	04/11/1870	24/05/1871	Conservador
João Simões Lopes, Barão da Graça	24/05/1871	12/09/1871	Conservador
João Dias de Castro	12/09/1871	20/10/1871	Conservador
Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	20/10/1871	11/07/1872	Conservador
José Fernandes da Costa Pereira Junior	11/07/1872	01/12/1872	Conservador
João Pedro Carvalho de Moraes	01/12/1872	11/03/1875	Conservador
José Antonio de Azevedo Castro	11/03/1875	05/04/1876	Conservador
Tristão de Alencar Araripe	05/04/1876	05/02/1877	Conservador
João Dias de Castro	05/02/1877	21/05/1877	Conservador
Francisco de Faria Lemos	21/05/1877	12/02/1878	Conservador
João Chaves Campelo	10/02/1878	12/03/1878	-
Americo de Moura Marcondes de Andrade	12/03/1878	26/01/1879	-
Felisberto Pereira da Silva	26/01/1879	19/07/1879	Liberal
Carlos Thompson Flores	19/07/1879	15/04/1880	Liberal
Antonio Correia de Oliveira	15/04/1880	19/04/1880	Liberal
Henrique Francisco D'Ávila	19/04/1880	04/03/1881	Liberal
Joaquim Pedro Soares	04/03/1881	19/05/1881	Liberal
Francisco de Carvalho Soares Brandão	19/05/1881	14/01/1882	Liberal
Joaquim Pedro Soares	14/01/1882	27/03/1882	Liberal
José Leandro de Godoi e Vasconcellos	27/03/1882	09/09/1882	Liberal
Leopoldo Antunes Maciel	09/09/1882	28/10/1882	Liberal
José Antonio de Sousa Lima	28/10/1882	01/06/1883	Liberal
Menandro Rodrigues Fontes	01/06/1883	16/07/1883	Liberal
José Julio Albuquerque Barros	16/07/1883	19/09/1885	-
Miguel Rodrigues Barcelos	19/09/1885	28/10/1885	Conservador
Henrique Pereira de Lucena	28/10/1885	08/05/1886	Conservador
Manuel Deodoro da Fonseca	08/05/1886	09/11/1886	-
Miguel Calmon Du Pin e Almeida	09/11/1886	31/12/1886	Conservador
Fausto de Freitas e Castro	31/12/1886	25/01/1887	Conservador
Bento Luis de Oliveira Lisboa	25/01/1887	25/04/1887	Conservador
Rodrigo Azambuja Villanova	25/04/1887	27/10/1887	Conservador
Joaquim Jacinto de Mendonça	27/10/1887	27/01/1888	Conservador

Rodrigo Azambuja Villanova	27/01/1888	09/08/1888	Conservador
Joaquim da Silva Tavares	09/08/1888	08/12/1888	Conservador
Joaquim Galdino Pimentel	08/12/1888	25/06/1889	Conservador
Fontes:			
Relatórios e falas de presidente da Província do Rio Grande do Sul, no período entre 20/05/1869 e 25/06/1889. Disponível em http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial , Acesso em 10/01/2012; FRANCO, Sérgio da Costa. Dicionário político do Rio Grande do sul: 1821-1937. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.			

ANEXO 2												
CRIMES NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL - 1860 a 1869												
CRIMES	1º Quinquênio					S O M A	2º Quinquênio					S O M A
	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	
	8	8	8	8	8		8	8	8	8	8	
	6	6	6	6	6		6	6	6	6	6	
	0	1	2	3	4		5	6	7	8	9	
Contra a independência, a integridade e a dignidade da nação.	-	-	-	-	-	-	-	5	1	1	4	11
Tentativa de insurreição	-	-	-	1	1	2	1	-	-	-	-	-
Contra o livre gozo dos direitos políticos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Resistência	2	1	1	-	1	5	4	9	8	8	3	32
Falsidade	4	2	4	6	7	23	10	11	7	1	15	44
Peita, concussão ou outros abusos praticados por particulares	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Perjúrio	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3
Moeda falsa	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Destruição ou danificação dos bens públicos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Contra a liberdade individual	1	1	-	-	-	2	-	2	4	-	2	8
Homicídio	18	46	46	50	63	223	56	81	79	59	55	327
Tentativa de homicídio	5	8	7	7	10	37	12	22	27	21	18	100

Infanticídio	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	2	8	
Aborto	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	
Ferimento e ofensas físicas	28	24	31	35	54	17	2	42	89	10	10	11	45
Ameaças	-	-	-	-	-	-	1	5	12	5	7	30	
Estupro	-	1	1	2	-	4	4	2	3	4	3	16	
Rapto	-	-	2	1	-	3	-	1	1	7	-	9	
Calúnia e injúria	3	-	-	-	-	3	-	18	28	15	17	78	
Poligamia	-	1	-	-	-	1	-	-	2	-	-	2	
Matrimônio ilegal	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	
Furto	3	3	6	-	4	16	2	43					
Estelionato e outros crimes contra a propriedade	2	1	-	-	-	3	-	10	4	-	8	22	
Dano	1	1	-	3	1	6	1	1	7	8	5	22	
Roubo	9	5	4	5	10	33	7	22	26	10	6	71	
Tentativa de roubo	-	-	-	1	2	3	-	-	-	-	-	-	
Ofensa à religião, moral e bons costumes	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	5	
Armas defesas	3	2	-	-	-	5	-	1	3	4	1	9	
Infração de posturas	-	-	11	9	13	33	-	-	-	-	-	-	
Falta de exacção no cumprimento de deveres	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
Incêndios	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	
Ajuntamentos ilícitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Fabrico de instrumentos para roubar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
SOMAGERAL	-	-	-	-	-	57	-	-	-	-	-	1.	41
	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	1

ANEXO 3
RELAÇÃO DO NÚMERO DE SEXAGENÁRIOS A SEREM LIBERTADOS - 1886

Porto Alegre	312
Rio Grande	142
Pelotas	288
Bagé	75
Santa Vitória	30
Santa Cristina	16
São João de Camaquã e Dores	47
Cacimbinhas	8
São Francisco de Paula de Cima da Serra	4
Caçapava	57
São João do Monte Negro	4
São José do Norte	38
Santo Amaro	4
Cachoeira	23
Santa Maria	12
Rio Pardo	36
São Jerônimo	15
São Leopoldo	7
Gravataí	6
TOTAL	1.124
FONTE: <i>A Reforma</i> , 16/05/1886, p.3.	
Taquari	32
Cangussu	35
Soledade	17
Jaguarão	52
Santo Antonio	1
Conceição do Arroio	10
São Sebastião do Caí	24
Dom Pedrito	17
Arroio Grande	25
São Martinho	6
Passo Fundo	25
Estrela	1
TOTAL	1.369
FONTE: <i>A Reforma</i> , 03/06/1886, p.2.	

ANEXO 4

“Senado

SESSÃO DE 12 DE JULHO DE 1886

O **Sr. Silveira Martins** toma a palavra para desempenhar-se de um compromisso que assumio com o honrado ministro do imperio.

Expunha, ha dias o honrado presidente o conselho o elemento histórico da lei de 28 de setembro de 1885, buscando argumentos para corroborar a interpretação que a esse acto legislativo deu o regulamento de 12 de junho, na parte que mandou contar da data da matricula a deducção do valor dos escravos e então disse o orador, em aparte, que no mesmo elemento histórico deveria o honrado presidente do conselho achar razões para mandar proceder á deducção a partir da data da promulgação da lei. O nobre ministro do imperio contestou nessa occasião que isso seria difficil de demonstrar: ao que o orador redarguiu que o faria na primeira opportunidade.

Aproveitando-se do ensejo que ora se apresenta bem sabe o orador que talvez seja já um pouco tarde, sobretudo depois da votação do senado rejeitando o topico do projecto de resposta á fall do throno no qual se allude á fiel e leal execução da lei por parte do actual ministerio. Depois dessa votação, o que cumpre ao governo é retocar o seu regulamento, do que aliás não lhe provirá nenhum desar, pois não ha desar em confessar o erro e emendal-o. (O *Sr. Ribeiro da Luz, ministro da justiça, pede a palavra.*)

Para a interpretação da lei não póde ser aproveitado o elemento grammatical; e o elemento logico, isto é, o espirito da lei, bem como o historico, a que se soccorreu o honrado presidente do conselho, são de todo contrarios ao pensamento consignado no regulamento de 12 de Junho.

O elemento historico de uma lei não é apenas o debate que se suscitou ao ser elaborada. Elle deve começar de mais longe, e é preciso apreciar-o em todo a legislação referente á materia. Se isto fizesse, o honrado presidente do conselho teria visto que já nos alvarás dos reis absolutos, dos tempos que ainda se queimavam os mouros e judeus, a legislação era, em casos omissos ou duvidosos, favoravel ao escravo. Nas ordenações do reino, titulo IV, livro XI, são outorgados varios e importantes favores á liberdade contra a regra geral do direito. No alvará de 16 de janeiro de 1673 terminantemente se declara que as considerações em favor da liberdade são sempre muito mais fortes que as que justificam a escravidão.

Toda essa legislação perdura, porque quando se erigiu o Brasil em Estado independente não revogou as preexistentes leis portuguesas; porém mesmo na legislação posterior á independência deveria o governo ter-se compenetrado do espirito que bom houvera sido tivesse feito predominar em seu regulamento de 12 de Junho. Uma lei em 1831 acabou com o trafico; outra em 1850, considerou-o pirataria; em 1871 foram os nasciturnos declarados livres, em 1885 indirectamente se estabelece prazo para a extincção do elemento servil. O que sempre se quiz, foi, portanto, acelerar o movimento de emancipação; - como, pois, em vez de acompanhar o espirito da lei, estende o governo prazo por sua conta e risco?!

Disse o honrado presidente do conselho que o grupo que apoiava o gabinete Saraiva e com cujo apoio o governo não podia decretar a lei, entendeu-se com a comissão da camara dos deputados, e que alguns membros dessa comissão, pretendendo apresentar uma emenda para que a comissão depreciativa se fizesse da data da lei, declararam que não votariam pelo projecto em 3ª discussão, se semelhante emenda fosse apresentada. Mas que concluir disto? Que esta emenda tinha de passar, porquanto, se cahisse não seria preciso votar contra o projecto.

Dividia-se a camara, naquella época, em quatro grupos: os liberaes emancipadores, que apoiavam o governo; os conservadores, que não queriam cousa alguma, e os moderados, que se inclinavam á passagem da lei. Os abolicionistas votariam contra o projecto, disse o honrado presidente do conselho. Mas por que? Porque achavam que o projecto não lhes dava tudo quanto queriam: mas se elles queriam mais do que o governo, não podiam deixar de votar pela emenda. Portanto a conclusão é que tal emenda não foi apresentada, porque não havia duvida que seria approvada.

Além disso havia, para dispensal-a, o claro sentido da lei. Em geral, a lei fica em vigor desde que é publicada, excepto naquelles casos em que é necessário uma parte formal, um processo. Assim, por exemplo, havendo uma lei reconhecido o direito do voto aos bachareis formados, esses não podiam comtudo exercer o seu direito logo, sem um processo preparatorio, o de qualificação. Quando se trata, porém, dos direitos de liberdade, ficam logo adquiridos, mesmo sem que proceda parte formal. O regulamento devia regular

o modo de se verificar e documentar aquelle direito, mas nunca suspendel-o durante o prazo, por menor que esse fosse.

Tudo quanto se tem dito nesta questão é, por assim dizer, materia velha. Os principios de liberdade contra os quaes ainda hoje em dia se revoltam não poucos interesses, já foram firmados de ha muito tempo, de sorte que os actuaes senhores de escravos bem deveriam ter-se compenetrado de que só por tolerancia legal se lhes deixava o goso de um favor especial, contra o qual, desde muitos anos, se pronunciará o legislador.

A libertação do ventre está no citado alvará de 16 de Janeiro de 1673; e antes d'elle outros alvarás se promulgaram declarando livres os escravos pretos, quer da Asia, quer da Africa, quer da America. Tudo isto provocou, em seu tempo, clamores que acabaram por aplacar-se. São conhecidos os principios que de firmaram á respeito dos indios escravizados, que eram naquelle tempo tão escravos como hoje são os escravos pretos. Appareceram actos declarando livres os indigenas importados posteriormente á prohibição de os venderem. É o mesmo que entre nós se dá com os Africanos importados depois de 1831. Os magistrados que nos inventarios immediatamente declaral-os livres em virtude dessa lei que está em vigor.

Quanto á inclusão do municipio na provincia do Rio de Janeiro, para effeitos de intransferencia de escravos, é outro principio indevidamente estatuido pelo regulamento. A cidade do Rio de Janeiro está fóra da acção da assembléa legislativa provincial, e, nem administrativa, nem politicamente póde ser considerada parte integrante da provincia.

Em resumo, o que de melhor póde hoje fazer o governo, é reconhecer o seu erro. Preserverar contra a evidencia sómente póde prejudical-o. Ja Cicero o dizia: *Errare humanum est, insanum in errore perseverare.*

Do discurso do nobre presidente do conselho conclue-se, que o orador pregou a republica, e que vio desde já a guerra com a republica Argentina. Declara que não disse nem uma, nem outra cousa.

O ter dito que preferia muito, muitissimo, a republica á monarchia, é o seu juizo individual, que sempre tem externado por mais de uma vez, e que ainda hoje confirma. Se isso dependesse de si, e se se compenetrasse, de que o povo brasileiro não era essa massa immensa de funcionarios que acompanha sempre o poder, está agora mesmo prompto a mudar a fórma de governo.

Como homem de estado obedece porém á opinião geral do paiz, e reconhece que elle não é talhado pelo menos por agora para essas grandes instituições, que se baseam na educação e no patriotismo dos cidadãos.

Não é, entretanto, da opinião do nobre presidente do conselho, quando diz "o progresso que temos devemos-o á monarchia."

As outras nações americanas que não mantiveram essa fórma de governo têm progredido da mesma maneira, ou mais que o Brazil [...].

ANEXO 5

Sessão extraordinaria

COMMEMORATIVA DA REDEMPÇÃO DOS ESCRAVOS DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE

Presidencia do Sr. Luiz Affonso de Azambuja

Aos sete dias do mez de Setembro do anno de 1884, no Paço da Camara Municipal da Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, Capital da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, reunida ao meio dia a corporação da mesma com os Srs. vereadores abaixo-assignados e assistencia do Exm. Sr. Presidente da Provincia, Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros, autoridades civis e militares e grande numero de cidadãos convidados para este acto, foi aberta a sessão. O Sr. Presidente declarando que convocára a Camara para commemorar a libertação dos escravos na cidade de Porto Alegre e seu municipio, propõe, para solemnizar de uma maneira perduravel o facto grandioso e patriotico, que o Campo do Bomfim passe a denominar-se Campo da Redempção.

É unanimemente approvada esta proposta.

Em seguida participa que vae convidar o Centro Abolicionista a dar entrada no salão, e nomêa para recebê-lo uma comissão composta dos Srs. vereadores Gusmão, Rangel e Barbedo. Comparecendo o Centro perante a reunião da Camara, tomou a palavra o Presidente do mesmo, o Sr. Coronel Joaquim Pedro Salgado, e n'uma allocução que leu declarou á Câmara e á S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia não haver um só escravo no municipio da Capital. Foi logo após cantado o hymno abolicionista composto para esta solemnidade.

Findo o que tomou a palavra S. Ex. o Sr. Conselheiro Presidente da Provincia, congratulando-se com o municipio por esta victoria social. Uma banda de musica, postada no salão, tocou o hymno nacional. Convidado então o Sr. Secretario do Centro Abolicionista a fazer entrega da bandeira do mesmo Centro á Camara Municipal, pronunciou estas palavras: “Deposito em poder do municipio o glorioso estandarte que o libertou.”

O Sr. Presidente da Camara respondeu: “A Camara conservará nos seus archivos, como um precioso deposito, este pendão das glorias de Porto Alegre.”.Passou o Sr. Torres Homem a ler a acta dos trabalhos do Centro Abolicionista, em que mencionava todos os nomes e factos importantes. Terminando, fez entrega ao Sr. Presidente da Camara do Livro de Ouro, em que foi escripta a acta. O Sr. Presidente da Camara saudou, em um discurso que leu, o triumpho abolicionista. O Sr. vereador Gusmão apresentou a seguinte moção: “A Camara, reconhecendo a generosidade dos habitantes da Capital e de seu municipio, resolveu commemorar os serviços do Centro Abolicionista nas pessoas dos seus benemeritos Presidente Coronel Joaquim Pedro Salgado e Secretario Dr. Joaquim de Salles Torres Homem.”Foi recitada uma entusiastica poesia pelo Sr. Damasceno Vieira. Em seguida o Sr. Presidente da Camara levantou a sessão, convidando a S. Ex. o Sr. Conselheiro Presidente da Provincia, autoridades civis e militares e mais cidadãos presentes a assignar a presente acta, e eu José Caetano Ferraz Teixeira, no impedimento do Secretario, lavrei a presente acta.

José Julio de Albuquerque Barros, Luiz Affonso de Azambuja, Felizardo José Rodrigues Furtado, Francisco de Paula da Silva Rangel, Domingos de Souza Brito, Antonio Soares Amaya de Gusmão, Philippe B. de Freitas Noronha, Ignacio Antonio da Silva, José Pereira de Barbedo, Augusto Cesar da Silva, commandante das armas; Salustiano Jeronymo dos Reis, inspector dos corpos; Carlos Resin, Hellwig, consul allemão; P. Corte, consul da Italia, Edmund Telstscher, consul da Austria; A. Archer Junior, vice-consul britannico; João Pinto Ribeiro, vice-consul portuguez; Augusto Barbosa de Castro Silva, Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Plinio Alvim, secretario do Governo; Dr. Jayme de Almeida Couto, Alvaro Nunes Pereira, Coronel José Simão de Oliveira, Justo de Azambuja Rangel, Miguel Teixeira de

Carvalho, Dr. Joaquim Gomes, João Damasceno Vieira Fernandes, Vicente José de Barcellos, Antonio de Azevedo Lima.

Disponível em: <http://www.aredencao.com.br/ata.htm>, acesso em 2 de março/2012